



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo

Relatório de Gestão SFA/SP Exercício de 2013

São Paulo, março de 2014

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo

Relatório de Gestão SFA/SP Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/10, da DN TCU nº 127/13, Port TCU nº 175/13 e Port CGU nº 133/13

São Paulo, março de 2014

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
UTRA	Unidade Técnica Regional de Agricultura
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SSA	Serviço de Saúde Animal
SSV	Serviço de Sanidade Vegetal
SEFIP	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEFIA	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DPDAG	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário
SESAG	Serviço de Suporte Agropecuário
CDMAV	Centro de Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização e Aviação Agrícola
UAC	Unidade Armazenadora de Café
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
SVA/SNT	Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos
SVA/GRU	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Guarulhos
SVA/VCP	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Viracopos
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
EQC	Estação Quarentenária de Cananéia
DAD	Divisão de Apoio Administrativo
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FFA MV	Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário
FFA EA	Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
IN	Instrução Normativa
RP	Restos a Pagar
SIPLAN	Sistema de Planejamento do Ministério da Agricultura
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIF	Serviço de Inspeção Federal
APPCC	Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BPF	Boas Práticas de Fabricação
PPHO	Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
OMS	Organização Mundial de Saúde
DIPOA	Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal
INSPANIMAL3	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
PADCLASSIF	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

IPVEGETAL	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
FISCORGEN	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
VIGIAGRO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário
VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
ERRADMOSCA	Erradicação da Mosca da Carambola
PCEVEGETAL	Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos
FEBREAFTOSA	Erradicação da Febre Aftosa
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC	Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
RASTREAB	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
DESENGORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
CETORGAN	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
FISCONTRATO	Fiscalização de Contratos de Repasse
OPERASPAE	Administração da Unidade -Secretaria de Produção e Agroenergia
MANUTSFAs	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
CF	Certificação Fitossanitária
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária da SAA
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
RENASEM	Registro Nacional de Sementes
SISBOV	Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
ERA	Estabelecimento Rural Aprovado
UP	Unidade de Produção
LI	Licença de Importação
CE	Comunidade Européia
RT	Responsável Técnico pela Ação
MEGP	Modelo de Excelência e Gestão Pública

SIGSIF	Sistema de Informações Gerenciais do SIF
RIISPOA	Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SI	Certificado Sanitário Internacional
PAFI	Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção
ER	Estabelecimentos Relacionados
AAAs	Agentes de Atividades Agropecuárias
POA	Plano Operativo Anual
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SIGVIG	Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Sub Produtos e Derivados para a Certificação da Segurança e Qualidade
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCVA	Sistema de Controle de Veículos Automotores

SUMÁRIO

Introdução	07
Identificação	11
Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
Organograma Funcional	13
Macroprocessos Finalísticos	15
Macroprocessos de Apoio	15
Principais Parceiros	15
Planejamento da Unidade	17
Programação Orçamentária e Financeira e Resultados alcançados	19
Informações sobre Programas e Ações do PPA de Responsabilidade da UJ	19
Programa 2028 – Defesa Agropecuária	20
INSPANIMAL	21
PADCLASSIF	33
IPVEGETAL	37
RESIDUOS	42
FISCORGEN	45
VIGIFITO	48
ERRADMOSCA	52
PCEVEGETAL	54
VIGIAGRO	57
FEBREAFTOSA	66
PCEANIMAL	71
RASTREAB	85
FISCINAN	89
FISCGENE	96
FISPROVET	98
FISFECOI	105
FISCALSEM	112
FISAGROTOX	117
Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	122
FISCAGRIC	122
CETORGAN	124
DESENORG	125
FISCALPEC	127
FISCONTRATO	129
OPERASPAE	131
Programa 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA	132
MANUTSFAS	132
Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	138
Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	144
Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	150
Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	160
Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	166
Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	168
Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	173
Relacionamento com a Sociedade	188
Informações Contábeis	192
Resultados e Conclusões	194
Índice das Tabelas , Gráficos e Figuras	197



***As idéias e as estratégias são importantes,
mas o verdadeiro desafio é a sua execução***

Percy Barbevic



A agricultura brasileira é a grande e boa notícia do cenário econômico. É competitiva. Moderna. E transformou-se em referência quando se fala em produção de alimentos para o mundo. Obteve em 2013 uma safra recorde de 188,2 milhões de toneladas, 16,2% superior a de 2012, sendo capaz de abastecer o mercado interno no essencial, e contribuir com os excedentes para o crescimento das exportações do setor que somaram US\$ 99,97 bilhões, 4,3% acima do valor registrado no ano anterior. O Brasil é hoje o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas, na forma de alimentos, fibras e biocombustíveis.

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,3%, em 2013, graças à contribuição do setor agropecuário que obteve um índice de 7%, a maior taxa anual dos últimos dezoito anos. Deve-se destacar que o agronegócio vem alcançando seguidos recordes de produção e produtividade, ao longo das últimas décadas, contribuindo para o crescimento econômico, geração de superávit primário e para o desenvolvimento dos setores industrial e de serviços. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou no mesmo período o expressivo valor de US\$ 82,91 bilhões.

Esta relevância do agronegócio brasileiro no âmbito nacional e internacional envolve e depende não somente da interação e competência das cadeias agroprodutivas, mas igualmente da participação governamental, do MAPA - através da tecnologia inovadora e transformadora da EMBRAPA, e da atuação das SFAs onde os produtos/serviços finalísticos disponibilizados são imprescindíveis ao desenvolvimento e manutenção das atividades do setor.

A participação expressiva do Estado de São Paulo no agronegócio nacional foi resultante dos seguintes grupos: sucos (87,9%); lácteos (81,2%); produtos alimentícios diversos (68,6%); complexo sucroalcooleiro (67,2%); plantas vivas e produtos de floricultura (65,8%); demais produtos de origem animal (49,8%); demais produtos de origem vegetal (49,5%); produtos oleaginosos (48,9%); e produtos apícolas (30,5%).

O Estado possui o maior e mais moderno sistema agroindustrial do País. Em termos de exportação contribui com 25 % do total exportado pelo Brasil. Na atividade produtiva conta com condições favoráveis de solo, clima e água, tendo 7,9 milhões de hectares de terra voltados ao agronegócio, o que representa 32% do seu território total de 24,8 milhões de hectares,

É neste cenário de alta visibilidade e importância que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP, atua na execução de seus macroprocessos finalísticos: registro, fiscalização, inspeção, certificação, liberação de produtos e subprodutos agropecuários.

De modo geral, a atuação da SFA/SP não tem concorrência, no *strictu sensu*, como na fiscalização do trânsito internacional, no registro e liberação de produtos de origem animal para o comércio interestadual e internacional e na fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas e de insumos agropecuários (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, alimentos para animais, produtos veterinários), que são consideradas ações de execução direta e exclusiva da União. Outras atividades de sua competência podem ser delegadas por meio de parcerias, convênios, contratos, acordos, protocolos de colaboração interinstitucional.

Os resultados da gestão, em especial, os que tiveram maiores impactos nos objetivos da SFA/SP - 'qualidade de produtos e serviços' e a 'segurança alimentar' - espelham características especiais inerentes a uma organização de prestação de serviços ao cidadão à sociedade.

Vale assinalar neste aspecto a movimentação de entrada/saída nos pontos de atendimento direto, pessoal, como na sede central que registrou, em média, 110 clientes/cidadãos/dia.e na vigilância agropecuária internacional no Porto de Santos que atingiu a impressionante marca de (subitem 10.1)

de 252 clientes/cidadão/dia, pontos que geraram respectivamente. 15.726 processos/ano e 298.856 processos ano. A SFA/SP disponibiliza outros 11 pontos para contato direto em suas unidades regionais,

Para uma avaliação pontual do desempenho da SFA-SP é importante, observar que, em suas unidades técnicas, estão registrados **74.6 mil produtos** e **8.5 mil estabelecimentos agropecuários** que dependem diretamente do gerenciamento dos macroprocessos da organização. Um universo de expressiva dimensão.

Em 2013 - apenas para citar alguns indicadores, uma vez que os dados globais do exercício constam das tabelas específicas (irem 2.2.1) das unidades - **fiscalizou o abate de 653.796.214 de animais** (bovinos, suínos, aves e ovinos). Inspecionou e **liberou 1.836.315.897** de litros de leite. O índice de conformidade das análises laboratoriais desses produtos e dos processos produtivos de origem animal foi, respectivamente de 96,54%, e de 89,20% ambos superiores ao ano anterior.Na área de insumos pecuários e agrícolas, as análises laboratoriais constataram 88% de produtos dentro do padrão.

No mesmo período, passaram pelo crivo da fiscalização da classificação vegetal **1.929.935** toneladas de produtos. No controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetais (amendoim, feijão e milho) a conformidade foi de 88,9 %. Os resultados das amostras de produtos vegetais em conformidade com a legislação atingiu o índice de 88.2%%. A vigilância fitossanitária registrou 142.365 fiscalizações com vistas à interceptação de pragas na importação- exportação. Foi de 158.992 toneladas a produção de sementes na safra 2012-2013. Com As amostras analisadas de bebidas apresentaram uma conformidade de 91%; os resultados das amostras de produtos vegetais em conformidade com a legislação atingiu o índice de 88.2%;

No que se refere à vigilância internacional a SFA/SP conta com três unidades (SVAs) instaladas no Porto de Santos e nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos. Atua ainda em entrepostos de desembarço aduaneiro (EAD's) espalhados no interior do estado e junto à área de despacho internacional dos Correios. Cabe lembrar que segundo a legislação e os acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, nenhum produto pode entrar ou sair do País sem passar pela inspeção e fiscalização do MAPA, razão pela qual foi realizado, no ano em referência, no Estado, um total de **487.392 inspeções/fiscalizações/liberações**.

Outras realizações no exercício que igualmente tiveram impactos nos resultados na gestão:

a) esforço para manutenção do Estado como zona livre de febre aftosa com vacinação obrigatória atingindo um índice de 98.13% de animais vacinados; execução de ações permanentes para manter o Brasil na categoria de país com risco insignificante para a encefalopatia espongiforme bovina (EEB), doença da vaca louca; vigilância especial para evitar a disseminação da doença mormo, zoonose altamente contagiosa, detectada em equinos do Batalhão da Polícia Militar; desenvolvimento de um sistema para o envio ágil, sem necessidade de transitarem em setores de anuência conjunta, de dados sobre as importações, permitindo a análise de LI's e manifestação do setor competente no SISCOMEX sem a necessidade de protocolar documentos em papel.

b) ações para manter diversas áreas do Estado de São Paulo livres de pragas como a mosca da carambola, principal barreira fitossanitária às exportações da fruticultura bem como monitorar os trabalhos para evitar a entrada no Estado da praga à **Helicoverpa armigera**,

lagarta que causa imensos prejuízos à agricultura: manutenção da regularidade de 100% dos campos de experimentos de organismos geneticamente modificados; estruturação do serviço de tratamento fitossanitário para fins quarentenários.

c) realização de trabalhos em conjunto com as SFAs de MG e RJ sobre Indicação Geográfica e Marcas Coletivas de qualidade do Azeite dos Contrafortes da Mantiqueira; Divulgação do selo " Brasil Certificado"; acompanhamento, fiscalização dos recursos liberados para compras de equipamentos agrícolas e tratores, no âmbito do PRODESA, a 175 Prefeituras Municipais.

d) a mudança de estratégia na montagem do Plano de Ação de cada unidade, somada à iniciativa de realização de reuniões com clientes para orientação, esclarecimentos - a respeito das não-conformidades identificadas em suas solicitações de registros/liberações/vistorias - já apresentam expressivos resultados de gestão em termos de transparência e rapidez no atendimento

f) melhoria das instalações da infraestrutura para melhor atender o cidadão e à sociedade; adaptação de um imóvel da União para sede do SVA-Santos; modernização da estrutura das unidades regionais.

A expectativa da SFA/SP para 2014: a) que haja um reconhecimento maior a respeito das necessidades e requisitos do Estado de São Paulo, para que os recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados para execução dos serviços sejam compatíveis com o tamanho e as características do universo a ser trabalhado; b) que um estudo seja levado a efeito pelas instancias superiores no sentido de identificar e propor soluções, adicionais às referentes ao concurso em andamento, para resolver ou minimizar a questão do gap de pessoal existente e ampliado pelas recentes aposentadorias.

Outras expectativas: a) oficialização do sistema do certificado eletrônico, já em teste nos Estados de São Paulo e do Paraná, para agilizar as exportações e eliminar papéis; b) executar atividades de forma a manter as aprovações dos sistemas de inspeção pelas autoridades sanitárias internacionais; c) alteração no decreto presidencial que dispõe sobre o máximo de diárias nos serviços públicos que deveria passar de 40dias/servidor/ano para, no mínimo, 55 diárias/servidor/ano com a finalidade de dar maior cobertura às demandas do cliente/usuário/cidadão/sociedade.

Outros fatores a considerar para 2014; a) maior promoção de eventos para disseminação de conhecimentos, reavaliação e elaboração de procedimentos, b) adoção de novos mecanismos para fortalecimento-integração com as cadeias agroprodutivas. c) fortalecimento da parceria com o Comitê de Clientes da SFA/SP, o seu maior canal de interlocução com o cidadão e a sociedade; d) ampliar o uso ferramentas de TI para treinamentos à distância.

As informações gerais sobre as ações de gestão patrimonial, gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira - Programa 2015 do PPA – Gestão e Manutenção – constam no subitem 2.2.1. A propósito é importante lembrar que a SFA/SP detém um histórico na área da gestão da qualidade, pois integra desde 1999 o grupo de organizações que assumiu o compromisso público de melhorar e simplificar os seus processos. Para tanto, fez adesão, na época, ao Programa GESPÚBLICA. Assumiu por 11 anos consecutivos a função de organização âncora desse programa no Estado de São Paulo. Em três ciclos consecutivos do Prêmio Nacional de Gestão Pública teve reconhecimento, recebendo os troféus em 2002 (bronze), 2003 (prata) 2004 (prata) e 2005 (pontuação prata, mas sem reconhecimento). Conquistou também, o Top of Mind 2005-2006, na categoria administração pública.

As 12 partes componentes do RG-2013 da SFA-SP foram subdivididas em itens e subitens conforme disposto na legislação vigente. Por se tratar de órgão da administração direta, os subitens 3.3 e 4.6, que se referem, respectivamente à 'remuneração paga aos administrado-

res, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal' e 'Renúncias Tributárias sob a Gestão' – não foram abordados, pois não se aplicam à organização. Os subitens: 4.2 – 'reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos', e 5.1.7 – 'providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos' embora aplicáveis à organização não registraram conteúdo no exercício, razão pela qual deixaram de ser tratados.

Esta organização por não ser Unidade Orçamentária deixa ainda de apresentar os seguintes itens e quadros:

- ✓ item 2.2.1 em sua íntegra;
- ✓ item 2.2.2 em sua íntegra;
- ✓ referente ao item 2.2.3 os quadros A.2.2.3.2, A.2.2.3.3, A.2.2.3.4;
- ✓ item 4.1.1 em sua íntegra;
- ✓ referente ao item 4.1.3 os quadros A.4.1.3.1, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4 e A.4.1.3.6.

Esclarecemos ainda que o quadro A.2.2.3.1, foi inserido vinte e cinco vezes (quantidade de ações do PPA executadas por esta SFA), e que os itens 2.2.3.5 e 2.3, estão inseridos dentro da atuação de cada uma dessas iniciativas.

A SFA/SP optou com relação à abordagem do desempenho de cada unidade, pela apresentação das ações dos programas em formato que reúne em um mesmo quadro padronizado pelas normas, a identificação da ação, código do programa, descrição, iniciativas, execução orçamentária e financeira e meta física setorial. Acredita-se que desta forma fica ampliada a visibilidade da atuação de cada unidade.

O RG-2013 ora apresentado focaliza não somente os resultados das ações dos Programas do PPA 2012-2015, mas destaca o desempenho da SFA/SP frente aos desafios dos ambientes interno e externo. Em linhas gerais traduz o aprendizado, o comprometimento, as habilidades e capacidades de sua equipe técnico-administrativa no desenvolvimento de atividades de alto interesse do cidadão e da sociedade.

Identificação da Unidade Jurisdicionada

1. Identificação e Atributos das Unidades

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

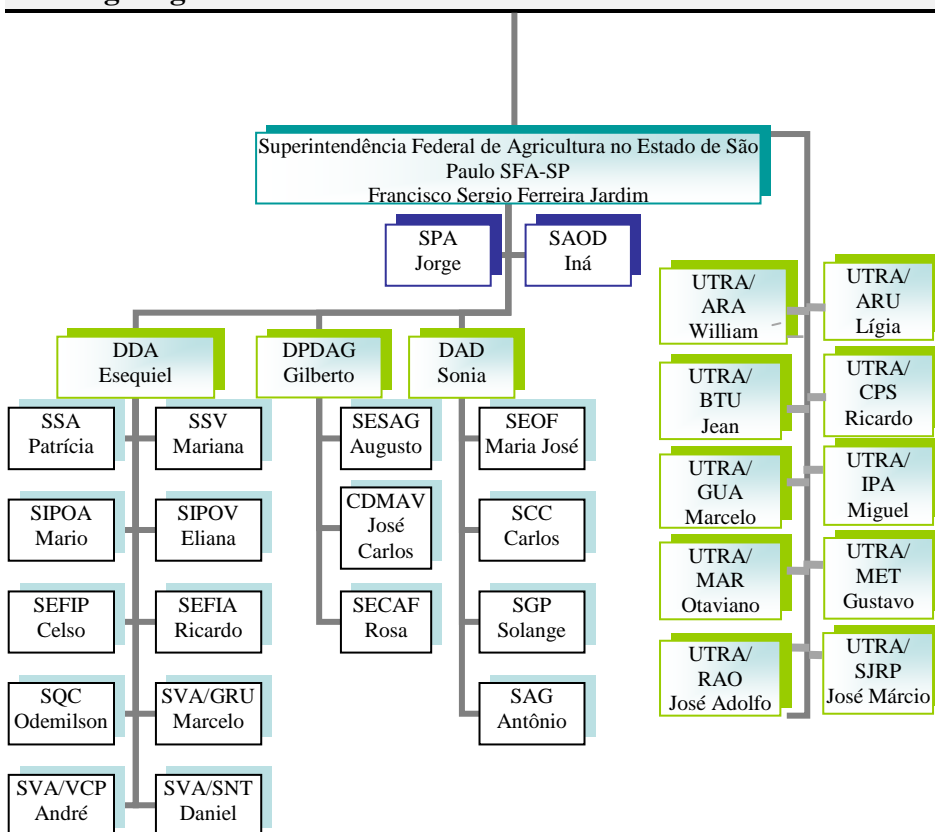
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento		
Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP	
Código SIORG: 2783	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130067
Situação	Ativo	
Natureza jurídica	Órgão Público	
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura	Código CNAE: 8413	
Telefone/Fax	11-3284.6544	11-3284.6044
Endereço Eletrônico:	gab-sp@agricultura.gov.br	
Página institucional na <i>internet</i>	www.agricultura.gov.br	
Endereço Postal	Rua Treze de Maio, 1558 –Bela Vista – São Paulo/SP-CEP 01327-002	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MA-PA	
Normativos de criação e alteração da UJ	Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 7.127 de 04/03/2010 Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 428, de 09/06/2010	
Unidades gestoras relacionadas à UJ	Nome	Código
	SFA/SP/FUNCAFE	130167
	PESCA	130008

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA. Tem por força de dispositivo da instância do legislativo, a Lei 12490 de 16/09/2011 – que atualiza a organização da Presidência da República e dos Ministérios - a sua principal fundamentação. Foi criada em decorrência da reestruturação das Coordenadorias Regionais do Ministério da Agricultura pela Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962. É subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Agricultura, tendo suas atribuições atuais definidas pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010. Tem como competência executar as atividades e ações de:

a) defesa, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; b) fomento e desenvolvimento agropecuário; c) produção agropecuária; d) administração de pessoas e bens e de serviços gerais; e) planejamento estratégico e planejamento operacional; f) programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira; e) aperfeiçoamento da gestão.

1.3. Organograma Funcional



Superintendência Federal de Agricultura no Estado
Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA;
Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD.
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA;
Serviço de Saúde Animal – SSA;
Serviço de Sanidade Vegetal – SSV
Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA;
Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV;
Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP;
Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA;
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG;
Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG;
Seção do Café – SECAF.
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Guarulhos – SVA/GRU;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Viracopos – SVA/VCP;

Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Viracopos – SVA/VCP;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Guarulhos – SVA/GRU;
Serviço de Vigilância Agropecuária do Aeroporto de Viracopos – SVA/VCP
Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Santos – SVA/SNT;
Serviço Quarentenário de Cananéia – SQC;
Centro de Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização e Aviação Agrícola - CDMAV
Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA/
Divisão de Apoio Administrativo – DAD;
Seção de Atividades Gerais – SAG;
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP;
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF.

Competências e atribuições das áreas que compõem os níveis estratégico e tático:

Os principais macroprocessos da SFA/SP – registro, inspeção, fiscalização, liberação e certificação, da área finalística, e o controle patrimonial, controle de pessoal e controle orçamentário e financeiro, da área de apoio, são conduzidos por três Divisões:

Divisão de Defesa Agropecuária DDA/SFA/SP, nível estratégico: que tem sob sua responsabilidade a defesa, inspeção e fiscalização agropecuária de modo a assegurar a qualidade dos alimentos, de insumos pecuários e agrícolas (fertilizantes, sementes, agrotóxicos). Sua estrutura organizacional conta com as unidades de nível tático:

SIPOA/DDA – Competência básica: registro, inspeção, fiscalização de empresas e liberação de produtos de origem animal,

SIPOV/DDA- Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de origem vegetal (bebidas alcoólicas, não alcoólicas, vinagres) e classificação vegetal

SEFIP/DDA, Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de insumos pecuários (alimentação animal, produtos veterinários, vacinas)

SEFIA/DDA, Competência básica: registro, inspeção, liberação e fiscalização de empresas e produtos de insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, agrotóxicos)

SSA/DDA, Competência básica: fiscalização das ações de saúde animal

SSV/DDA, Competência básica: fiscalização fitossanitária

VIGIAGRO/DDA (SVA-Santos, SVA-GRU, SVA-Viracopos) – Competência básica fiscalização, inspeção certificação, liberação do trânsito internacional de produtos e subprodutos agropecuários nos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos e no Porto de Santos.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, DPDAG/SFA/SP, nível estratégico. Competência básica: fomento ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, à agricultura orgânica, à agricultura de baixo carbono, à integração pecuária-lavoura, registro genealógico, indicação geográfica, zoneamento agrícola e agroenergia. É constituída dos seguintes serviços e seções:

SESAG - Competência básica: coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário;

SECAF - Competência básica: coordenar e acompanhar as atividades executadas pelas Unidades Armazenadoras de Café.

CDMAV- Competência gerenciar as ações de mecanização e aviação agrícola, inclusive combate a incêndios no campo.

Divisão de Apoio Administrativo, DAD/SFA/SP, nível tático. Competência básica: Controle das atividades de administração em geral. A natureza das ações da DAD é vinculada ao atendimento das necessidades dos serviços finalísticos da SFA/SP. Os principais macroprocessos de apoio: são: controle patrimonial, controle material, controle de pessoal e controle orçamentário e financeiro.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os produtos e serviços finalísticos são organizados em uma estrutura baseada nos seguintes macroprocessos: registro, fiscalização, inspeção, liberação e certificação a seguir identificados:

Registro de estabelecimentos e produtos da agropecuária e da agroindústria paulista que representam 80% das demandas nacionais;

Fiscalização, inspeção e liberação do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos (importação e exportação);

Fiscalização e inspeção higiênico-sanitária-industrial de empresas que processam produtos de origem animal como carne, leite, ovos, mel e derivados destinados ao comércio interestadual e internacional;

Fiscalização da classificação de produtos vegetais;

Fiscalização de bebidas alcoólicas, não alcoólicas (sucos, refrigerantes) e vinagres;

Fiscalização e fomento da área de sementes, sêmen, embriões, alimentos para animais, aviação agrícola, registro genealógico.

Fiscalização e inspeção de produtos veterinários, fertilizantes e defensivos

Certificação de produtos, subprodutos e animais para o mercado internacional. (certificados zootécnicos, certificados fitossanitários).

1.5 Macroprocessos de Apoio

Para condução dos principais macroprocessos de apoio previstos na estrutura regimental a Divisão de Apoio Administrativo conta com dois serviços, quatro setores e uma seção:

Serviço de Gestão de Pessoas, SGP/DAD/SFA/SP Competência básica: fazer a gestão de pessoal;

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP Competência básica: gestão orçamentária financeira;

Setor de Compras e Contratos - SCC/DAD/SFA-SP: Competência básica: gerenciamentos dos processos licitatórios, contratos e compras;

Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP: Competência básica: gerenciamento dos setores de Manutenção Predial, Material e Patrimonial Protocolo, Transporte.

1.6 Principais Parceiros

A SFA/SP mantém para o cumprimento de sua missão, protocolos de cooperação, delegações, credenciamentos, instituições públicas e privadas, e profissionais veterinários vinculados direta e indiretamente aos setores da agropecuária e do agronegócio.

Destacam-se como principais parceiros:

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo com seus Institutos Biológico, Agrônomo, de Zootecnia e notadamente a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, CATI; Atividade: saúde animal e vegetal, rastreabilidade

Associações de Criadores de Bovinos. Atividade: registro genealógico

Prefeituras Municipais: Atividade: co-gerenciamiento do PRODESA, Programa de Desenvolvimento da Agropecuária.

Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Atividade: desenvolvimento de trabalhos para capacitação técnica, qualidade vegetal e melhoria de laticínios voltados para produtores.

Universidades Federais, Estaduais. Atividade: concessão de estágios curriculares obrigatórios para estudantes de veterinária, agronomia, zootecnia, engenharia florestal do último ano das faculdades.

Profissionais de veterinária: Atividade: credenciamento para emissão de GTAs, Guia de Transporte de Animais.

Comitê de Clientes da SFA/SP (o primeiro comitê de clientes que se tem notícia na administração pública direta): Atividade: troca de informação, avaliação conjunta de medidas de impactos de novos aparatos legais, apresentação de sugestão para melhoria de processos organizacionais.

Centro Integrado Empresa-Escola: convênio para contratação de estudantes estagiários.

Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

2.1 Planejamento da Unidade

Em 2007, em razão de mudanças nos cenários internos e externos houve uma revisão no Plano Estratégico, PE, resultando na sua 2ª versão com ajustes dos requisitos e necessidades das partes interessadas. Abrange o horizonte de 2007 a 2015 e os PPAs dos ciclos 2008-2011 (já encerrado) e 2012/2015;

O Plano Estratégico da SFA/SP foi desdobrado do Plano Estratégico do MAPA - elaborado de forma participativa com o envolvimento de representantes do nível estratégico das unidades centrais e dos estados para lhe conferir maior legitimidade. Ao processo de desdobramento, levou-se em consideração uma série de insumos locais como requisitos das partes interessadas, análise de cenários interno e externo e, sobretudo foram respeitadas as competências regimentais estabelecidas na Portaria Ministerial 428/2010. Neste sentido, pode-se observar a vinculação do plano estratégico com as competências constitucionais e regimentais (subitem 1.2) da SFA/SP.

As estratégias do MAPA estão representadas no PPA por meio de seus objetivos, programas e ações. Os objetivos setoriais coincidem com os objetivos estratégicos e contemplam os programas de responsabilidade da Unidade. Cabe à SFA/SP a execução, no Estado de São Paulo, de ações de três programas temáticos – 2028 Defesa Agropecuária, 2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, 2105 Programa de Gestão e Manutenção do MAPA envolvendo 25 ações e 16 iniciativas do PPA, o que demonstra a vinculação do Planejamento Estratégico com o PPA.

Os 25 objetivos estratégicos do MAPA demonstram o que é imprescindível para a organização como um todo, incluindo suas unidades nos estados, alcançar os resultados esperados tendo em vista a missão institucional, a visão de futuro, o ‘olhar’ do poder executivo, do agronegócio e da sociedade.

Principais objetivos traçados para 2013: garantir a segurança alimentar dos consumidores; impulsionar o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agropecuária; fortalecer a defesa agropecuária; aumentar a produção de alimentos; assegurar a qualidade de alimentos e bebidas; diminuir os riscos de disseminação de pragas e/ ou doenças em vegetais e animais e buscar a excelência administrativa.

As principais ações dos programas do PPA estão descritas no subitem 2.2. Para atingir os objetivos estratégicos no que se refere a oferecer produtos saudáveis aos consumidores/sociedade, impulsionar o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agropecuária; fortalecer a defesa agropecuária; aumentar a produção de alimentos; assegurar a qualidade de alimentos e bebidas; diminuir os riscos de disseminação de pragas e/ ou doenças em vegetais e animais e buscar a excelência administrativa, as estratégias que, como já foi assinalado, confundem-se com os próprios objetivos, estão voltadas notadamente para o cumprimento das ações das metas previstas nos POAs das unidades.

Os riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos são: falha na gestão dos riscos operacionais, ocorrências na agropecuária de pragas ou enfermidades não registradas no País, quebra na produção de alimentos, contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não atualização da legislação, falta de comprometimento das equipes e não adesão aos critérios do modelo de excelência.

Não houve necessidade de revisão dos macroprocessos uma vez que eles são definidos a partir do disposto no Regimento Interno (**Portaria 428/2010**) nas competências de cada unidade da SFA/SP.

Para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos foi necessária, em termos de pessoal, a adoção de medidas como treinamento e reciclagem de servidores, constituição de forças tarefas específicas para atendimento às áreas onde existe *gap* entre a equipe de trabalho e a demanda por serviços. Utilizou-se ainda o recurso do chamado “cubo mágico” para melhor aproveitamento da equipe de técnica em todas as ações que demandam ação fiscal, otimizando de forma colegiada a força de trabalho em fiscalização. Em relação à tecnologia, houve no exercício maior ampliação da Rede Mapa, com instalações de novos sistemas.

Os Objetivos da SFA/SP são comunicados às partes interessadas, que direta ou indiretamente participaram de sua elaboração, por meio das reuniões semanais (**cerca de 40 reuniões/ano**) da Alta Administração com as Chefias das unidades e dos repasses das chefias aos servidores dos respectivos serviços. Também se utilizam como canais de divulgação os murais, as edições das Semanas da Qualidade e Semanas do “Conheça sua SFA/SP”

Outras estratégias relevantes: buscar a economicidade; incentivar a agropecuária paulista a adotar ferramentas da qualidade (Boas Práticas de Fabricação, BPF, Boas Práticas Agrícolas, BPA e APPCC) garantir a satisfação dos clientes e das pessoas; realizar eventos (Semana da Qualidade, Palestras, Cursos) para disseminação de conhecimentos e incentivar a responsabilidade social dos servidores.

Anualmente são preparados em consonância com os objetivos estratégicos, o PPA, e as iniciativas da Alta Administração, os Planos Operativos Anuais, POAs, onde constam as propostas orçamentárias a serem aprovadas e incluídas no orçamento dos Departamentos e Divisões das Secretarias Nacionais do MAPA. Os realinhamentos são realizados na eventualidade de cortes orçamentários, em emergências sanitárias, quando do atraso na liberação dos recursos empenhados ou da ocorrência de um volume de demandas não previstas (do Ministério Público, Judiciário, Ouvidoria do MAPA, e SIC).

As principais dificuldades enfrentadas pela SFA/SP para o não atingimento de metas: a) a limitação imposta pelo governo na concessão de diárias (40 diárias/servidor/ano) comprometeu sobremaneira a execução da programação de fiscalização e inspeção de estabelecimentos e produtos; b) força de trabalho (técnica e administrativa) insuficiente para atender a crescente demanda por serviços; c) falta de substituição dos servidores que se aposentaram, notadamente na área meio, onde há mais de 30 anos não se registram concursos para ingresso de pessoal; contingenciamento de recursos financeiros.

Esclarecemos que “Restos a pagar” não provocaram reflexo na execução das ações.

Os principais resultados das ações que impactaram nos objetivos dos programas: índice de conformidade nos processos produtivos de origem animal; índice de conformidade de produtos de origem vegetal; manutenção de áreas livres de Sigatoka Negra, Mosca de Carambola e Febre Aftosa, com vacinação; disseminação junto aos produtores de boas práticas agrícolas notadamente no que se refere à agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária; agricultura sustentável, fortalecimento do associativismo e cooperativismo; gestão de pessoal, patrimonial e orçamentária e financeira.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1. Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da SFA/SP

A SFA/SP tem sob sua responsabilidade a execução no Estado de São Paulo de ações de três programas do PPA 2012-2015: 1) 02028 – Defesa Agropecuária; 2) 2014- Agropecuária

Sustentável, Abastecimento e Comercialização e 3) 2105–Gestão e Manutenção da SFA/SP. A Figura 1 mostra a relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados a estes programas temáticos.

Figura 1 Relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados aos programas temáticos

Programas Temáticos	Objetivos	Iniciativas	Ações
2028 Defesa Agropecuária	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças visando prevenção e o controle. 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas visando a oferta de alimentos seguros. 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais. 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais 012J - Fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários 013E - Modernização da fiscalização de insumos agrícolas 013F- Aperfeiçoamento da fiscalização de insumos pecuários. 013H -Modernização dos instrumentos de fiscalização de OGM. 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal. 0278 - Fiscalização dos produtos de origem animal 0279 - Fiscalização dos produtos de origem vegetal 027A – Classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal.	2134 - Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais 8572 – Prevenção e Erradicação de Pragas dos Vegetais 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola 4842 - Erradicação da Febre Aftosa 8592 –Monitoramento de Sist. Rastreabilidade Agroalimentar 8658 - Prevenção e Erradicação de Doenças dos Animais 2180 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais 2181 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins 2141 - Fiscalização de Fertilizantes e corretivos 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes 8938 - Fiscalização de Produtos de Origem Animal 8939 - Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal 4746 - Padronização, Classif, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária. 0750-Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético	02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados 02X3 - Fiscalização e aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola. 02XH-Apoio a projetos de desenvolv. do setor agropec. 02Y6-Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas	4747 - Fiscalização de Serviços Pecuários 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas 2B17-Fiscalização de contratos de repasse
2105–Gestão, Manutenção do MAPA	Não definidos no PPA		4716-Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

2.3 Ações do PPA

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Quadro A.2.2.3.1.1 - Identificação da Ação INSPANIMAL 13

Código	8938	Tipo: Atividade
Título	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal	
Iniciativa	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal	
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	Código: 0570
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação

Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
472.700,00	393.731,00	393.731,00	366.336,73	11.945,44	15.702,53

Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante	
		Prevista	Realizada
Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	638	638

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado
145.709,25	122.193,00	22.319,80

Fonte: SIPOA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Em 2013 foi disponibilizado para as atividades deste Serviço R\$ 404.764,94, tendo sido recebido de janeiro a julho 73,61% deste recurso, e o restante, 26,39%, de agosto a dezembro. Os recursos recebidos no segundo semestre vieram sob condições de gastos, na sua maioria, especificados pelo órgão central, prejudicando a execução das atividades previstas no POA 2013.

Recursos destinados ao SIPOA-SP

Tabela 1

Mês	Provisão Total Geral	Provisão Recebida Diária - 339014	Pagamento Efetuado Diária - 339014
Total	R\$ 404.764,94	R\$ 256.444,54	R\$ 227.747,46
		63,36%	88,81%
Parcial (ago-dez)	R\$ 106.798,04	R\$ 71.875,94	R\$ 70.235,13
		67,30%	97,72%
Parcial Total (ago-dez)	26,39%	28,03%	30,84%

Fonte: SIAFI; SIPOA/SP

As atividades executadas ou programadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) nos estabelecimentos registrados ou relacionados que comercializam produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel e pescado), de acordo com o previsto nas Leis nº 1.283/50 e 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando produtos com inocuidade, a qualidade e a identidade.

A tabela abaixo apresenta a quantificação de “estabelecimentos inspecionados”, e retrata o número absoluto de estabelecimentos registrados/inspecionados pelo Serviço Inspeção Federal (SIF). Ressaltamos que existem aproximadamente 3.300 estabelecimentos registrados no Brasil.

Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)					Tabela 2
Categoria/Classe	2009	2010	2011	2012	2013
Matadouro-frigorífico Bovino/ Suíno e outros	63	52	58	55	52
Matadouros de aves e coelhos	47	46	38	33	30
Entrepasto Frigorífico	51	53	56	57	56
Entrepasto de Carnes e Derivados	100	109	96	88	84
Fábrica de Conserva	126	114	114	107	107
Fábrica de Produtos Não Comestíveis	38	45	44	42	45
Fábrica de produtos suínos	02	02	01	01	01
Apiário	**	04	03	01	01
Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas	62	61	50	47	47
Fábrica de Produtos Gordurosos	02	07	06	05	06
Entrepasto de Pescados	37	40	43	42	43
Fábrica de Conservas de Pescados	11	11	13	11	6
Barco Fábrica	01	01	0	0	0
Entrepasto de ovos	51	55	43	41	41
Fábrica de Conservas de Ovos	19	16	19	16	16
Usina de Beneficiamento	25	43	39	39	36
Fábrica de Laticínios	96	81	72	73	74
Entrepasto de Laticínios	**	20	17	18	19
Entrepasto Usina	**	04	04	04	03
Posto de Coagulação	**	02	02	01	01
Granja Leiteira	03	03	03	03	05
Posto de Recebimento	**	01	01	0	0
Posto de Refrigeração	20	18	17	17	17
Fábrica de Coalho e coagulantes	0	0	0	0	0
Total por classificação/ categoria	754	788	739	701	690
Total geral de estabelecimentos	706	740	683	644	638

**dados não disponíveis. Fonte: SIGSIF/MAPA

Se observarmos a linha referente ao total geral de estabelecimentos, a somatória é diferente do da linha referente ao total de estabelecimentos por classificação/ categoria. Este fato

ocorre devido ao fato de que há estabelecimentos que abrangem mais de uma classificação/categoria.

Além do registro de estabelecimentos, o SIPOA mantém também um cadastro de estabelecimentos relacionados onde são efetuadas inspeções/fiscalizações:

Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)					Tabela 3
	2009	2010	2011	2012	2013
Granja Avícola	195	190	183	146	125
Estábulo leiteiro	812	2101	2093	206	220
Casa Atacadista	311	319	328	72	54
Cestas de Alimentos e Similares	39	51	58	61	41
Apiário	03	08	07	07	04
Curtume	-	20	20	10	09
Total	1360	2689	2689	502	453

Fonte: SIPOA/SP

Em agosto de 2012 iniciou-se o lançamento dos dados dos Estabelecimentos Relacionados-ER no SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais do SIF, gerando números mais precisos em relação ao ano de 2011, esta atualização foi concluída no primeiro semestre de 2013. No segundo semestre de 2013 foram revisados os dados já lançados, classificando as áreas de atuação específicas das Casas Atacadistas (carnes, lácteos e pescados), promovendo uma maior consistência nas consultas on-line pelos clientes internos e externos.

Ainda, conforme a tabela acima, é possível notar que houve uma redução drástica no número de estabelecimentos denominados “Cestas de Alimentos e Similares” devido a determinação contida na IN SDA nº 24 de 9/09/2013 que suspendeu a obrigatoriedade de relacionamento desta categoria no serviço, desta forma houve um cancelamento dos relacionamentos dos estabelecimentos desta categoria.

O SIPOA desempenha ou gerencia outras tarefas, além das atividades de fiscalização/inspeção rotineiras em estabelecimentos. O indicador previsto no PPA 2012/2015 é a Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TC pa).

Indicadores de Desempenho			Tabela 4
Tipo do Indicador	Descrição	Mnemônico	Fórmula do indicador
Eficácia	Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal e água	IQ cal =	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de amostras verificadas}}$
Eficácia	Achados em abate de cisticercose em bovinos	IQ acb =	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de tuberculose em bovinos	IQ atb =	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de tuberculose em bovinos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de cisticercose em suínos	IQ acs =	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de achados de cisticercose em suínos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de suínos abatidos}}$

Eficácia	Achados em abate de tuberculose em suínos	IQ ats =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de tuberculose em suínos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de pneumonia em suínos	IQ aps =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de pneumonia em suínos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de ascite em aves	IQ aaa =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de ascite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Achados em abate de aerossaculite em aves	IQ ara =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de aerossaculite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Supervisões realizadas no ano	IQ sra=	$\frac{N^{\circ} \text{ total de supervisões realizadas em estabelecimentos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de supervisões programadas por ano}}$
Capacidade	Processos administrativos analisados e tramitados no ano	IP paa =	$\frac{N^{\circ} \text{ processos administrativos analisados}}{\text{Ano}}$
Capacidade	Rótulos analisados e tramitados no ano	IP raa =	$\frac{N^{\circ} \text{ rótulos analisados}}{\text{No}}$
Capacidade	Requerimento de Anuência de Importação de Produtos de Origem Animal analisados no ano	IP ria =	$\frac{N^{\circ} \text{ requerimentos analisados}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal	TC pa=	$IQ \text{ cal} \times 0,3 + IQ \text{ sup} \times 0,7$

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água de abastecimento utilizada pelas empresas. As amostras são coletadas por servidores do Serviço de Inspeção Federal nos estabelecimentos, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPOA, ou diretamente no consumo, em reinspeções de varejo, conforme previsto no Artigo nº 848, do Decreto nº 30.691/52.

Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal					Tabela 5
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Total Conforme	47.631	68.831	81.231	86.829	71.830
IQ Cal %	96,5	97,19	96,42	96,41	96,54

Fonte: SIGSIF/MAPA.

O IQ cal demonstra a porcentagem das amostras de produtos de origem animal e de água de abastecimento coletadas oficialmente que se apresentaram em conformidade com os padrões da legislação vigente, co-validando os processos produtivos inspecionados.

No ano de 2013 foram avaliados cerca de 74.404 parâmetros de amostras de Produtos de Origem Animal e de Água encaminhadas para análise, sendo que o número de parâmetros não conformes encontrados de acordo com a legislação vigente foi de 2.574, que representa uma taxa de 3,46%.

As avaliações das análises laboratoriais compreendem desde o aspecto inocuidade com os patógenos causadores de Doenças Vinculadas por alimentos, fatores intrínsecos que garan-

tem principalmente a estabilidade do produto durante sua vida de prateleira, aditivos e ingredientes alimentares com uso controlado, até o aspecto de combate a fraude econômica como a adição de água em leite, aves e pescado.

Zoonoses em abates de animais (IQ acb, IQ atb, IQ acs e IQ ats)

Este Serviço possui equipes de Fiscais Federais Agropecuários (com formação em Medicina Veterinária), e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal atuando na inspeção *ante e post mortem*, previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto nº 30.691/52. Na atividade rotineira de todos os estabelecimentos de abate ativos no Estado de São Paulo, os animais abatidos são inspecionados sanitariamente e quanto aspectos tecnológicos de obtenção e transformação além de aspectos repugnantes achados no post-mortem.

As atividades de inspeção sanitária são importantes não só para o diagnóstico das doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública. Somado ao acima descrito, a inspeção sanitária também verifica a existência de microorganismos causadores de Doenças Veiculadas por Alimentos –DVA (Salmonela, Clostridium botulinum, Listéria e outros).

Nesse contexto o SIPOA evitou que carcaças bovinas e suínas portando cisticercose e lesões de tuberculose chegassem diretamente ao consumidor. Portanto, as ações de inspeção contribuíram efetivamente para promoção da saúde pública, mediante diminuição do risco da tuberculose zoonótica e risco da doença humana associada ao complexo teníase-cisticercose.

Em 2013 foram abatidos mais de **563.796.214** e submetidos à inspeção *ante e post mortem* em estabelecimentos sob SIF conforme segue:

Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP					Tabela 6
Espécie	2009	2010	2011	2012	2013
Bovinos	3.249.868	3.037.020	2.916.279	2.847.071	3.005.161
Suínos	1.491.758	1.648.666	1.488.237	1.511.659	1.428.664
Aves	648.978.986	670.876.964	740.464.666	639.754.593	559.348.917
Ovinos	21.308	30.273	32.146	23.865	13.472
Total	653.741.920	675.592.923	744.901.328	644.137.188	563.796.214

Fonte: SIGSIF/MAPA.

Dos animais abatidos e inspecionados, as duas principais zoonoses encontradas são as demonstradas a seguir:

Número de casos de cisticercose e de tuberculose bovina e suína detectadas pelo SIF em abatedouros										Tabela 7
ANO	Nº de bovinos abatidos	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas							
			Cisticercose Bovina	IQ acb %	Tuberculose bovina	IQ atb %	Cisticercose Suína	IQ acs %	Tuberculose Suína	IQ ats %
2009	3.249.868	1.491.758	84.659	2,605	8.226	0,253	0	0,000	16	0,001
2010	3.037.020	1.648.666	84.927	2,796	9.975	0,328	0	0,000	54	0,003
2011	2.916.679	1.488.237	79.645	2,731	6.602	0,226	9	0,001	40	0,003
2012	2.847.071	1.511.659	72.059	2,531	3.094	0,109	11	0,001	582	0,039
2013	3.005.161	1.428.664	62.676	2,08	3.184	1,105	20	0,001	406	0,028

Fonte: SIGSIF/MAPA.

Houve diminuição no índice IQ acb de 0,44% no ano de 2013 dos achados de cisticercose bovina em relação a 2012. Este resultado pode ser explicado por dois fatores principais: melhoria nas práticas agrícolas e/ou diminuição na eficácia do ato operacional de inspeção pós morte. O SIPOA acredita que esta queda deve-se principalmente a melhoria nas práticas agrícolas uma vez que existem evidências de que a ação de inspeção manteve as atividades num estado de normalidade.

O índice IQ atb, que avalia os achados de tuberculose bovina, apresentou nova queda no ano de 2013. A implantação efetiva de sistema de confirmação de diagnóstico de tuberculose por análise laboratorial pode estar influenciando esse índice.

Com relação ao abate de suínos, foram detectados em 2011, 9 casos de cisticercose suína em apenas um local de abate. Em 2012, 11 casos foram detectados em dois locais de abate distintos. Em 2013, 20 casos foram detectados em dois locais de abate distintos. O aumento de casos detectados de cisticercose suína não significa necessariamente um aumento de prevalência desta zoonose, uma vez que os casos são isolados e em um número muito reduzido em relação ao total de suínos abatidos, 20/1.428.664. No entanto, foram abertos 2 processos e encaminhados ao setor de carne para comunicação aos atores sanitários da cadeia produtiva.

Por meio dos dados estatísticos foram identificados os estabelecimentos que diagnosticaram esses casos e por meio das Guias de Trânsitos Animal (GTA), que acompanharam esses animais até o abate, as propriedades foram localizadas. O Serviço de Saúde Animal – SSA/DDA/SFA-SP foi acionado para desencadear a implantação de medidas preventivas no local.

No ano de 2013 houve a detecção de vinte novos casos e o mesmo procedimento foi aplicado, em que pese terem sido ocorrências pontuais.

Outros índices que avaliam a eficácia dos trabalhos da inspeção *post mortem* podem ser verificados como por exemplo: o IQ aps (que avalia o número de carcaças suínas portando sinais de pneumonia), o IQ aaa e IQ ara (que avaliam o número de carcaças de aves portando ascite e aerossaculite, respectivamente).

ANO	Nº de aves abatidas	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas					
			Ascite em Aves	IQ aaa %	Aerossaculite em Aves	IQ ara %	Pneumonia Suína	IQ aps %
2009	648.978.986	1.491.758	378.116	0,058	615.146	0,095	1.033	0,069
2010	670.876.964	1.648.666	546.596	0,081	584.540	0,087	903	0,055
2011	740.464.666	1.488.237	459.854	0,062	732.286	0,099	508	0,034
2012	639.754.593	1.511.659	483.167	0,076	546.076	0,085	1199	0,079
2013*	559.348.917	1.428.664	793.595	0,141	321.092	0,057	1988	0,139

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

Os dados relativos ao IQ aaa demonstram um forte aumento na incidência de ascite que vinham num patamar histórico de 0,07 e subiram para 0,141, o que pode indicar não conformidades nas boas práticas de produção. Já o indicador que mede a incidência de aerossaculite (IQ ara) houve uma diminuição dos índices.

A sazonalidade pode tornar as condenações mais expressivas em épocas definidas do ano, levando a orientações preventivas no campo, que serão distintas conforme a localidade.

Durante as atividades de rotina da Inspeção Federal, esporadicamente torna-se necessária a ação fiscal de condenação de determinados produtos que não apresentam condições de consumo humano ou que estejam fora dos padrões legais vigentes.

Antes da citada condenação, os produtos passam por uma reinspeção completa, amparada pelo disposto no artigo nº 878 do RIISPOA vigente, cujo resultado é avaliado pelo Fiscal Federal Agropecuário que julga a destinação adequada caso a caso.

Seguem abaixo as principais causas de condenação por área:

1) Pescado

Os dados de 2013 obtidos no SIGSIF apontam uma produção de 67.292.289 kg de pescado.

Outra atividade que vem crescendo de maneira acentuada é a importação de pescados gerando uma demanda de reinspeção de produtos. No ano de 2013 a quantidade de pescado importado foi de 215.578.454 kg.

Um das ações do setor de pescado é o combate à fraude por agregação de água no peso líquido de pescado congelado. Desta forma, o SIPOA vem coletando e direcionando para análise produtos desta natureza com a finalidade de identificar os possíveis desvios e coibir práticas ilícitas ou que lesem o consumidor. A tabela a seguir apresenta os resultados dos seis últimos anos e demonstra uma evolução positiva das ações fiscais aplicadas:

Análise de Desglaciamento em Pescado Congelado			Tabela 9
Ano	Análises	Não Conformes	% Não Conformes
2008	24	11	45,83%
2009	41	10	24,39%
2010	104	18	17,31%
2011	102	2	1,96%
2012	114	16	14,04%
2013	115	4	3,48%

Fonte: SIPOA/SP

Condenação de pescado por parasitose		Tabela 10
Ano	Unidades	
2011	0	
2012	21.419	
2013	62.590	

Fonte: SIGSIF/MAPA

Os dados relativos a condenação de pescados em função da presença de parasita só foram computados e lançados no SIGSIF a partir de 2012. Os parasitas de importância zoonótica são: Larvas de Eustrongylides, comumente encontradas em traíras (*Hoplias malabaricus*) sendo que a forma adulta é encontrada em aves ciconiformes (Spalding et al., 1993; Barros, 2001). Além da patologia provocada nas aves, nos peixes as larvas de Eustrongylides podem provocar fibrose ao redor dos cistos contendo as larvas e aparentemente há baixo crescimento do hospedeiro (Eiras; Rego, 1989). Já em peixes marinhos as larvas de anisakídeos podem ser encontradas nas vísceras e eventualmente na musculatura, e seus hospedeiros definitivos podem ser mamíferos marinhos ou aves piscívoras. Quando o homem ingere o peixe cru ou mal cozido as larvas migram para o esôfago ou para a região do cárdias provocando granulomas eosinofílicos (Luque, 2004). Recentes estudos mostram também a possibilidade de into-

xicação em humanos devido à ingestão de larvas de anisakídeos mortas na musculatura do peixe (Audicana et al., 2002). Comparando os dados de 2012 e 2013 percebe-se que houve um aumento acentuado nos achados e condenação deste tipo de achado evidenciando um trabalho de aprimoramento dos procedimentos de inspeção e condenação.

Os resultados das inspeções evidenciam que uma das principais causas de condenação do pescado continuam sendo odor estranho e caracteres organolépticos impróprios, em virtude da degradação protéica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Grande parte destas condenações ocorrem devido às condições inadequadas de manipulação e armazenamento a bordo. Como as ações diretas na embarcações são de competência do Ministério da Pesca a assessoria de pescados encaminhou expediente ao Ministério da Pesca dando ciência dos achados de inspeção.

Na colheita de dados visualizamos que os lançamentos de dados no SIGSIF não estão evidenciados de maneira uniforme o que prejudica comparações ano a ano, desta forma a assessoria de pescado reforçou o correto lançamento dos dados das condenações junto ao SIGSIF/MAPA.

2) Leite

No ano de 2013 foi verificada a condenação de 1.836.315 litros de leite cru refrigerado (0,115%), dentre os 1.586.215.897 litros declarados como recebidos no SIGSIF/MAPA conforme segue:

Condenação de Leite realizada pela Inspeção Federal					Tabela 11
Causas de condenação de leite cru refrigerado/ quantidade em Litros	2009	2010	2011	2012	2013
Acidez	156.382	859.574	168.402	183.812	307.697
Aguagem	235.264	398.842	263.136	465.504	557.842
Impurezas	-	206.678	45.233	81.914	195.334
Outras causas	514.200	529.000	554.295	490.726	775.442
Total	905.846	1.994.094	1.031.066	1.221.956	1.836.315
Total Recebido	914.532.234	1.057.371.905	1.205.115.001	1.480.809.606	1.586.215.897

Fonte: SIGSIF/MAPA.

Não conformidades com suspeita de dolo ou má-fé são transformadas em atos administrativos, quando não, são gerenciadas no sentido de correção de processo.

3) Mel

Houve um incremento na produção de mel se comparados os dados de 2012 e 2013 de 566 toneladas que espelha uma retomada moderada dos anos anteriores. Porém, esta retomada veio com uma melhoria na qualidade do mel ofertado a indústria e que pode ser explicado por investimentos na produção e suporte técnico, como exemplo a política implementada pelo SEBRAE no norte-nordeste aos pequenos produtores de mel.

Condenação de Mel realizada pela Inspeção Federal			Tabela 12
Causas de condenação/kg	2012	2013	
Impurezas	2.355	2.190	
Total produzido (kg)	7.321.115	7.984.881	

4) Ovos

O censo agropecuário do IBGE de 2010 apontou uma produção total de ovos de 3.246.719.000 de dúzias, sendo o estado o Estado de São Paulo como responsável pela produ-

ção de 26,7% deste montante, que equivale a 867.652.000 de dúzias, contando tanto ovos para incubação e produção de aves quanto ovos para o consumo, nos diversos níveis de inspeção.

No ano de 2012 o relatório do SIPOA apontou a entrada de 322.133.535 dúzias de ovos para consumo considerando a produção relativa aos entrepostos, não computando a produção relativa as granja avícolas que também produzem ovos. Em 2013 foram apontadas 550.923.344 dúzias de ovos para consumo, considerando a soma das duas categorias de estabelecimento, granja avícola e entrepostos de ovos.

Desta forma, a diminuição dos índices de condenação de ovos de 2012 de 0,45% para 2013 de 0,25% não podem ser comparados de forma direta, não sendo possível precisar se houve melhoria nas manipulação dos ovos ou diminuição na eficácia do ato de inspeção.

Supervisões realizadas no ano nos estabelecimentos (IQ sra)

O SIPOA avalia o desempenho dos estabelecimentos por meio das verificações de rotina e também por meio dos resultados das supervisões executadas. O objetivo principal das supervisões é verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e a aplicação dos programas de autocontroles (Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC).

De acordo com a categoria do estabelecimento (matadouro-frigorífico, fábrica de conservas, usina de beneficiamento, entreposto de carnes e derivados, entre outras) e sua habilitação para exportação (Estados Unidos, Canadá, MERCOSUL, entre outros), as frequências de supervisões se alteram dentro do ano. Por exemplo, na área de carnes são atualmente exigidas 06 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados à exportação para os Estados Unidos e 02 supervisões anuais no mínimo para estabelecimentos habilitados para exportação para a União Européia.

Este Serviço concluiu o processo de centralização da programação e do controle da execução das supervisões com o objetivo de racionalizar os recursos materiais e humanos, bem como determinar quais os estabelecimentos a serem supervisionados com base em seu desempenho e risco apresentados.

As metas de execução são calculadas pelo índice IQ sra englobando todas as áreas:

Supervisões Programadas X Supervisões Realizadas – IQ sra	Tabela 13				
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de supervisões programadas	365	368	415	384	398
Nº de supervisões realizadas	588	312	417	377	201
IQ sra	161	85	100	98	50,50

Fonte: SIPOA/SP.

Quanto ao índice de IQsra observamos que em 2013 houve uma queda para 50,50% se comparado aos anos anteriores. O segundo semestre de 2013 os recursos disponíveis para diárias foram de 26,39% do recurso total, e foram direcionados para demandas específicas como acompanhamento de missões estrangeiras entre elas União Européia e União Aduaneira, demandas especiais como fiscalização/inspeção, e demandas administrativas, PAD e atendimento a ouvidoria e órgão do sistema judiciário. Desta maneira a demanda programada de supervisão estadual foi reavaliada tendo em vista o montante de recurso disponível e o indicador de IQ sup que demonstrava que as fiscalizações/inspeções de rotina estava em conformidade.

Por meio do indicador IQ sup (conformidade nas supervisões realizadas no ano), observa-se o número total de supervisões consideradas conformes em relação ao total de super-

visões realizadas durante o ano. O IQ sup é pré-requisito para a determinação da TC pa. Uma supervisão é considerada conforme quando no relatório elaborado pelo FFA não foi registrada a tomada de nenhuma ação fiscal prevista no Artigo 2º, da Lei nº 7.889/89, sobre o estabelecimento ou sobre os produtos de origem animal, observamos que o IQsup 2013 foi de 86,06 mantendo –se dentro de um índice histórico.

Supervisões Conformes X Supervisões Realizadas – IQ sup			Tabela 14
Ano	2012	2013	
Nº de supervisões conformes	315	173	
Nº de supervisões realizadas	377	201	
IQ sup	83.55	86.06	

Fonte: SIPOA/ SP.

O IQ sup é um dos indicadores na verificação da eficácia do trabalho de campo porém, com a priorização dos recursos em outras demandas já mencionadas, houve uma diminuição do número de supervisões, no entanto, o índice de conformidade manteve-se equivalente aos anos anteriores, tendo em vista que o serviço não abriu mão do ato de inspecionar/fiscalizar, como demonstrados em outros indicadores oriundos do trabalho de campo, coleta de amostra, autos de infração e achados de abate.

A partir do IQ cal e do IQ sup pode-se estabelecer a Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos de Produtos de Origem Animal - TC pa, indicador este previsto no PPA 2012/2015:

Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos – TC pa				Tabela 15
	Peso	2012	2013	
IQ cal	0.3	96.41	96,54	
IQ Sup	0.7	83,55	86,06	
TC pa		87,41	89,20	

Fonte: SIPOA/ SP.

Em 2013 a taxa foi de 89,20% houve uma melhora,mas não avaliamos se é significativa tendo em vista o menor números de supervisão pela redução de recursos A meta para essa taxa é de 90% para todo o País. Sendo assim o que contribuiu para que a TC pa% de SP ficasse com valor menor que 90 (87,40) em 2012 foi o razoável número de supervisões que desencadearam ações fiscais portanto, sendo classificadas como não conformes. Esta constatação refletiu como oportunidade de melhorias do parque industrial instalado tanto nos âmbitos estrutural, quanto operacional e de controle de processos produtivos,apesar do desvio ser 2,60 que sobre o ponto de vista estatístico pode ser não significativo..

Análise de Processos Administrativos é outra atividade que demanda grande tempo dos Fiscais do SIPOA é a que compreendem quase que a totalidade do universo das ações executadas: análises de projetos, relatórios de supervisões, relatórios de auditorias, autos de infração de defesas administrativas,entre outros , solicitação de habilitação para exportação, reimportação e importação de produtos de origem animal, PNCR, resultados de análises laboratoriais fora dos padrões vigentes, registro de estabelecimentos e de produtos, processamentos térmicos, de relacionamento de estabelecimentos, alertas rápidos, alteração de razão social de estabelecimentos, denúncia de consumidor, demandas da ouvidoria, boletim de recebimento de produtos de terceiros, entre outros.

Número de processos analisados e tramitados						Tabela 16
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	
IP paa	38.445	39.852	34.977	30.694	36.271	

Fonte: SIPOA/ SP.

No ano de 2013 foram analisados **6892** rótulos conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que 3161 foram aprovados sem restrição, 1163 foram aprovados com restrição, 516 foram cancelados e 2052 foram reprovados.

Número de rótulos analisados					Tabela 17
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
IP raa	4.931	7.347	8.853	5.997	6.892

Fonte: SIGSIF/MAPA

Em 2013 houve incremento 13% da demanda por análise de rotulagem em relação ao ano anterior e para dar agilidade de processo na avaliação este serviço promoveu a descentralização do ato de aprovação promovendo para tanto treinamento e padronização dos novos avaliadores.

Outra atividade executada é a análise da anuência de importação de produtos de origem animal importados. Somente estabelecimentos habilitados à exportação para o Brasil e com a rotulagem dos produtos devidamente aprovadas podem colocar seus produtos no mercado nacional.

Além da importação tradicional o Serviço analisa os requerimentos de reimportação, ou seja, produtos exportados pelo Brasil que retornam ao país por algum motivo.

Cada importação ou reimportação é acompanhada até o procedimento final de reinspeção em estabelecimento registrado ou relacionado. Foi implementado o monitoramento dessas reinspeções oficiais a partir de julho de 2011, cujos dados são recebidos quinzenalmente por este Serviço. Foi possível identificar que somente 33,53% dos produtos autorizados foram efetivamente importados no segundo semestre de 2011. Para o ano de 2012 este valor superou os 38% em razão da implementação continua do citado monitoramento e 2013 tivemos uma visualização de 30,056% dos produtos autorizados foram efetivamente importados, essa taxa é uma estimativa tendo em vista que não podemos precisar ainda se todas as importações concretizadas foram encaminhadas e processadas ,com o desenho da nova plataforma de integração de dados do MAPA teremos essa visualização com mais precisão. Outro fato é que com aumento do dólar pode influenciar nessa taxa.

Mas o objetivo maior desse processo são o atendimento a demanda em tempo que não traga prejuízo ao usuário ,objetivo esse conseguido e controle das reimportação por restrições sanitárias,que são feitas em conformidade faltando só visualizarmos através de um indicador.

Em 2013 foram analisados 18.079 requerimentos conforme o quadro abaixo:

Requerimentos de anuência de importação analisados					Tabela 18
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
IP ria	15.299	16.881	16.763	15.978	18.079

Fonte: SIPOA/SP.

Atualmente os servidores do SIPOA e das UTRAs possuem também a atribuição de certificar os produtos de origem animal.

A certificação sanitária pode ser nacional ou internacional. A nacional se dá por meio da emissão de Certificados Sanitários (firmados por FFA) ou por meio da emissão de Guias de Trânsito (firmadas por AISIPOA) que garantem o livre trânsito do produto no território nacional. Sua contabilização ainda não é possível pois sua emissão ainda não é de forma eletrônica.

A Certificação Sanitária Internacional se dá por meio do Certificado Sanitário Internacional (CSI) que é exclusivamente firmado por FFA e garante que o produto a ser exportado cumpriu todas as exigências durante a sua elaboração firmada no acordo sanitário com o Bra-

sil e o país importador. Vale ressaltar que não há exportação de produtos de origem animal sem a emissão de CSI com nenhum dos mais de 200 parceiros comerciais do Brasil.

O Estado de São Paulo, no âmbito do SIF, emitiu 40.153 CSI's no ano de 2013, respondendo por 13,42% do total emitido no Brasil (299.227), segundo dados obtidos no SIG-SIF/MAPA.

Os Fiscais Federais Agropecuários possuem a atribuição, dentre as ações fiscais previstas na Lei nº 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, de autuar os infratores da legislação vigente.

O SIPOA dispõe de um sistema de controle dessas autuações e o Chefe do Serviço leva em consideração o histórico dos autuados e a gravidade da infração no momento do julgamento das infrações para impor a penalidade.

Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos					Tabela 19
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Autos de Infração	447	372	328	343	450
Nº de Termos de Advertência	103	107	38	19	26
Nº de Autos de multa	659	492	473	431	309
Nº de Cobranças Executivas	508	106	120	153	8
Nº de Autos de infração Cancelados	26	70	82	63	66

Fonte: SIPOA/SP.

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização de produtos, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento que podem ser paralelamente adotados.

Dentro das infrações mais graves esta o comércio clandestino de produtos de origem animal que em razão da força de trabalho disponível se dá por meio do combate passivo, ou seja, na apuração de denúncias. O ideal seria que o Serviço tivesse força de trabalho suficiente para agir de forma ativa e estratégica. No universo do comércio clandestino a competência é também de outros atores como os serviços de saúde pública principalmente Municipais, Estaduais.

O SIPOA conta atualmente com uma força de trabalho muito aquém da necessária para desempenhar todas as suas atividades, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos registrados/relacionados e a perda contínua de servidores em processo de aposentadoria.

Pela razão exposta todas as atividades programadas dentro do Plano Operativo Anual – POA, para o ano de 2013, levaram em consideração a capacidade operacional real do Serviço. Buscou-se a máxima otimização dos recursos humanos disponíveis bem como a forma mais inteligente de tratamento dos dados recebidos para orientação das ações a serem executadas. Esse fato já foi comunicado e reiterado, por diversas vezes, às instâncias superiores do MAPA. Em 2012 a reiteração foi realizada sob o despacho nº 70330.000021/2012-11 e em 2013 sob o nº 70330.000037/2013-12; O MAPA realizou um estudo da necessidade funcional dos diversos serviços que confirma o mencionados todos os anos pelos gestores estaduais do Departamentos da SDA.

A citada força de trabalho está distribuída na Sede SFA e nas onze UTRAs distribuídas pelo Estado de São Paulo, e é composta por servidores de diversos cargos com atribuições específicas definidas sendo:

Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 20
---	------------------

Cargo do servidor	Número total	Nº ideal
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	462	686
Fiscal Federal Agropecuário	135	209
Agente Administrativo	08	14

Fonte: SIPOA/SP.

Desde 2011 este Serviço implantou um Programa denominado PAFI (Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção), confeccionado por seus funcionários, visando contabilizar todas as ações de fiscalização e inspeção nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Estado de São Paulo, executadas pelos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, com o objetivo de orientar, racionalizar e reforçar as ações do Serviço de Inspeção Federal. Para a citada contabilização um indicador denominado “fiscalização” foi instituído, sendo registrado o número de atividades relacionadas às ações de fiscalização/ inspeção em estabelecimentos registrados (SIF) ou relacionados (ER) no estado de São Paulo, exceto àquelas já executadas em estabelecimentos que realizam atividades de abate.

No ano de 2011 o indicador do PAFI foi finalizado com o registro de 41.802 ações, sinalizando claramente uma subestimativa inicial. A partir do fechamento da contabilização de 2011 foi possível identificar os estabelecimentos que não tiveram nenhuma ação sofrida registrada, bem como o grupo de AISIPOAs que não declararam nenhuma ação efetuada, com isso pôde ocorrer a integração da gestão administrativa das UTRAs e Regionais com a gestão da gama de tarefas que devem ser executadas de forma rotineira. Os dados do PAFI possibilitam o direcionamento das medidas adicionais de controle oficial junto aos estabelecimentos.

Em 2013 foram contabilizadas 49.637 ações, 2012 o número registrado foi de 45.107 ações, sendo aplicado o mesmo tratamento administrativo de 2011 aos dados computados.

Melhoria dos Diversos Processos

- ✓ O SIPOA continuará aprimorando a informatização dos seus processos para obtenção de mais agilidade e transparência nos serviços ofertados a população;
- ✓ Desenvolver planos de ações integrados entre os diversos setores relacionando o atendimento das demandas, a qualidade técnica do ato funcional, mantendo o foco principal da inocuidade dos POA que irão chegar aos diversos consumidores;
- ✓ Os autos de infração lançados no SICAR atualmente apontam apenas o artigo infringido, para 2014 serão lançados também a descrição das infrações permitindo segmentar e aprimorar as informações obtidas;
- ✓ Incutir nos setores conceitos modernos de interpretação de resultados de análises microbiológicas previstos por organismos internacionais os quais o país é signatário;
- ✓ Será incentivada nos setores de apoio do SIPOA o uso de ferramentas de gestão e qualidade (Análise de Anomalia, Análise da Causa Fundamental, Técnica dos 5 Porquês, Tratamento de Falhas, MASP e Diagrama de Ishikawa) no sentido de transformar as não conformidades evidenciadas na rotina dos diversos setores em oportunidades de melhoria;
- ✓ Envolver as UTRAs para uma participação mais efetiva na programação e execução do POA, sobretudo no que tange a programação relativa as inspeções/fiscalizações.
- ✓ Dar continuidade aos treinamentos técnicos com foco nas tendências evidenciadas nos indicadores.
- ✓ Padronizar os lançamentos no SIGSIF para melhor análise das ocorrências de campo.

Quadro A.2.2.3.1.2 - Identificação da Ação PADCLASSIF13

Código	027 ^a	Tipo: Atividade
Título	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	
Iniciativa	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	Código: 0570
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada*	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.000,00	626.441,45	613.869,96	613.183,93	686,03	12.571,49
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Realizada	Unidade	400	441		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
21.276,05		5.971,49		25.083,39	

* R\$ 478.592,46 referem-se ao contrato feito com Empresa de Classificação Vegetal
Fonte: SIPOV; PPA 2012-2015; SIAFI GERCIAL; LOA 2013

A execução da ação orçamentária 4746 é regida pela Lei 9.972 de 25/05/2000 e Decreto nº 6.268 de 23/11/2007.

Para a execução dessa atividade o SIPOV conta com 2 FFAs atuando de modo exclusivo na gestão do programa, além de 20 que atuam de modo compartilhado com outras atividades, resultando num equivalente técnico em 2013 de 5,0 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 7 Agentes de Atividade Agropecuária que além de apoiar as ações de fiscalização, atuam junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas, com um equivalente técnico de 5,1.

Fiscalização da Classificação Vegetal						Tabela 21
ATIVIDADE	Un.	2009	2010	2011	2012	2013
Produto fiscalizado	T	1.471.429	1.680.771	1.910.058	1.777.869	1.920.935
Amostras coletadas	Nº	1304	1.042	1.376	735	1.253
Estabelecimentos fiscalizados	Nº	350	251	346	401	441
Auto de infração	Nº	111	154	185	169	266
Análises Periciais	Nº	58	56	120	66	172
Processo Relatado	Nº	172	93	156	172	170
Multa aplicada	R\$	1.304.589	511.470	1.249.062	2.190.639	1.920.575

Empresas cadastradas de acordo com a IN 66	Nº	18	44	66	132	151
Cadastro de empresas prestadoras de serviço de classificação vegetal	Nº	1	26	29	36	29
Total das despesas com ação fiscal (diárias, pedágio, transp. amostras e combustível)	R\$	72.748,47	97.639,24	111.210,50	77.021,00	96.755,00

Fonte: SIPOV/SP

Em 2013 a meta definida foi de 400 estabelecimentos fiscalizados. Foram fiscalizados 441 estabelecimentos superando a meta em 10 %

Além deste dado, o quadro acima mostra outros parâmetros para auxiliar na análise da efetividade dos serviços executados. Assim vemos que em 2013 houve um pequeno crescimento no número de empresas cadastradas pela IN 66/03 no SICASQ (Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade - SICASQ) demandando um esforço menor que o de 2012 de fiscalização desses estabelecimentos. Decorre disso o aumento na quantidade de amostras coletadas em estabelecimentos embaladores para a aferição da qualidade dos produtos colocados à população para consumo, pois na maioria dos cadastrados no SICASQ não há coleta de amostras. Adicionalmente houve um aumento no número de infrações apuradas e, conseqüentemente, de autos aplicados. O número de processos relatados e multas aplicadas não refletiu ainda esse aumento, pois a capacidade de relatoria, lançando mão de um conceito das ciências econômicas, é inelástica.

Principais Indicadores		Tabela 22				
Mnemônico	Unidade	2009 n=5,55	2010 n = 4,65	2011 n=4,25	2012 n=4,85	2013 n=5,0
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / N° de estabelecimentos fiscalizados						
<i>ICF</i>	R\$	207,85	389,00	321,42	145,91	219,4
Eficiência – Custo da Fiscalização Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas)						
<i>ICFa</i>	R\$	55,79	93,70	80,82	101,08	77,2
Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - N° de estabelecimentos fiscalizados /N° de técnicos envolvidos						
<i>ICOF</i>	N°	63,06	51,75	81,41	101,86	88,2
Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa) - N° de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) /N° de Técnicos envolvidos						
<i>ICOFa</i>	N°	228	214,85	323,76	157,11	251
Produção - Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- N° de estabelecimentos fiscalizados /Ano						
<i>IFE</i>	N°	350	251	346	494	441
Eficiência -Indicador de amostras coletadas (IAC)- N° de Amostras Coletadas /Ano						
<i>IAC</i>	N°	1304	1042	1376	762	1253
Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas						
<i>ICP arroz</i>	%	93	87,25	95,42	88	96,0
Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas						
<i>ICP feijão</i>	%	85	83	84	83	78,8
Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas						
<i>ICP ervilha</i>	%	*	*	*	*	37,5
Eficiência -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas						
<i>ICP lentilha</i>	%	*	*	*	*	53

n = equivalente técnico envolvido na ação. (*) não existe série histórica pois esse indicador começou a ser medido em 2013.
 Fonte: SIPOV/SP

No ano de 2012 o custo de fiscalização (ICF) ficou abaixo da média histórica em virtude da grande quantidade de fiscalização demandadas dentro das micro regiões (solicitações de cadastro no SICASQ) não gerando diárias, apenas gastos com combustível e pedágio. Este efeito não se repetiu em 2013. Outra razão para o aumento do custo de fiscalização é que na metodologia utilizada somamos o gasto com o transporte de amostras nas despesas de fiscalização. Ocorre que no ano de 2013 as despesas do contrato incluem o envio de correspondência, custo pago por outras Ações nos anos anteriores.

Em relação aos produtos padronizados, a atribuição regimental do SIPOV visa coibir a comercialização de produtos com disparidade entre o informado na rotulagem e qualidade real do produto, através da autuação dos infratores, protegendo assim os consumidores. Para isso são realizadas coletas focadas em lotes que aparentam apresentar disparidade. No entanto desde 2010 a SFA tem realizado não só coletas estritamente fiscais, como coletas dentro de programas desenhados pelo órgão central, PEQV e PNQV que visam monitorar a qualidade dos produtos no âmbito estadual e federal. O objetivo destes programas é analisar a evolução da qualidade dos produtos e também analisar a adequação do padrão de classificação à qualidade real dos produtos em comercialização naquele ano.

Nestes programas a orientação é que sejam coletadas amostras de todos os lotes existentes em estabelecimentos dos municípios sorteados pela Coordenação Geral em Brasília, o que produz um grande número de amostras por termo de fiscalização. Assim o ICFa refletiu este fenômeno, ficando abaixo dos anos anteriores. Ao contrário do ICF que foi maior.

Quanto à qualidade dos produtos fiscalizados, vemos, no ICP arroz e ICP feijão uma melhora na qualidade do arroz e uma diminuição da qualidade do feijão. Tais alterações no entanto podem ser decorrentes de problemas de safra (clima, quantidade de produto importado, por exemplo) ou mesmo por alterações nos critérios para a definição do plano amostral.

Neste ano de 2013 foi realizado um curso de formação para os classificadores da UTRA-Ipanema o que nos permitiu autonomia na análise de classificação de ervilha, lentilha e pipoca, outros produtos que, quando colocados à comercialização direta ao consumidor, devem ser classificados. Neste relatório já aparecem resultados da qualidade apurada nas amostras coletadas de lentilha e ervilha e a instalação de equipamentos já adquiridos no posto de classificação na UTRA-Ipanema dentro dos próximos meses permitirá que analisemos também a qualidade da pipoca comercializada no estado de São Paulo.

Classificação de Produtos Vegetais Importados						Tabela 23
	Un.	2009	2010	2011	2012	2013
Produto classificado	Nº certificados emitidos	5.767	5.306	6.747	5.439	7.125
Classificação de produto	t	1.464.907	1.792.047	1.680.771	1.760.174	1.999.810
Taxa arrecadada	R\$	1.102.269	1.350.305	1.270.093	1.329.989	1.420.633,04
Taxa recolhida	R\$	244.704	301.767	281.961	295.257	554.135
Custo do contrato de apoio operacional	R\$	857.568,00	1.048.533	988.132,15	1.034.731,75	866.497,98

Fonte: SIPOV/SP

Em relação à quantidade de produtos classificados na importação vemos novo aumento na quantidade de produtos em toneladas, o que refletiu na arrecadação de taxa de classificação apurada.

Em relação ao valor retido ao MAPA vemos que ele foi proporcionalmente maior neste ano em virtude da assinatura de novo contrato de apoio operacional na análise de produtos

importados. Devemos observar também que o valor informado como “custos do serviço de apoio operacional” é diferente do valor da despesa realizada para quitar o contrato, pois nos meses de janeiro e fevereiro vigorava o contrato anterior, que era de controle de receita e não de despesa.

Com relação à arrecadação advinda da Fiscalização, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos.

Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos		Tabela 24				
		2009	2010	2011	2012	2013
multa aplicada	número	289	88	126	172	210
multa aplicada	R\$	1.304.589	511.470	1.249.063	2.190.639	1.920.575
multa recolhida	R\$	612.852	354.426	530.118	736.448	691.701,66

Fonte: SIPOV/SP

Principais recursos humanos		Tabela 25	
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	22	5,0	
Agente de Atividade Agropecuário	7	5,1	

Fonte: SIPOV/SP

Quadro A.2.2.3.1.3 - Identificação da Ação IPVEGETAL 13		
Código	0279	Tipo: Atividade
Título	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal	
Iniciativa	Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal	
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	Código: 0570
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
196.718,00	104.454,41	104.454,41	76.638,96	6.551,14	21.264,31
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	190	248		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
17.182,45		7.028,38		13.175,36	

Fonte: SIPOV/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Essa ação é regida pelas Leis nº 7.678, de 08/11/1988 e nº 8.918, de 14/07/1994 e seus respectivos Decretos, a saber, nº 99.066, de 08/03/1990 e 6.871, de 04/06/2009.

Principais Indicadores				Tabela 26		
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - Nº de estabelecimentos / Nº de fiscais						
IPF	Nº	64	31	23,33	20,75	33,74
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ Nº de estabelecimentos fiscalizados						
ICF	R\$	218.01	220.72	250,78	238,37	235,54
Eficiência - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/ Nº estabelecimentos registrados						
IEF	%	46	58	103	36,61	35,17
Efetividade - Conformidade de produtos (ICP) - Nº de amostras em conformidade/ Nº total de análises realizadas						
ICP	%	70,44	84	81,5	72,56	91,06
Efetividade - Conformidade de estabelecimentos (ICE) - Nº de estabelecimentos em conformidade/ Nº total de estabelecimentos inspecionados com aplicação da Lista de Verificação (LV)						
ICE	%	--	--	72,58	58,23	63,37

Fonte: SIPOV/SP

Quanto ao Índice de Produtividade do Serviço de Fiscalização, IPF, podemos verificar que o número de estabelecimentos fiscalizados por cada Fiscal aumentou em 2013, porque optou-se pela elaboração de roteiros de fiscalização com um número menor de municípios, o que acaba gerando maior eficiência quanto ao cumprimento dos mesmos. Tanto que os estabelecimentos inspecionados ultrapassaram a meta prevista. Roteiros de fiscalização focados em Análise de Risco para os produtos fiscalizados, que contemplem um número menor de municípios, e que considerem a localização da força de trabalho disponível, geram melhores resultados no que diz respeito ao número de estabelecimentos fiscalizados e gasto de recursos financeiros despendidos nas ações de fiscalização.

O custo das fiscalizações medido através do Índice Custo da Fiscalização (ICF) manteve-se na média em relação aos anos anteriores. O ICF apresentado mostra que com a atual distribuição da força de trabalho, onde não existe o número necessário de Fiscais Federais Agropecuários habilitados para a fiscalização de bebidas em todas as UTRAs, o custo das fiscalizações que engloba o gasto com diárias, ressarcimento para pedágios e combustível, se mostraram aceitáveis. No entanto, se houvesse uma distribuição mais homogênea de fiscais nas UTRAs, faria com que diminui-se o custo com deslocamentos e pagamentos de diárias.

O Índice de Conformidade dos Produtos (ICP) teve um incremento considerável em 2013, foi também acompanhado por um incremento no Índice de Conformidade dos Estabelecimentos (ICE), embora não haja relação direta entre esses índices, acredita-se que estabelecimentos em situação de conformidade quanto às exigências legais tenham maior cuidado no controle da qualidade de seus produtos.

Ainda assim a fraude econômica, onde é suprimida a quantidade de matéria-prima mínima para atendimento dos Padrões de Identidade e Qualidade dos produtos, é ainda a forma mais usual dos estabelecimentos atuarem de forma irregular diante de um mercado cada vez mais competitivo. Ainda somos deficitários quanto à disponibilidade, por parte dos laboratórios oficiais, de metodologias analíticas que nos permitam determinar qualitativa e quantitativamente os componentes presentes na composição dos produtos, como é o caso da determinação da quantidade de suco para os produtos que levam esse ingrediente e sua composição. O mesmo ocorre para análise quantitativa de aditivos adicionados aos produtos.

Quanto a Execução Orçamentária e Financeira da Ação a programação inicial incluía o valor destinado a investimento que não foi disponibilizada durante o ano de 2013. A exemplo do que ocorreu nos anos anteriores a partir de 2011 a descentralização de recursos foi feita para programação orçamentária relativa apenas ao custeio das atividades finalísticas, a saber: ações de inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores de vinhos, bebidas e vinagres. Para os recursos de custeio das ações de fiscalização não houve restrição orçamentária durante o ano de 2013. As ações de fiscalização, entretanto ficaram limitadas a partir do segundo semestre do ano em exercício devido à necessidade de autorização prévia para deslocamento dos servidores que ultrapassaram o limite de 40 diárias. Algumas programações de fiscalização tiveram que ser canceladas, tendo em vista a autorização não ter chegado em tempo. Como consequência deixaram de ser utilizados recursos disponibilizados para própria ação de fiscalização como também para uso em transporte de amostras coletadas e pagamento de análises específicas em laboratório.

Para a execução dessas atividades o SIPOV contou em 2013 com 04 (quatro) FFAs atuando de modo exclusivo na sede, além de 08 (oito) que atuam de modo compartilhado com outras ações, resultando num equivalente técnico para o ano de 2013 de 7,35 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 02 (dois) Agentes de Atividade Agropecuária que ocasionalmente apóiam as ações de fiscalização.

Por disposição legal, toda a bebida ou fermentado acético produzido no país deverá receber seu registro prévio, bem como o estabelecimento que o irá produzir. As operações dirigidas ao registro de estabelecimentos e seus produtos requer uma enorme quantidade de trabalho e ocupa nossos técnicos em grande parte do tempo, uma vez que, além da execução direta dessa atividade, precisam conhecer todos os aspectos da legislação em suas constantes alterações para a análise de tais solicitações.

Demanda de serviço por FFA					Tabela 27
	2009	2010	2011	2012	2013
Estabelecimentos Produtores Registrados	643	534	755	680	705
Número de fiscais	10	10	12	12	7,35
Estabelecimento Registrado / Técnico	64	53	62,91	56,66	95,91

Fonte:SIPOV/SP

Estabelecimentos Registrados no Estado de São Paulo		Tabela 28
	Estabelecimentos Produtores	Estabelecimentos Importadores
Total por Categoria	705	660
Total de estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo	1365	

Considerando também os estabelecimentos importadores registrados, temos no estado de São Paulo um número aproximado de 186 estabelecimentos por técnico. Cabe ressaltar que a maior concentração de estabelecimentos importadores registrados se encontra na região metropolitana de São Paulo e Campinas.

As UTRAs de Campinas, Ipanema, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente possuem FFAS que dão suporte às atividades de fiscalização relativas ao IPVEGETAL13. As atividades relativas a produtos, importação/exportação e relatoria de processos de auto de infração se concentraram na sede até o mês de agosto.

Estabelecimentos					Tabela 29
	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	131	20	32	123	306

2010	135	24	63	244	466
2011	139	28	48	93	308
2012	138	14	41	87	280
2013	168	18	48	217	451

Produtos **Tabela 30**

	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	1.012	159	965	514	2.136
2010	2.249	230	697	893	4.069
2011	1.757	268	842	2.452	5.528
2012	1.603	295	869	32	2.799
2013	1.618	221	677	195	2.711

Fonte:SIPOVSP

A partir de setembro de 2013, com a mudança de chefia do Serviço, optou-se pela descentralização dos processos de análise de registro de produtos para as UTRAs, onde existem FFAs que dão suporte às atividades de fiscalização do setor de bebidas. Com este novo procedimento, conseguimos sanar um passivo de 2206 processos que aguardavam análises, que acarretava para os estabelecimentos produtores de bebidas um tempo de espera para obtenção de seus registros em torno de 01 ano

A tabela acima indica apenas as operações que receberam o deferimento após análise, entretanto, devido a problemas técnicos bastante constantes por parte dos interessados na elaboração das composições de seus produtos e preenchimento da documentação obrigatória para requerimento de registro dos produtos, o número total de análises realizadas foi de 6714. Indicando durante o ano de 2013 um percentual de 62,43% de análises que resultam em exigências e geram um retrabalho para o SIPOV.

Estabelecimentos Produtores Fiscalizados **Tabela 31**

	2009	2010	2011	2012	2013
Estabelecimentos produtores registrados	643	534	755	680	705
Estabelecimentos fiscalizados	296	308	292	249	248

Fonte:SIPOV/SP

Apesar do número de estabelecimentos inspecionados estar abaixo do desejado, ele está no limite de nossa capacidade operacional, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos humanos que temos para execução de tal atividade. A tabela abaixo apresenta o índice de conformidade de estabelecimentos (ICE), baseado na aplicação da Lista de Verificação aprovada pela Portaria 09/2010, que aprova os Procedimentos Operacionais Padrão das Atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas.

Resultados Obtidos **Tabela 32**

Ano de exercício	Estabelecimentos Conformes (LV)	Índice de Conformidade (ICE)
2010	116	--
2011	90	72,58%
2012	99	58,23%
2013	64	63,37%

Estabelecimentos em Desconformidade

	Termos de Apreensão	Fechamento	Autos de Infração	Intimações
2009	29	1	65	53
2010	21	1	43	55

2011	28	0	50	68
2012	19	0	57	88
2013	13	4	33	63

*O ICE passou a ser medido em 2011
Fonte: SIPOV-SP

As atividades de fiscalização são finalizadas através do julgamento de processos administrativos resultantes da lavratura de Autos de Infração. A seguir apresentamos a demanda em relatoria gerada pelas atividades de fiscalização.

Processos Administrativos					Tabela 33
	Instaurados	Relatados	Julgados	Advertências	Multas Aplicadas
2009	65	104	104	15	R\$ 1.026.134,05
2010	43	83	83	17	R\$ 629.272,00
2011	50	238	21	03	R\$ 485.310,00
2012	45	115	75	05	R\$ 736.000,00
2013	34	19	20	00	R\$ 255.000,00

Fonte:SIPOV/SP

Cerca de 25% (65.000,00) do valor arbitrado foi recolhido diretamente ao Ministério da Agricultura, o restante foi enviado ao Ministério da Fazenda para ser cobrado pelo setor de Dívidas Ativas da União.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, pelos motivos explicitados acima. A meta deste serviço é a de que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

Resultados Analíticos						Tabela 34
	2009	2010	2011	2012	2013	
Amostras coletadas	149	194	163	198	123	
Resultados disponíveis	169	147	157	92	123	
Produtos em conformidade	119	123	128	73	112	

Fonte:SIPOV/SP

Com a implementação das INs 54/09 e 55/09, que tratam do trânsito internacional de vinhos, bebidas e vinagres, o SIPOV passou a ter controle da importação e exportação de tais produtos através da emissão dos Certificados de Inspeção, para produtos importados, e dos Certificados de Origem e de livre-venda, para produtos exportados. Verifica-se uma tendência natural no aumento do trânsito internacional de produtos e o aumento da demanda de trabalho na área de exportação e importação de bebidas.

Transito internacional de bebidas, vinhos e vinagres					Tabela 35
	2010	2011	2012	2013	
Certificados de inspeção (importação)	1606	1775	1850	2004	

Fonte:SIPOV/SP

Principais recursos humanos			Tabela 36
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	12	7,35	
Técnico Nível Superior	1	1,0	
Apoio Administrativo	2	2,00	

Fonte: SIPOV/SP

Perspectivas para o ano de 2014

Em 2014 espera-se reforço nos recursos humanos disponíveis considerando-se que haverá concurso para Fiscais Federais Agropecuários. A descentralização para análise de registro de produtos passou a ser processo operacional padrão para o SIPOV, e poderá ser mais bem avaliado em 2014 já que o ano de exercício se inicia sem o passivo de processos a serem analisados como ocorria nos anos anteriores. Existe a perspectiva da implementação de um sistema de registro tanto de produtos como também de estabelecimentos, o SIPEAGRO, que muito provavelmente irá facilitar e agilizar a análise de registro de produtos e também de estabelecimentos. Esperam-se também, alterações bastante consideráveis na legislação tanto de vinhos e derivados da uva e do vinho, como também de bebidas em geral, tendo em vista que já se encontram em consulta pública diversas propostas de alteração das legislações tanto para os procedimentos de registro como também para os Padrões de Identidade e Qualidade para diversos produtos.

Quadro A.2.2.3.1.4 - Identificação da Ação RESÍDUOS		
Código	0277	Tipo: Atividade
Título	Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal	
Iniciativa	Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal	
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	Código: 0570
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar Inscritos 2013

Deixamos de apresentar os dados financeiros desta Ação tendo em vista serem utilizados recursos de outras Ações conforme descrito abaixo

Execução Física Área Vegetal			
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante	
		Prevista	Realizada
Amostras Coletadas	Numero	48	38

Execução Física Área Animal pelo SSA			
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante	
		Prevista	Realizada
Amostras de Urina Coletadas	Número	158	85

Fonte: SIPOV/SP;SSA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

O controle de resíduos e contaminantes, é uma ação que tem seu planejamento feito pelo órgão central, e integra o Relatório tendo em vista a importância que tal atividade possui

para a saúde pública. A área vegetal é de responsabilidade do SIPOV e as atividades da área animal são desenvolvidas pelo SSA e pelo SIPOA.

Plano Nacional de Monitoramento de Resíduos e Contaminantes, PNCRC - Vegetal

Os recursos para a implementação dessa ação são descentralizados pela ação PAD-CLASSIF-13 e a equipe técnica é a mesma.

Com o intuito de assegurar a correta e adequada utilização dos agrotóxicos nos produtos de origem vegetal ofertados à população, seja em produtos nacionais ou importados, efetua-se a atividade de amostragem de produtos de origem vegetal prontos para o consumo nos mais variados locais de comercialização e produção, amostragem esta que define o PNCRC vegetal, regulamentado pela IN 42/2008.

A IN 27/12 definiu a quantidade de 1270 amostras a nível nacional que seriam realizadas, bem com os produtos que deveriam ser coletados para o ano safra 2012/2013. O início das coletas deveria ter início em julho de 2012 com término previsto para junho de 2013, porém com o término da vigência do contrato do Laboratório Credenciado junto ao MAPA para a realização das análises laboratoriais, o início da coleta ocorreu apenas nos meses de abril de 2013 com término no mês de junho de 2013. Decorre disso a redução do número das coletas a serem realizadas para o ano Safra 12/13 para 290 amostras nacionalmente, cabendo ao SIPOV a coleta de 48 amostras, conforme disposto no Manual de Procedimentos publicado pela Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal/CGQV-Brasília.

A coleta foi realizada somente em produtos provenientes de produtores do Estado de São Paulo. Com a definição da realização das análises laboratoriais de resíduos de agrotóxicos e de contaminantes pela Rede LANAGRO e custeadas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/SDA- Brasília, o programa de coleta teve início.

Coletas de Produtos Agrícolas – Ano Safra 12/13				Tabela 37
	Abril/13	Maio/13	Junho/13	Total
Coletas Programadas	36	12	--	48
Coletas Efetuadas	30	08	--	38
Índice de atendimento	83,3%	66,6%	--	79,16%

Fonte: SIPOV/SP

Nas coletas realizadas, as amostras de amendoim(13) e feijão(4), totalizando 17 amostras, programadas para a análise de Aflatoxina e enviados ao LANAGRO-MG, foram descartadas por motivos técnicos do Laboratório e não fazem parte da divulgação dos resultados.

Os resultados de conformidade das coletas da safra 12/13 foram publicados na Portaria 115/13. A IN 18/13 define as quantidades das amostras e das culturas a serem realizadas na safra 13/14. Para o estado de São Paulo estão programadas a coleta de 190 amostras, que serão realizadas pelo VIGIAGRO no Porto de Santos e pelo SIPOV.

Resultados do Monitoramento do PNCRC – Safra 2012/2013				Tabela 38
Cultura	N Amostras Analisadas	N Amostras Conformes	Índice de Conformidade (%)	
Amendoim(resíduos)	13	13	100,00	
Feijão(resíduos)	04	04	100,00	
Milho(resíduos)	03	02	66,70	
Milho(Micotoxina*)	03	03	100,00	

*Micotoxina=Aflatoxina, Fumonisina, Ocratoxina

Fonte SIPOV/SP

Principais recursos humanos			Tabela 39
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	

Fiscal Federal Agropecuário	22	5,0
Agente de Atividade Agropecuário	7	5,1

Fonte: SIPOV/SP

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – Bovino Vivo (PN-CRC) – Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne (PCRCC)

Dentre as atividades desenvolvidas relativas à sanidade dos bovídeos está o controle e a vigilância do uso, em animais, de compostos químicos proibidos no país.

O uso de drogas anabólicas endógenas (estradiol, testosterona e progesterona) e exógenas (zeranol e trembolona) é bastante restrito e exclusivamente para fins terapêuticos, e não está autorizado para fins de crescimento e ganho de peso em animais destinados ao abate. Os anabolizantes, como promotores de crescimento animal, são drogas prioritárias na relação dos resíduos pesquisados pelo Programa, não só devido à proibição e uso clandestino, mas também porque o Brasil importa carne de parceiros comerciais onde a pecuária de corte confinada utiliza drogas anabólicas aprovadas pela comissão do Codex Alimentarius FAO/WHO.

A colheita de amostras de urina de bovinos vivos tem como principal objetivo monitorar as propriedades de criação de bovinos de corte, impedindo que haja abate para o consumo de animais oriundos de propriedades onde se tenha usado drogas veterinárias proibidas no território nacional.

A amostragem anual é aleatória, e as amostras são coletadas por FFAs do SSA e das UTRAs, em propriedades representativas dos sistemas de criação e de tecnologia de produção de carne no país. Funcionários dos Escritórios de Defesa Agropecuária (CDA/SAA-SP) eventualmente colaboram com as coletas, fornecendo dados para a amostragem, notificando os produtores, acompanhando os deslocamentos até as propriedades e coletando as amostras. Em abril de 2013, através do Ofício GAB/SDA n. 131/2013, frente à falta de FFAs para realização das coletas de urina e priorização das ações de gestão do MAPA, os Médicos Veterinários dos Serviços Oficiais Estaduais foram autorizados a realizar os procedimentos de coleta para o PNCRC – Bovino Vivo. Para tanto, foi realizado um treinamento teórico-prático, ministrado por FFAs do SSA, para 18 Médicos Veterinários da CDA, no dia 04/09/2013, em Campinas e Nova Odessa. Contudo, o Serviço Oficial Estadual, até o final de 2013, não assumiu as coletas de urina, faltando ainda oficializar a colaboração entre os dois órgãos para a realização desta atividade.

Para 2013, foram programadas 158 coletas, sendo atendidos 54% desse total (IQ atpr). As razões para o não atingimento da meta programada foram a dificuldade em conseguir FFAs disponíveis para realizar as coletas e o encerramento do contrato com o laboratório que realizava as análises do PNCRC – Bovino Vivo, conforme Memorando Circular CRC/SDA n. 05/2013, de 10/10/2013. Sendo assim, não houve coleta de amostras em novembro e dezembro, que são os meses onde se faz o fechamento das coletas programadas para o ano, inclusive com forças-tarefa para coletar as amostras atrasadas.

Das 85 amostras colhidas, todas foram analisadas. Todos os resultados das coletas foram negativos (IQ cfu=100), não tendo sido detectado uso de drogas proibidas que façam parte do escopo de análise.

Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne - PCRCC					Tabela 40	
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Amostras de urina programadas	un.	100	100	110	110	158
Amostras de urina adicionais	un.	0	0	16	0	0

Amostras programadas colhidas	un.	100	100	110	108	85
Amostras adicionais colhidas	un.	0	0	0	0	0
Nº de amostras analisadas	un.	100	100	94	104	85
Nº de amostras negativas	un.	100	100	94	104	85
Propriedades com colheita	un.	48	49	55	54	43

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores Tabela 41

	2009	2010	2011	2012	2013
Eficácia-Indicador de atendimento à programação anual: Amostras programadas colhidas x 100/Amostras de urina programadas					
<i>IQ atpr</i>	100	100	100	98,18	54
Eficácia-Indicador de conformidade das amostras de urina: Nº de amostras negativas x 100/Nº de amostras analisadas					
<i>IQ cfu</i>	100	100	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Ainda no campo de análises laboratoriais o SIPOA tem um papel fundamental no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC. Além de participar ativamente da colheita de amostras de produtos de origem animal, gerencia os resultados podendo ou não sequestrar os produtos para avaliação e investigação dos motivos da violação conforme preconizado na Instrução Normativa nº 42/99, Instrução Normativa nº 24/09, Portaria nº 53 e nº 396/2009/SDA. Em 2013 foram sorteadas mais de 1.614 amostras para serem coletadas pelo SIPOA/SP, representando 15,34% do total sorteado no país (10.516). Como a colheita é feita por técnicos do Serviço que são lotados nas Empresas, não há dispêndio de recursos. Das amostras sorteadas para SP ainda não há como contabilizar a perda em razão do andamento do processamento das mesmas.

Quadro A.2.2.3.1.5 - Identificação da Ação FISCORGEN 13

Código	4745	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	
Iniciativa	Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação

Programada	Empenhada	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
		Liquidada	Paga	Processados	Não Processados*
82.403,70	72.680,21	72.680,21	33.800,92	5.052,81	33.826,48

Execução Física*

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante	
		Prevista	Realizada
Fiscalização realizada	Unidade	110	125
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	
3.613,90	1.342,01	2.645,87	

* R\$ 26.000,00 referem-se a material permanente adquirido no final do exercício
Fonte: SSV/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

O foco da ação 4745 - Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido pelo artigo 39 da seção VI do Decreto nº. 5591 de 22 de novembro de 2005, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.105 de 24 de março de 2005. Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas desse tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

Além disso, com a publicação da Resolução CTNBio nº 04 de 2007, que estabelece distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho Geneticamente Modificado em relação a outros cultivos de milho convencional em áreas vizinhas a SFA/SP, por meio de ação conjunta entre SSV e SEFIA, recebeu a atribuição da fiscalização de coexistência do plantio de milho. Com a estruturação dos procedimentos de fiscalização e o recebimento de testes imunocromatográficos a partir do 2º semestre de 2009, iniciou-se essa fiscalização.

A partir de 2013 foi programada uma nova modalidade de fiscalização, para detecção de VGM (vegetais geneticamente modificados) não autorizados, realizada por meio de coleta de amostra em cultivos comerciais para verificar se trata-se de cultivo geneticamente modificado e comparação com os OGMs autorizados para importação. Para iniciar a atividade no Estado de São Paulo em 2014 foi escolhida a cultura da batata e as coletas de amostra serão realizadas quando das ações de fiscalização dos campos de produção pelo SEFIA.

Principais Processos			Tabela 42
Processo Execução	Atividade		Produto
Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados	Inspeção em campos experimentais	Termo de fiscalização CTNBio	DIRETA
	Verificação das condições de contenção	Roteiro anexo ao termo – situação de campo	
	Verificação do descarte do produto	Roteiro anexo ao termo – situação de laboratório	
	Avaliação Documental	Auto de infração CTNBio	

Fonte: SSV/SP

Resultados operacionais

Dos 53 campos experimentais com ensaios de OGM, aprovados pela CTNBio, que foram instalados e cujos processos foram encaminhados a esta SFA-SP, 14 não foram fiscalizados por fatores alheios ao SSV, sendo que em 10 destes casos a data de plantio foi comunicada no final de dezembro após o fechamento do SCDP, sendo remanejada a fiscalização para

início de 2014, e em 4 destes não houve comunicação de plantio pela empresa em 2013 apesar ter sido realizado o plantio, sendo as fiscalizações também remanejadas para 2014.

Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados					Tabela 43
	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de experimentos instalados*	60	53	66	70	53
Nº de experimentos fiscalizados	60	53	66	70	39
Nº de Fiscalizações realizadas	107	94	93	49	91
Nº de Experimentos regulares	60	48	62	46	91

* A meta é fiscalização de 100% dos campos experimentais autorizados pela CTNBio, pelo menos uma vez. A orientação da CBIO é fazer 3 fiscalizações (plantio, colheita e monitoramento) por campo, contudo essa orientação não vem sendo seguida pela indisponibilidade de FFAs.
Fonte: SSV/SP

Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos					Tabela 44
	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Fiscalizações	43	52	58	50	34
Nº de Produtores regulares	43	50	54	50	34

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores					Tabela 45
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013
Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (IOC) - Nº de ensaios fiscalizados/ Ano					
IOC	107	94	93	49	91
Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (IOP) - Nº de ensaios fiscalizados/ Nº fiscais envolvidos					
IOP	21,4	10,44	13,3	3,76	7,33
Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (IOQ) - Nº de ensaios regulares x 100/ Nº ensaios fiscalizados					
IOQ	100%	90,57%	93,94%	93,78%	97,43%

Fonte: SSV/SP

O indicador IOC indica a capacidade da fiscalização realizada pela equipe coordenada pelo SSV. Da séria histórica, observa-se que o número de fiscalizações realizadas aumentou consideravelmente a partir de 2009, e manteve-se alto até 2013. Este dado reflete o aumento no número de experimentos instalados e, conseqüentemente, o número de fiscalizações anuais.

Com relação à produtividade de fiscalização, este número vem diminuindo devido ao aumento do número de FFAs que participam das fiscalizações. Em 2011, foi capacitada uma equipe de nove fiscais lotados nas UTRAs de Marília, Botucatu, Sorocaba, São José do Rio Preto, Campinas e Ribeirão Preto, que passaram a fiscalizar experimentos e produtores nas suas regiões de localização.

Em atenção à conformidade dos ensaios instalados em São Paulo, observa-se que o número de ensaios regulares diminuiu nos anos de 2010 a 2012 e voltou a subir em 2013, o que indica que o trabalho desenvolvido pelo serviço na fiscalização na apuração das irregularidades está sendo cumprido.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 46
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Fed. Agropecuário	12	0,95	
Agente de Atividade Agropecuária	1	0.15	
Agente Administrativo	1	0.05	

Fonte: SSV/SP

Quadro A.2.2.3.1.6 - Identificação da Ação VIGIFITO 13

Código	2134	Tipo: Atividade
Título	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.965,12	47.778,98	47.778,98	44.475,83	703,56	2.599,59
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Realizada	Unidade	140.000	142.365		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
22.722,63		1.022,15		27.429,81	

Fonte: SSV/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo nos postos de fronteira e também nos postos de fiscalização volantes. Também contempla a supervisão da quarentena de material importado para pesquisa científica.

Outra ação do SSV é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal e em registro de fertilizantes, tendo sido emitidos até dezembro de 2013, respectivamente, 14 e 21 pareceres respectivamente, números maiores que aqueles obtidos nos anos anteriores, evidenciando assim um aumento nas importações destes insumos.

As interceptações de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previnem a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor, e estão previstas no PPA 2012-2015.

Observa-se que o número de interceptações em 2013 foi menor em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de defesa fitossanitária, este número ainda é expressivo, sinalizando

que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando. O aumento do número de análises de laudos de Diagnóstico Fitossanitário deve-se à contribuição de estagiários contratados pelo MAPA que organizaram os documentos e montaram processos para análise e alimentação do banco de dados, permitindo o atendimento de toda a demanda desde 2006.

Outro dado relevante é que, em 100% das intercepções de pragas no ano de 2013, houve destruição ou devolução do produto à origem, em atendimento ao Decreto 24.114/1934.

Intercepção de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal						Tabela 47
	2009	2010	2011	2012	2013	
Nº Amostras de diagnóstico fitossanitário	1189	1335	2327	3173	2565	
Nº laudos analisados	4137	4193	8116	11597	9559	
Nº Intercepções de pragas	12	42	29	14	10	
Nº Amostras dentro do padrão	1177	1293	2298	3159	2555	
Nº de destruições/devoluções de produto vegetal contaminado *	-	-	-	-	10	

* dado inserido neste relatório de 2013
Fonte: SSV-SP

Principais Indicadores								Tabela 48
Mnemônico	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	Meta	
Capacidade - Capacidade anual de análise de laudo de diagnóstico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDQ) - Nº de Laudos analisados/Ano								
ILDQ	Nº	4137	4193	8116	11597	9559	Demanda	
Efetividade - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - Nº amostras dentro do padrão x 100 / Nº amostras analisadas								
ILDQ	%	98,99	96,85	98,75	99,56	99,61	90	

Fonte: SSV/SP

Na tabela acima verifica-se que o número de laudos analisados foi menor do que o número total de laudos analisados no ano de 2012. Isto se deve à redução do número de amostras encaminhadas para análise fitossanitária, que pode ser explicada pelos seguintes fatores: desvio de amostras que foram liberadas nos portos e aeroportos e que não chegaram aos laboratórios, alteração na legislação de importação de batata-semente (IN nº 32/2012), que determina que apenas 10% dos lotes importados serão amostrados quando da chegada ao Brasil, e demora no recebimento dos laudos pelos laboratórios credenciados.

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que o número de requerimentos de exportação e de importação, em geral, são equivalentes e aumentam a cada ano. O prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de cinco dias, foi cumprido em 91,9% em 2013, e só não foi maior devido à falta de documentos a serem apresentados pelo interessado. Com a publicação de IN 29/2013, que estabelece diretrizes para emissão de Certificado Fitossanitário, houve alteração de alguns procedimentos na exportação e reexportação, o que ocasionou maior porcentagem de solicitações indeferidas e deferidas fora do prazo

Solicitações de importação/exportação de Material de Propagação Vegetal						Tabela 49
	2009	2010	2011	2012	2013	
Nº Solicitações de Importação recebidas	1487	1803	1804	1861	2190	
Nº Solicitações de Exportação recebidas	1225	1200	1218	1260	1150	

Nº Solicitações analisadas em até 5 dias	2040	2987	2616	2263	3072
Nº Solicitações Deferidas	2639	2964	2984	2990	3197
Nº Solicitações Indeferidas	73	39	38	131	155

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 50
Mnemônico	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - Nº de solicitações analisadas/Ano							
IMVCs	Nº	2712	3003	3022	3121	3340	Demanda
Eficácia - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias (IMVEs) - Nº solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / Nº solicitações							
IMVEs	%	75%	99,4%	86,5%	72,5%	91,9	90%
Eficiência - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. (IMVPs) - Nº solicitações analisadas/Nº de Técnicos envolvidos							
IMVPs	Nº	904	500	503	520	557	Demanda
Efetividade - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVQs) - Nº de solicitações deferidas x 100 / Nº solicitações analisadas							
IMVQs	Nº	97%	98,7%	98,7%	95,8%	95,7%	99%

Fonte: SSV/SP

O Instituto Agrônomo de Campinas-IAC é um dos dois quarentenários oficiais nível 1 do país. No Estado de São Paulo, há também o quarentenário da Embrapa Meio Ambiente (CNPMA), em Jaguariúna, para organismos de controle biológico, e a estação quarentenária da empresa Canavialis, em Campinas.

Da série histórica, observa-se uma tendência a se manter o número total de quarentenas instaladas.

Em 2013, houve sete destruições de produto dentro do quarentenário, devido à falta de germinação do material, contaminação por outros microrganismos e a pedido do interessado.

A SFA também conta com integrantes no grupo de trabalho responsável pela supervisão das quarentenas instaladas no estado de São Paulo. No âmbito deste GT, foram realizadas em 2013 as atividades de revisão das normas para importação de material destinado a pesquisa científica e para credenciamento de estações quarentenárias. A previsão é que estas normas sejam publicadas no primeiro trimestre de 2014.

Supervisão de Quarentena de Material de Pesquisa Científica							Tabela 51
	2009	2010	2011	2012	2013	Meta	
Nº Quarentenas instaladas	130	161	160	162	146	Demanda	
Nº Quarentenas supervisionadas	120	161	172	112	146	100	
Nº Interceptações de pragas	0	0	2	6	7	0	
Quarentenas dentro do padrão (%)	100	100	99	96	139	99	

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 52
	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - Nº quarentenas/Ano							
IQVC	Nº	130	161	160	162	146	Demanda
Eficácia - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - Nº quarentenas supervisionadas x 100/ Nº quarentenas instaladas							
IQVE	%	92	100	108	70	100	100
Eficiência - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - Nº quarentenas supervisionadas / Nº técnicos envolvidos							

IQVP	Nº	60	161	160	112	146	--
Efetividade - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - Nº de quarentena conforme x 100 / Nº total de quarentena							
IQVQ	%	100	100	99	96	95,2	100

Fonte: SSV/SP

Fiscalização de empresas de tratamento quarentenário

A base legal para esta atividade é a Instrução Normativa nº 66/2006, que aprova o regulamento para credenciamento de empresas para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira.

As fiscalizações propriamente ditas ocorreram em número de 26, sendo três para atendimento de denúncias de irregularidades. Dessas 26 fiscalizações, 14 foram durante a força-tarefa realizada por oito fiscais, sendo cinco de outros estados e do Distrito Federal. Na força-tarefa foram emitidos 12 autos de infração e nas fiscalizações durante o ano foram emitidos oito autos de infração. Dessa forma a conformidade das empresas nas fiscalizações, com exceção das renovações de credenciamento, foi de apenas 23%.

Em 2013 foram realizadas oito inspeções para renovação do credenciamento ou para registro de novas empresas. Em uma dessas vistorias, foi emitido um auto de infração. Várias empresas possuem mais de um endereço de câmara, homologada para tratamento térmico da madeira. Na oportunidade, é feita a vistoria das instalações e equipamentos, conferência documental, acompanhamento dos relatórios mensais enviados e, se possível, acompanhamento de um tratamento do início ao fim. A diferença entre os valores de número de inspeções para credenciamento/recredenciamento nos anos de 2012 e 2013 é explicada pelo fato de que todos os credenciamentos venciam em 2012, o que exigiu da equipe uma concentração de esforços nesta atividade. Já em 2013, o número de recredenciamentos foi menor, o que possibilitou a realização de mais fiscalizações de rotina.

O universo de empresas credenciadas em São Paulo no final de 2013 era de 59 empresas em 87 endereços diferentes, para fiscalização, distribuídas pelo estado.

Fiscalização de Empresas de Tratamento Quarentenário		Tabela 53	
		2012	2013
Nº total de empresas credenciadas no Estado de São Paulo		55	59
Nº de empresas credenciadas / recredenciadas		36	8
Nº inspeções para credenciamento / recredenciamento		52	8
Nº fiscalizações realizadas		8	26
Nº autos de infração		5	17

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores		Tabela 54		
Mnemônico	Un.	2012	2013	Meta
Eficácia - Eficácia na fiscalização de ETQ credenciadas (IETrQe) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Nº de empresas credenciadas				
IETrQe	%	14,5	44,0	100
Eficácia - Eficácia na fiscalização-Conformidade ETQ fiscalizadas (IETrQei)- (Nº de empresas fiscalizadas - Nº empresas autuadas) x 100/ Nº de empresas fiscalizadas				
IETrQei	%	37,5	23,0	95

Fonte: SSV/SP

Principais Recursos Humanos

Tabela 55

Relatório de Gestão SFA/SP

2013

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	16	4,90
Agente de Atividade Agropecuária	1	0,50
Agente Administrativo	1	0,50

Fonte: SSV/SP

Quadro A.2.2.3.1.7 - Identificação da Ação ERRADMOSCA 13

Código	4738	Tipo: Atividade
Título	Erradicação da Mosca da Carambola	
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação

Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.416,80	3.183,70	3.183,70	1.724,28	--	1.459,42
Execução Física*					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Área Controlada	ha	248.209	248.209		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
924,50		466,89		1.107,42	

Fonte: SSV/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá, teve início o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todas as Unidades da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido, são realizados monitoramentos quinzenais de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, estratégicos para a segurança sanitária.

O monitoramento é realizado por meio da instalação de armadilhas nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos, no Terminal Rodoviário do Tietê e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos devido ao grande fluxo de mercadorias e pessoas oriundas de outros Estados e Países, sendo que sua distribuição está de acordo com orientação do Departamento de Sanidade Vegetal.

A efetividade desta ação é importante para o cumprimento de acordos internacionais e para fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento interno, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros e configura-se no cenário internacional como barreira fitossanitária.

Devido à falta do atrativo utilizado nas armadilhas, foram realizados 55,5% dos monitoramentos previstos, até o mês de maio de 2013. Até o momento, não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado. Assim, o SSV/SP não pode garantir a manutenção do status de Estado livre da praga *Bactrocera carambolae*, considerando que desde maio de 2013 não estão sendo realizados os monitoramentos das armadilhas. O motivo para a falta do atrativo é a demora no registro do agrotóxico malathion, presente na isca junto com o feromônio metil-eugenol, para a praga e para este uso específico. Somente a partir deste registro poderá ser feita a licitação para adquirir as iscas atrativas para a armadilha.

Monitoramento da Mosca da Carambola					Tabela 56
	2009	2010	2011	2012	2013
Área controlada (ha)	248.209	248.209	248.209	248.209	248.209
Nº armadilhas instaladas	17	15	15	15	15
Nº de monitoramentos programados	-	-	36	35	18
Nº de monitoramentos realizados	-	-	36	29	10
Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento	24	58	6	22	11
Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento	22	53	5	4	5
Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação	2	4	5	5	5

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 57
Mnemônico	Un	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano							
ICm	Nº	17	15	15	15	15	15
Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	92	91,4	83,33	18,18	45,45	100
Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	-	-	100	82,86	55,5	100
Eficiência - Produtividade de supervisão/monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas e monitoramentos /Nº FFA envolvidos							
IPm	Nº	11	13,25	8,5	0,8	1,0	-
Efetividade - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias							
IQm	Nº	0	0	0	0	0	-

* o cálculo deste índice foi alterado a partir de 2011

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 58
Cargo	Número	Equivalente técnico	% de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	05		0,45

Quadro A.2.2.3.1.8 - Identificação da Ação PCEVEGETAL 13

Código	8572	Tipo: Atividade
Título	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais	
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.609,34	3.183,70	3.183,70	1.724,28	--	--
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Área Controlada	ha	655.156	531.274	531.274	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
23.874,67		1.368,79		17.042,10	

Fonte: SSV/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Uma das atividades do SSV é a realização de auditorias no Sistema de Mitigação de Risco para *Mycosphaerella fijiensis*, causador da Sigatoka Negra, visando o trânsito interestadual de frutos de banana e plantas, implantado pela Instrução Normativa n° 17/2005. Houve propriedades inscritas em quatro regiões do estado: Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, Noroeste Paulista, Campinas e região.

Em 2013, houve um pequeno aumento na área controlada do SMR, correspondendo a 13 ha. Cabe ressaltar que a inscrição no SMR é decisão do bananicultor, e somente é obrigatória caso ele queira comercializar seu produto para outras Unidades da Federação em que a praga não esteja presente.

O número de auditorias realizadas foi retomado em 2013, após uma queda em 2012 devido à falta de recursos para deslocamento no segundo semestre daquele ano.

Prevenção e Controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>)					Tabela 59
Atividades realizadas	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de pontos cadastrados (UP, UC, viveiro, etc.)	293	308	330	316	318159

Área controlada (ha)	8.717	9.246	11.478	8.796	8.810
Nº auditorias programadas no SMR	6	6	6	4	6
Nº auditorias realizadas	11	6	7	3	6
N. de estabelecimentos auditados	-	-	39	14	12
Nº FFA envolvidos na ação	6	5	10	5	5

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores		Tabela 60				
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Capacidade - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - Nº de auditorias realizadas/Ano						
ICsn	Nº	11	6	7	3	6
Eficácia - Eficácia na Supervisão (IEsn) - Nº auditorias realizadas x 100/Nº auditorias programadas						
IEsn %	%	183	100	116	75	100
Eficiência - Produtividade de Supervisão (IPsn) - Nº auditorias realizadas/Nº FFA envolvidos						
IPsn	Nº	1,83	1	3,9	0,6	0,6

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* – Cucurbitácea

Outra atividade do SSV é o acompanhamento do monitoramento da mosca *Anastrepha grandis* que ataca frutos de cucurbitáceas (abóbora, melão, melancia etc.), visando o cumprimento de acordos internacionais. O total de área cadastrada e monitorada em 2013 no Estado de São Paulo foi de trinta hectares, com propriedades inscritas na região de Paranapuã. Foi solicitada a inscrição do município de Indiana, na região de Presidente Prudente, porém não houve tempo hábil para publicação de Portaria, após o monitoramento.

As Unidades de Produção- UPs, foram monitoradas por meio de armadilhas com atrativo alimentar, com coleta semanal e posterior análise por entomologistas capacitados. Há oito anos não é capturado um único exemplar da mosca *Anastrepha grandis* nas propriedades monitoradas, o que garante a eficácia do sistema e a manutenção do programa, que atende as exigências dos países importadores, Argentina e Uruguai.

Houve dificuldades na liberação das Autorizações Fitossanitárias de Importação (A-FIDIs) pelo Governo da Argentina e, portanto, nada foi exportado para aquele país.

O número de UPs cadastradas diminuiu bastante pelas dificuldades ocorridas nas safras de 2011 e 2012 na aduana Argentina. Foram cadastradas três UPs no município de Paranapuã, num total de vinte hectares. Da previsão produção de 420 toneladas de abóbora menina creme, 360 toneladas foram exportadas, sendo a totalidade para o Uruguai. Da produção prevista de 150 toneladas da UP de abóbora Tetsukabuto, apenas uma carga de 28 toneladas foi enviada para o Uruguai, sendo o restante comercializado no mercado interno.

Monitoramento da <i>Anastrepha grandis</i> em Cucurbitáceas para Exportação		Tabela 61				
Atividades Realizadas	2009	2010	2011	2012	2013	
Unidades de Produção inspecionadas	19	20	10	3	3	
Unidades de Produção cadastradas	19	20	10	3	3	
Armadilhas monitoradas	120	112	40	8	6	
Índice MAD*	0	0	0	0	0	
Toneladas inspecionadas/exportadas	4302	3870	670	260	360	

* mosca capturada por armadilha por dia

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores		Tabela 62				
------------------------	--	-----------	--	--	--	--

<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>
Capacidade - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano						
<i>IHC</i>	<i>Nº</i>	4302	3870	1500	260	390
Eficácia - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas						
<i>IHQ</i>	<i>%</i>	100	100	100	100	100
Eficiência – Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /NºFFA envolvidos						
<i>IHP</i>	<i>Nº</i>	1377	1290	500	86	180
Efetividade – Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas						
<i>IHE</i>	<i>%</i>	100	100	100	100	100

Fonte: SSV/SP

Os índices de toneladas inspecionadas decaíram devido ao desinteresse da Argentina em Importar nossos produtos, criando as já citadas dificuldades.

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação referem-se à implantação de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) da Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*), visando à exportação de frutos cítricos “in natura” para a Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença de FFAs nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário Internacional. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores.

As ações de inspeção de citrus em 2013 foram realizadas em duas unidades de consolidação, sendo elas as empresas: Sucocítrico Cutrale em Araraquara, e Bravis em Itapetinga.

Em 2013 a área cadastrada no SMR foi de 12.246,3 ha. O cadastro e as inspeções das UPs, aprovadas nos testes de indução laboratoriais são feitas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram exportadas em 2013 para a Comunidade Européia 16.951 toneladas de laranjas frescas, correspondentes a 667 Certificados Fitossanitários. Desse total, três cargas foram rechaçadas.

Nos testes de indução, realizados antes da liberação para colheita, 48 UPs foram reprovadas e retiradas do Sistema de Mitigação de Risco. Das UPs que foram aprovadas nos testes de indução, quatro UPs foram reprovadas nas inspeções, pré-colheita, realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal. As inspeções de frutos realizadas nas Casas de Embalagem pelos Fiscais do MAPA não constataram a ocorrência de Pinta Preta.

Exportação de Citros para CE	Tabela 63				
Atividades realizadas	2009	2010	2011	2012	2013
Área controlada (ha)	7.179	7.230	6.970	15.941	12.246
Nº Unidades de Produção (UP) inspecionadas	428	371	332	262	160
Nº Unidades de Produção (UP) aptas a exportar ^(*)	323	209	178	126	108
Nº Unidade de Consolidação (UC) inspecionada	3	3	2	2	2
Nº Unidade de Consolidação (UC) cadastrada	3	3	2	2	2

* Esse é o número UPs que se mantiveram aptas a exportar até o final. Algumas UPs exportaram no início e depois foram excluídas.

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores						Tabela 64
<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>

Eficácia – Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas						
IFQc	%	75,5	56,3	54,00	48,1	67,5

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 65**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	18	2,10
Agente Administrativo	1	0,20

Fonte: SSV/SP

Quadro A.2.2.3.1.9 - Identificação da Ação VIGIAGRO 13

Código	2180; 2181	Tipo: Atividade
Título	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos	
Iniciativa	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais seus Produtos e Insumos Agropecuários	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	583.363,05	583.363,05	393.549,50	72.599,89	117.213,66
Execução Física Área Animal					
Descrição da Meta Fiscalização Realizada	Unidade de Medida Unidade	Montante		Prevista	Realizada
				96.487	102.005
Execução Física Área Vegetal					
Descrição da Meta Fiscalização Realizada	Unidade de Medida Unidade	Montante		Prevista	Realizada
				802.197	385.387
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
142.129,19		--		111.395,15	

Fonte: DDA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário-VIGIAGRO, envolve atividades relativas à área Vegetal e Animal. Portanto o relatório também sofreu a mesma divisão.

Área Vegetal

Principais Indicadores			Tabela 66
Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula
Capacidade	Capacidade de fiscalização no trânsito internacional da área vegetal	IC Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área vegetal	IQ Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências} \times 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$
Eficiência	Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal	IP Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos cinco anos.

Desempenho Operacional	2009	2010	2011	2012	2013
IC – Total de Fiscalizações	458.709	555.601	583.287	504.551	385.387
Nº Fiscalizações (exportação)	44.415	33.115	35.276	33.832	31.517
Nº Fiscalizações (importação)	414.294	522.486	548.011	470.719	353.870
Nº de Ocorrências	16.251	17.715	22.881	14.416	14.589
Nº Certificados Fitossanitários	37.298	32.198	31.014	31.069	27.264
Nº FFAs (engenheiros agrônomos) ⁽¹⁾	63	65	57	56,05	49,65
Servidores Nível Médio	2	6	3	2	1
IP – Nº Fiscalizações / FFA	7.281	8.547	10.305	9.002	7.762,07
Nº Certificações / FFA	592	495	548	554,30865	549,12
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	3,50%	3,20%	3,92%	2,86%	4%

⁽¹⁾ FFA-EA em valor de equivalente fiscal por alguns possuírem dedicação compartilhada com outras ações.

Fonte: DDA/SP

Resultados da Ação

O principal indicador assumido para esta ação é o Indicador de Capacidade (IC) Total de Fiscalizações. O PPA 2012-2015 coloca como meta manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos, o que é representado pelo total de IC. Seu cálculo é obtido pela somatória dos seguintes documentos: requerimentos de fiscalização despachados, requerimentos de fiscalização de embalagem de madeira despachados, termos de fiscalização do trânsito internacional de passageiros emitidos, termos de retenção de mercadoria/produto e termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos.

Foi programado no Plano Operativo da área vegetal um valor bem acima da média histórica de IC, em função da inauguração dos dois novos superterminais no Porto de Santos previstos para janeiro de 2013, que esperava-se dobraria a capacidade de movimentação de containeres do Porto. Um dos terminais é o Embraport, localizado na margem esquerda do Porto e sua operação teve início em 03 de julho de 2013 e sua movimentação não teve o volume inicial esperado para ele, tendo crescimento de movimentação paulatina. O BTP é o outro terminal localizado na margem direita do Porto, e teve operação iniciada em 14 de agosto de 2013, também não atingindo o que se havia previsto.

Outro fator importante da queda de fiscalização, além do fato dos novos terminais não atingirem a movimentação de fiscalização esperada, foi novo acerto na contabilização dos dados do SVA/GRU, que afetou principalmente os dados de fiscalização de embalagens e suportes de madeira. Com a administração da nova concessionária do aeroporto, a GRU Airport, estes dados tiveram que sofrer alterações na contabilidade de forma que fosse operacio-

nalmente viável. Dessa forma obtivemos redução do número de fiscalizações, porém isto não significa uma queda da demanda, tampouco uma redução da fiscalização.

Uma observação fundamental, que é reiterada ano a ano, é o fato de que a fiscalização de embalagens e suportes de madeira represente 85.83% das fiscalizações do setor vegetal, atividade regida pela Instrução Normativa MAPA nº 04/2004, que é emergencial já há oito anos. Reiteramos que esta norma apresenta grandes problemas, e esta em desacordo com a NIMF 15 (Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias) emitida pela FAO/ONU. Somamos a este fato que a norma é omissa em muitos pontos nevrálgicos como os critérios de amostragem e outros itens operacionais, bem como é impraticável em outros pontos.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRAs) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 68
	SNT	GRU	VCP	UTRAs	TOTAL
IC – Total de Fiscalizações	224.038	31.404	99.168	30.777	385.387
Total de Ocorrências	4.559	3.381	6.524	125	14.589
Nº Total Fiscalização (importação)	212.453	20.261	91.298	29.858	353.870
Nº Fiscalização Produtos Vegetais	27.338	14.697	3.440	4.677	50.152
Nº Fiscalização Embalagens Madeira	185.115	5.564	87.858	25.181	303.718
% Fiscalização Embalagens de Madeira sobre o Total de Fiscalização	87,13%	27,46%	96,23%	84,34%	85,83%
Ocorrências Importação	4.519	3.367	6.445	124	14.455
Nº Fiscalizações (exportação)	11.585	11.143	7.870	919	31.517
Nº Certificados Fitossanitários (CF)	11.585	8.321	6.513	845	27.264
Ocorrências Exportação	40	14	79	1	134
Nº FFAs (engenheiros agrônomos) ⁽¹⁾	21	10	10	9	49,65
IP – Nº Fisc. Produtos Vegetais / FFA	10.668,48	3.140,40	9.916,80	3.558,03	7.762,07
IP – Nº Inspeções Madeira / FFA	8.815,00	556,40	8.785,80	2.911,10	6.117,18
Nº Certificados Fitossanitários / FFA	551,67	832,10	651,30	97,69	549,12
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	2,03%	10,77%	6,58%	0,41%	3,79%

⁽¹⁾ FFA-EA em valor de equivalente fiscal por alguns possuírem dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.
Fonte: DDA/SP

Área Animal

Principais Indicadores				Tabela 69
Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula	
Capacidade	Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal	IC Anim	$\frac{\text{Nº Fiscalizações}}{\text{Ano}}$	
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área animal	IQ Anim.	$\frac{\text{Nº Ocorrências} \times 100}{\text{Nº. Fiscalizações}}$	
Eficiência	Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal	IP Anim.	$\frac{\text{Nº. Fiscalizações}}{\text{Nº. FFAs}}$	

Desempenho Operacional					Tabela 70
	2009	2010	2011	2012	2013
IC – Nº Fiscalizações	93.215	92.731	90.697	100.037	102.005
Número total de Ocorrências	8.367	7.242	5.061	3.843	3.782
Número de Fiscalizações (importação)	25.360	30.687	30.690	31.090	30.968
Número de Fiscalizações (exportação)	67.855	62.044	60.007	68.947	71.037
Certificados Zoosanitários	4.184	5.653	5.273	5.490	6.050
Certificados Sanitários	4.256	4.640	353 ⁽¹⁾	508 ⁽¹⁾	10.980
Nº DE FFA (médicos veterinários)	43	42	41	37,5	34
IP – Nº Fiscalizações/FFA	2.168	2.208	2.212	2.667	3.000
Nº Certificados / FFA	196	245	(2)	(2)	501
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	9,0%	7,8%	5,6%	3,8%	3,70%

⁽¹⁾ Não inclui dados do SVA – Santos, pois o Sistema informatizado SIGVIG, utilizado neste, não fornece essas informações. ⁽²⁾ Não contabilizado, visto à ausência dos dados do SVA – Santos.

Fonte: DDA/SP

Comparando-se o resultado das fiscalizações de 2013 com o desempenho operacional do ano anterior, observa-se que há pequeno acréscimo do número de fiscalizações desta ação. Em relação ao previsto no POA 2013 atingiu-se 105,71 % da meta prevista. (Obs. Considerando meta anual prevista de 96.487 fiscalizações). Essa Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado, por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis.

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRAs) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, incluindo-se aí o atendimento aos Correios.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 71
	SNT	GRU	VCP	UTRAs	TOTAL
IC – Nº Fiscalizações	65.818	21.866	13.521	800	102.005
Nº Certificações	10.331	4.799	1.925	11	17.066
Ocorrências	1.770	331	1.425	256	3.782
Número de Fiscalizações (importação)	9.655	16.543	4.002	768	30.968
Ocorrências importação	315	298	1.188	256	2.057
Proibições Importação	0	0	0	0	0
Número de Fiscalizações (exportação)	56.163	5.323	9.519	32	71.037
Certificados Sanitários (CSI)	10.250	291	439	0	10.980
Certificados Zoosanitários (CZI)	81	4.508	1.486	11	6.075
Número total de Ocorrências	1455	33	237	0	1.725
Nº de FFA (médicos veterinários)	10	13	9	2 ⁽¹⁾	34
IP – Nº Fiscalizações/FFA	6.581	1.682	1.502	400	3.000
Nº Certificados/FFA	1.033	369	213	5,5	501
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	2,68%	1,51%	10,53%	32%	3,70%

⁽¹⁾ FFA-MV com dedicação compartilhada com outras ações da SFA-SP.

No primeiro semestre de 2013, no SVA-Guarulhos foram emitidos 4.508 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos). Já no SVA-Viracopos os 1.486 Certificados Zoossanitários foram emitidos majoritariamente para outros animais (equinos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal não comestíveis.

Em 18 de novembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa nº 54/2013 que aprova o Passaporte para Trânsito de Cães e Gatos. A implementação do passaporte para trânsito de cães e gatos, a longo prazo, amenizará os transtornos aos clientes dos vôos internacionais que viajam com seus animais de estimação, liberando os FFA's MV para outras atividades. Esta norma tem como objetivo oferecer aos cidadãos, um documento de referência único, elaborado de acordo com padrões internacionais, com todo o histórico sanitário dos animais, de modo a permitir seu livre trânsito entre aqueles países com os quais o Brasil estabeleça acordo de aceitação do documento.

A partir de março de 2014, há previsão de que a Instrução Normativa entre em vigor e que os requerimentos para emissão do Passaporte comecem a ser recepcionados pelo SVA/GRU e SVA/VCP. Diferentemente da emissão do CZI, não há obrigatoriedade de comprovação de realização de viagem próxima para requerer o documento.

Fiscalização de Passageiros de Vôos Internacionais

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. O fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, a concentração de vôos em determinados horários e a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFA's (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, duty-free, bagagem desacompanhada e empresas de remessas expressas - Courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

Outro fator alarmante é a ausência de formas de punição dos infratores, que devido a esta ausência não se importam em trazer mercadorias de risco sanitário ao país, pois no máximo terão suas mercadorias apreendidas. É fundamental a existência de base legal para aplicação de penalidades cabíveis para estas infrações.

Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela 72
Nº Bagagens Escaneadas	2.803.198
Nº Termos de Fiscalização Bagagem	27.641
Nº Termos de Retenção	5.055
Nº Termos de Destruição	834
Apreensões (Kg)	59.764

Fonte: DDA/SP

Informatização

As maiores unidades do estado já estão funcionando de forma informatizada e este ano obtivemos grandes avanços nas demais unidades menores, implantando o sistema informatizado em mais quatro UTRAs. Nas demais unidades o sistema deve ser implantado no decorrer de 2014.

Hoje já há o modulo de relatórios no SIGVIG, porém o módulo de embalagens e suportes de madeira (que representa 85,83% da fiscalização do setor vegetal) necessita de corre-

ções pontuais, aguardando também o desenvolvimento do módulo próprio pelos recintos alfandegados no Porto de Santos para receber as informações eletrônicas do sistema, sendo esperado que o projeto piloto possa ser iniciado no primeiro semestre de 2014.

A partir de 28 de março de 2013, foi autorizado através do Ofício nº 079/2013/GAB/SDA/MAPA a utilização, em caráter experimental, de uma plataforma eletrônica de gestão logística na exportação de produtos de origem animal, desenvolvida pela Universidade de São Paulo-USP, Associação Brasileira das Industrias de Carne-ABIEC e MAPA, denominada Linha Azul.

A conclusão dos estudos iniciais apontaram que, quando comparado com o sistema tradicional, o tempo total para conclusão do processo completo de exportação desde o SIF até o real embarque da mercadoria diminuiu em 52%, mantido o procedimento normativo atual. O tempo médio diminuiu de 110h30min10seg para 57h27min38seg, sendo que na única ação do VIGIAGRO no procedimento, a análise documental, o tempo médio necessário para análise no sistema foi de apenas 3 minutos e 58 segundos, confirmando que fatores externos têm maior influência no tempo de liberação das exportações do que o tempo despendido pela análise pela fiscalização no SVA Porto de Santos.

Considerando as melhorias que o sistema eletrônico possibilita, a simples informatização do procedimento atual não é o recomendável, sendo necessário, dotar o sistema eletrônico de mais funcionalidades e de melhorias no procedimento de exportação como um todo, a fim de possibilitar maiores ganhos logísticos e a diminuição no tempo total para a autorização de embarque de produtos de origem animal.

Neste sentido, um novo piloto está programado para ser realizado no ano de 2014, com um maior volume de mercadorias, o qual deverá ser conclusivo pela utilização ou não da plataforma eletrônica desenvolvida.

Treinamento

A organização de cursos e treinamentos foi prejudicada pela necessidade de autorização prévia pela Secretaria Executiva, para eventos com mais de 10 participantes e pelo corte de recursos financeiros. Como se pode ver na tabela abaixo houve redução drástica no número de treinamentos, o que é extremamente temerário, pois é importante termos servidores bem treinados e atualizados para uma fiscalização efetiva e eficaz.

Curso / Treinamento	Nº de Fiscais
Classificação de trigo (Aquidauana – MS)	06
Curso de Direto Administrativo	10
Mestrado em Defesa Fitossanitária – Viçosa	01

Fonte: DDA/SP

Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos

O Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos está em nível crítico sobremaneira em função do aumento do número de terminais alfandegados que entrarão em funcionamento. Um novo terminal iniciou as operações em 2011 e já estão prontos dois novos super-terminais que irão dobrar a capacidade operacional de containeres no Porto. Estes terminais já realizaram consulta ao MAPA sobre o atendimento nessas unidades, sendo que a resposta dada foi negativa em função da ausência de recursos humanos disponíveis para atender mais este ponto de escala. Esta situação já foi documentada e encaminhada para instâncias superiores para obtermos informações de como proceder, uma vez que não há disponibilidade de recursos humanos nesta Superintendência.

Grande restrição é observada pelo déficit de Fiscais Federais Agropecuários, servidores administrativos e técnicos de nível médio, nos SVAs. É preocupante o dado obtido atra-

vés de levantamento realizado junto ao Setor de Pessoal, que constatou que um elevado número de servidores atuando nos SVAs de Santos, Guarulhos e Viracopos, recebem abono de permanência estando portanto em condições de aposentadoria.

Está previsto no aeroporto de Guarulhos a construção de mais um terminal de passageiros internacional, o terminal 3, com capacidade para 12 milhões de passageiros.

A concessionária que ganhou o leilão para administrar o Aeroporto Internacional de Viracopos, apresentou o projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e anunciou a intenção de antecipar a construção da segunda pista de pouso, inicialmente prevista para 2018, quando o número de passageiros deve chegar a 22 milhões anualmente.

Uma observação importante é que mesmo havendo aumento da demanda em quantidade de mercadoria e de passageiros é também extremamente preocupante a expansão do Porto de Santos e dos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos no sentido de criar “pontos de escala”.

O conceito de “ponto de escala” significa a existência de um local ou ponto onde a presença física do servidor é necessária, a partir de determinada demanda. Com a ausência do aumento de efetivo a ocupação do chamado “ponto de escala” criado não é possível.

A visão de que nossas unidades de VIGIAGRO em São Paulo sejam encaradas como unidades simples com um único local de trabalho é equivocada. A tabela abaixo reflete a complexidade destas unidades.

Postos de Atendimento do VIGIAGRO							Tabela 74
Unidade VIGIAGRO	Terminais alfandegados de Carga	Terminais de Passageiros Internacionais	Terminal de Animal vivo	REDEX (recinto especial de exp.)	Terminais Alfandegados de Granel	Remessa Expressa e Correios	Total
SVA/SNT	17	1		64	21		103
SVA/GRU	4	2					6
SVA/VCP	2	1	1			2	6
UTRA/MET	11					1	12
UTRA/IPA	1						1
UTRA/CPS	2						2
UTRA/SJP	1						1
UTRA/BOT	1						1
UTRA/RAO	2						2
Porto São Sebastião	1		1		1		3
Total Geral							137

Fonte: DDA/SP

Isso significa a criação de um ponto onde a fiscalização se faz necessária. Como não há aumento de efetivo a ocupação deste ponto de escala criado se torna impossível, uma vez que os servidores disponíveis estão trabalhando no seu limite operacional.

Recursos Humanos Necessários					Tabela 75	
UNIDADE		SVA/SNT	SVA/GRU	SVA/VCP	UTRA's(*)	Total
FFA-EA	Ativo	20	11	10	8,1	49,1
	Em condição de aposentadoria	5	08	9	5,9	27,9
	Aposentadoria Compulsória em 5 anos	40	25	16	10	91
	Ideal	25	21	15	7,8	68,8
	Necessidade	1	0	0	0	1
AAA	Ativo	1	0	0	0	1

	Em condição de aposentadoria	15	3	1	0	19
	Aposentadoria Compulsória em 5 anos	15	3	1	3	22
	Ideal	10	13	9	2	34
	Necessidade	2	1	6	0,9	9,9
FFA-MV	Ativo	20	25	12	3,5	60,5
	Em condição de aposentadoria	10	13	10	2,9	35,9
	Aposentadoria Compulsória em 5 anos	4	1	0	0	5
	Ideal	2	0	0	0	2
	Necessidade	10	2	1	0	13
AISIPOA	Ativo	8	2	1	0	11
	Em condição de aposentadoria	7	0	0	0	7
	Aposentadoria Compulsória em 5 anos	5	0	0	0	5
	Ideal	16	5	4	1	26
	Necessidade	13	5	4	1	23
ADM	Ativo	17	6	2	17	42
	Em condição de aposentadoria	5	0	0	0	5
	Aposentadoria Compulsória em 5 anos	2	0	0	0	2
	Ideal	16	5	4	1	26
	Necessidade	13	5	4	1	23
Pontos de Escala		17	6	2	17	42
TOTAL DE SERVIDORES NECESSÁRIOS						160,7

(*) os servidores das UTRAs atuam em várias ações, por isso o número não é absoluto

Fonte: DDA/SP

Porto de São Sebastião e Aeroporto de São José dos Campos

O Porto de São Sebastião é uma unidade alfandegada, que opera principalmente com material químico a granel, material siderúrgico e veículos automotores no cais público. De interesse do MAPA, durante o ano há, em média, 12 partidas de importação de cevada e malte cervejeiro e 02 de exportação de animais vivos. No cais da Petrobrás, o volume maior é de cabotagem e de importação/exportação de petróleo e seus derivados. A tendência desse porto é que ele passe a operar efetivamente com containeres, o que criaria a necessidade da presença de FFAs principalmente para a fiscalização de embalagens de madeira.

Neste sentido, foi proposto ao órgão central, nos termos regimentais, a criação de uma Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO Porto de São Sebastião, já que a demanda existente e a prevista indicam essa necessidade. Já o Aeroporto de São José dos Campos, é um aeroporto que tende a crescer, considerando que o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) que ligará São Paulo ao Rio de Janeiro tem uma estação prevista para o referido aeroporto. Já há uma solicitação por parte da Infraero para transformá-lo em aeroporto internacional, inclusive tendo sido consultado o MAPA, uma vez que, pela Legislação existente, um aeroporto para tornar-se internacional precisa possuir a fiscalização permanente do MAPA.

Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal – SSA

O Serviço de Saúde Animal no Estado de São Paulo – SSA/SP atua segundo as competências estabelecidas na Portaria Nº. 428/2010. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com o VIGIAGRO.

Para esta finalidade, são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, dos pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, e produtos

derivados, conforme exigências de natureza sanitária, assegurando o cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal, a emissão dos certificados zoossanitário internacional – CZI é realizada pelo VIGIAGRO, mediante parecer prévio do SSA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessária uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SSA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal, funciona como uma barreira primária para evitar a entrada de doenças exóticas ao rebanho brasileiro. Como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado, ao longo dos anos, um grande volume de todos os procedimentos relacionados ao trânsito internacional de animais vivos e seus produtos.

Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal						Tabela 76
Atividade	Un	2009	2010	2011	2012	2013
Certificado Internacional de Pré-Exportação	Nº	11	34	92	99	*
Certificado Internacional - Sudão	Nº	*	*	*	92	*
Certificado Internacional – Sudão e Pré Exportação	Nº	-	-	-	-	63
Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal	Nº.	1.591	1.941	2.251	1.944	1.601
Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis	Nº	1.061	1.208	1.331	1.368	1.388
Anuências Prévias para Importação	Nº.	15.299	16.904	14.052	17.321	19.508

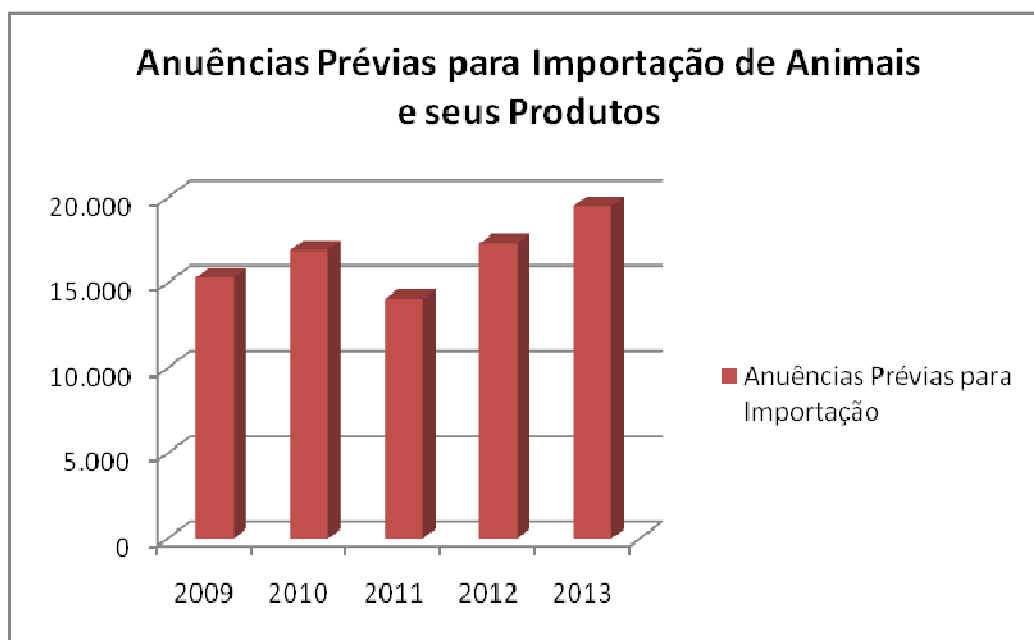
* a partir de 2013 os certificados internacionais de pré-exportação e para o Sudão passaram a ser contabilizados em conjunto.
Fonte: SSA/SP

Principais indicadores						Tabela 77
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação (<i>Iaia</i>) - Nº de solicitações analisadas / Ano						
<i>Iaia</i>	1.061	1.208	1.331	1.368	1.388	Demanda
Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico (<i>Ipai</i>) - Nº de solicitações analisadas / Nº de técnicos do serviço						
<i>Ipai</i>	265,25	241,6	221,8	154,8	231,3	Demanda
Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias (<i>Ileapoa</i>) - Nº de solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / Nº de solicitações						
<i>Ileapoa</i>	100%	100%	100%	100%	100%	Demanda

Fonte: SSA/SP

As demandas do SSA/SP, no que diz respeito ao trânsito internacional, são atendidas por seis Fiscais.

Gráfico 1 – Anuências de Importação para Produtos de Origem Animal



Quadro A.2.2.3.1.10 - Identificação da Ação FEBREAFTOSA 13

Código	4842	Tipo: Atividade
Título	Erradicação da Febre Aftosa	
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação	Despesa*			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.654.546,87	1.613.448,54	1.613.448,54	1.081.812,34	282.825,52	248.810,68
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Área Livre	KM ²	248.209	248.209		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado
168.526,45	145.944,48	14.040,71

* incluídos os recursos disponibilizados para a Estação Quarentenária de Cananeia-EQC
 Fonte: SSA; EQC; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

No Estado de São Paulo, as ações de campo relativas ao PNEFA, são executadas pelos médicos veterinários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA-SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). As ações de fiscalização da vacinação, do controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, do cadastramento de propriedades, do inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA, sob supervisão do SSA.

O controle do trânsito interestadual de animais biungulados suscetíveis à febre aftosa, regulamentado pela Instrução Normativa nº 44/07 é de competência do MAPA e executado no estado pelos FFAs do SSA. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização prévia pelo SSA emitida somente após a realização de quarentena de 30 dias e sorologia na origem. No local de destino, os animais deverão ser submetidos a uma quarentena de 15 dias, e somente após esses procedimentos são liberados para movimentação dentro do Estado. Do mesmo modo, o Estado de São Paulo cumpre os requisitos de quarentena pré-transito na origem, preconizados pela mesma IN, quando pretende transitar animais suscetíveis para Santa Catarina, zona livre sem vacinação, em função de este ser um status sanitário mais exigente.

Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco **Tabela 78**

	2009	2010	2011	2012	2013
Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso	1	1	1	1	9
Análise de requerimento ingresso/egresso SP	40	124	40	83	70
Vistorias em propriedades pedidos/resultados	8	12	5	7	15
Autorizações emitidas para ingresso em SP	7	37	39	31	41
Encaminhamento de autorizações de outras UFs	19	27	18	16	33
Acompanhamento de quarentena pré-transito	19	25	21	16	17

Fonte: SSA/SP

As ações executadas pelo MAPA e pela CDA são complementares e tem contribuído para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançada pelo Estado de São Paulo, no ano 2.000, sendo que o último foco da doença no estado foi registrado em 1996.

No ano de 2010, o estado de São Paulo deu mais um importante passo para que no futuro seja reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação, considerado pela comunidade internacional com a melhor classificação quanto a essa enfermidade. O esquema de vacinação foi modificado, a fim de que na 1ª etapa de vacinação, que ocorre no mês de maio, sejam apenas vacinados os animais com até 24 meses de idade e, na 2ª etapa, em novembro, ocorra a vacinação de todo o rebanho.

Como pode ser observado na tabela abaixo, os índices vacinais no estado se mantiveram altos nos últimos anos, o que permitiu que a estratégia enunciada acima fosse adotada. No entanto, essas ações devem estar sempre acompanhadas do controle do trânsito de animais suscetíveis a febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

Vacinação em Propriedades										Tabela 79
Propriedades	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10	Mai/11	Nov/11	Mai/12	Nov/12	Mai/13	Nov/13
existentes	153.300	150.905	129.367	148.199	126.823	146.186	125.726	142.761	121.285	138.705
vacinaram	127.916	141.679	122.409	140.453	120.577	139.767	121.560	133.235	114.677	132.300
%	83,44	93,89	94,62	94,77	95,07	95,61	96,81	93,33	94,55	95,38
Bovinos (em 1.000 cab.)	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10	Mai/11	Nov/11	Mai/12	Nov/12	Mai/13	Nov/13
existentes	4.938 *	11.549	4.784*	11.346	4.613*	11.280	4.549*	10.660	11.467	10.417
vacinaram	4.737	11.301	4.653	11.165	4529	11.039	4.505	10.379	121.993	10.222
%	95,93	97,85	97,26	98,40	98,20	98,83	99,03	97,36	94,00	98,13

*Total de bovídeos com idade até 24 meses (etapa de maio/09)

Fonte: SSA/SP

A meta para 2013 foi de manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, visando pleitear o reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação em futuro próximo.

Principais Indicadores								Tabela 80
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013	Meta	
Capacidade - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (IC alzl) – nº autorizações emitidas/ano								
(IC alzl)	Nº	7	37	39	31	41	Demanda	
Eficiência – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (IQ alzl) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas								
(IQ alzl)	%	78*	29,84	97,5	37,3	58,57	100%	
Eficiência – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (IP alzl) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos								
(IP alzl)	Nº	7	37	39	31	41	Demanda	
Efetividade - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (IEe fa)-Nº casos notificados x 100 / Ano								
(IEe fa)-	Nº	0	0	0	0	0	0	

*emissão de autorização de ingresso em conformidade

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

O SSA conta com a colaboração de três FFAs nas ações relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Um desses fiscais está envolvido nos controles do trânsito nacional de animais suscetíveis, normatizado pela IN nº. 44; os outros dois FFAs atuam na supervisão das ações executadas pelo órgão estadual de defesa sanitária animal e no acompanhamento de convênios. Consideramos serem insuficientes os recursos humanos disponíveis, uma vez que a pecuária paulista tem expressiva representatividade na balança comercial.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 81
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	3	0.7	
Agente Administrativo	1	0.5	

Fonte: SSA/SP

Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

Na estrutura regimental da SFA, a EQC, embora hierarquicamente subordinada à Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, faz uso dos recursos financeiros da ação Febreaftosa, considerando que suas atividades são de Defesa Sanitária Animal, mitigando, com as quarentenas, o risco de introdução de agentes exóticos de doenças animais, na economia brasileira.

Com a característica de ser o único quarentenário oficial do país, a EQC tem papel preponderante para a transparência das ações brasileiras de defesa sanitária animal, importante no apoio às negociações internacionais de animais e produtos de origem animal.

Atualmente, com o encerramento, em dezembro de 2012, das atividades de quarentena de fêmeas bovinas receptoras de embriões importados da República da Índia, a EQC tem dado sequência às quarentenas de aves, a maioria ornamentais, de importadores e criatórios comerciais.

Em 2013 foram iniciados serviços de adaptação de instalações para a realização de quarentena de suínos importados, contando com a participação da ABCS – Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, com previsão de término para o primeiro semestre de 2014. Com essas adaptações, a EQC terá capacidade de realizar até 10 quarentenas ao ano, com até 400 animais em cada uma.

Afora essas quarentenas mencionadas, a EQC, com seu setor voltado para a recepção de eventos, manteve a rotina de realização de cursos de capacitação e treinamentos.

No tocante às quarentenas de aves ornamentais de criatórios comerciais, a atividade tem sido intensa e a demanda tem sido cada vez maior, apesar do reduzido número de boxes disponíveis na EQC para o alojamento das aves.

Quarentena de Aves		Tabela 82
Nº quarentenas	Nº aves alojadas	País de origem
12	241	Alemanha
1	4	Espanha
4	35	Estados Unidos
4	129	Holanda
1	1	Israel
2	31	Cingapura
4	65	Bélgica
5	87	Portugal
33	593	////////////////////

Fonte: EQC/DDA/SP

Relato sobre a realização de eventos no Setor de Treinamento da EQC

Cursos: No tocante à realização de cursos de interesse da defesa sanitária animal oficial, destaque deve ser dado ao “*Curso de Defesa Sanitária Animal para Mormo*” com a participação de 47 médicos veterinários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Secretarias de Agricultura e Agências de Defesa de todo o país. O referido curso, realizado com a presença de um animal positivo para a doença nas dependências da EQC, contemplou aspectos clínicos, teste diagnóstico, colheita e preparação de amostras para envio a laboratórios de diagnóstico, necropsia, colheita de amostras pós-morte e destinação adequada de carcaça.

Cessão de dependências: Sobre a cessão de espaço da EQC destinado à realização de cursos e reuniões de interesse de outras entidades oficiais, os eventos ocorridos seguem descritos abaixo:

- Curso de pós-graduação em “*Ecologia de Estuários*” nas áreas de pesca e aquicultura” promovido pelo Instituto de Pesca/APTA/SAA/SP, para 10 participantes.

- Curso sobre “*Tópicos especiais em aquicultura e pesca*” promovido pelo Instituto de Pesca/APTA/SAA/SP, para 5 participantes.
- Oficina Participativa da “*II Reunião do Conselho Mosaico Lagamar*” promovido pelo ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para 60 pessoas.

Reuniões com a participação de técnicos da EQC:

- Técnicos da EQC, representantes da Embrapa-Concórdia/SC e representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, para tratar de assuntos relativos à disponibilização da EQC para a realização de trabalhos na área de suinocultura e preparação de cursos com professores de universidades brasileiras com o intuito de que seja dada maior atenção à defesa sanitária animal nos cursos de medicina veterinária.
- Técnicos da EQC e representantes do Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Cananéia, com apresentação da EQC e sua finalidade. Nesse evento, em que estava presente a diretora de uma escola tradicional de Cananéia, ficou a proposta de apresentação semelhante a alunos e outros tipos de grupos, como forma de ampliação das ações de divulgação.
- Técnicos da EQC e componentes do GTQA – Grupo Técnico de Quarentena Animal para a discussão de assuntos com a seguinte pauta:
 - Revisão da IN 17/2010 (aves ornamentais): análise dos projetos de Instrução Normativa.
 - Projeto de IN que trata de quarentena de bovinos: análise das sugestões da consulta pública e ajustes do projeto para publicação.
 - Quarentena de suínos: perspectivas para EQC, revogação da IN 31/2002, elaboração de novo projeto de IN para quarentena de suínos.
 - Revisão da Norma Interna DSA nº 02: análise das propostas apresentadas pela EQC e pelo SSA-SP.
 - Manual de biossegurança da EQC.

Visitas técnicas

Visita de 9 profissionais (médicos veterinários, biólogos e engenheiros agrônomos), pós graduandos do Instituto Biológico de São Paulo.

Outras atividades

Finalização do processo de reintegração da União na posse de área da EQC, irregularmente ocupada, culminando com a retirada dos ocupantes, bem como colocação de 40 placas alusivas à proibição de entrada na área reintegrada.

No tocante a esse assunto, posteriormente ao término do processo em tela, através de denúncia, o SQC localizou mais um ocupante irregular, que ensejou as providências necessárias junto à SFA-SP e Advocacia Geral da União – Procuradoria Seccional em Santos/SP, ainda em andamento.

Implantação de rotina de fiscalização da referida área, com embarcação oficial e servidores da EQC, apesar do reduzido quadro funcional ora existente. Em uma das vistorias realizadas houve a localização de um ocupante irregular renitente, para cuja retirada contou-se com a participação da Polícia Militar Ambiental, que possui base operacional em Cananéia.

Finalização de processo de demolição de 6 residências oficiais de servidores da EQC, localizadas na zona urbana de Cananéia e retirada do entulho resultante. Tais residências se encontravam totalmente deterioradas por ação da idade de construção, ação das intempéries e de cupins, gerando risco para a integridade física de seus ocupantes.

Finalização da redação do Manual de Biossegurança da EQC e entrega, para análise, ao Diretor do Departamento de Saúde Animal e GTQA.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 83**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	3	3,0
Agente Administrativo	1	1,0
Aux.Oper.Serviços Diversos	3	3,0
Aux.Oper.em Agropecuária	2	2,0
Estagiárias	2	2,0

Fonte: EQC/DDA/SP

Quadro A.2.2.3.1.11 - Identificação da Ação PCEANIMAL 13

Código	8658	Tipo: Atividade
Título	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	
Iniciativa	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação

Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados
312.472,79	205.856,85	205.856,85	181.340,54	8.507,05	16.009,26

Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante	
		Prevista	Realizada
Fiscalização de Propriedades	Unidade	123	178

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado
21.800,12	7.020,91	13.863,54

Fonte: SSA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Macroprocesso: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos

Ações Realizadas		Tabela 84
Atividade	Ações	Produtos
Tipo Ação		

Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos	Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação.	Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA.	DIRETA/ INDIRETA
Liberação de produtos para exportação	Recebimento e análise de documentação.	Certificado zootécnico de origem / Declarações	DIRETA
Vigilância epidemiológica	Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação.	Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva).	DIRETA/ INDIRETA

Supervisão das Ações de Defesa Sanitária:

No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SSA foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Essa atividade conta com a colaboração de 2 (dois) FFAs para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras atividades e colaboram nos demais macro-processos do Serviço.

Neste ano foram realizadas 02 auditorias conjuntas com o responsável técnico do Programa Nacional de Sanidade Avícola no Estado de São Paulo, envolvendo 3 estabelecimentos entre granjas bisavoseiras, granjas avoseiras, totalizando 22 núcleos, na região de Rio Claro (Analândia, Itai e Itirapina) onde se concentra um pólo de empresas genéticas avícolas .

Com relação ao trânsito interestadual de animais e produtos a demanda foi atendida tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, assim como ao credenciamento de Médicos Veterinários para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária – Modelo E (CIS – E). Prosseguiu-se com os trabalhos de treinamento e publicação de novas Portarias de Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no Estado de São Paulo.

Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E		Tabela 85
ESPECIES	Médicos Veterinários Habilitados – dez-2013	
Aves e Ovos Férteis	109	
Eqüídeos	112	
Animais Silvestres	4	
Animais Aquáticos	15	
Animais de Laboratório	5	
Suídeos	3	
Egresso de Eventos	175	
Total	423	

Fonte: SSA/SP

O SSA mantém um estreito relacionamento com os Médicos Veterinários Habilitados para recebimento de relatórios mensais via e-mail o que confere maior agilidade na troca de informações e na divulgação de normas. Esses relatórios são de fundamental importância para o monitoramento de possíveis ocorrências epidemiológicas.

Visando atender o que preconiza o Programa do PPA, Defesa Agropecuária (promover a sanidade na agropecuária), este Serviço suspendeu e/ou cancelou a habilitação de médicos veterinários que não enviaram os relatórios mensais por mais de quatro meses, ou não participaram dos treinamentos de atualização realizados nos meses de abril e junho ou ainda que

tiveram processos envolvendo irregularidades no trabalho junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Para o segmento exportador, neste ano de 2013, foram emitidas declarações sanitárias para produtos agrícolas, como sementes e grãos. A emissão atendeu a demanda no intuito de certificar segundo as exigências sanitárias dos países importadores, especialmente no que se refere ao status do Estado e do Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) e Febre Aftosa.

Atividades Desenvolvidas						Tabela 86
Vigilância Zoonosológica e Controle de Trânsito Interestadual 2009 a julho de 2013						
ATIVIDADE	Un.	2009	2010	2011	2012	2013
Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas	Nº.	198	85	115	23	24
Notificação de enfermidades a outros SSAs	Nº.	0	0	0	0	0
Informes epidemiológicos mensais elaborados	Nº.	88	88	88	84	35
Méd. veterinários habilitados para emissão de GTA	Nº.	360	360	440	439	423
Médicos veterinários desabilitados	Nº.	49	70	31	44	26
Médicos veterinários habilitados orientados	Nº.	239	335	340	439	423
Relatórios recebidos e processados	Nº.	2.394	3516	4080	4183	2.253

Fonte: SSA/SP

Em 2013 foram realizados seis treinamentos para habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs, com um total de treinados de 503.

Na consolidação dos números entre as novas habilitações e cancelamentos, o número total de Médicos Veterinários Habilitados, que em 2012 chegou a 439, passou para 423.

Principais Indicadores							Tabela 87
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013	
Capacidade - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet. habilitados/Ano							
ICcrf	Nº	360	360	440	439	423	
Eficiência – Indicador de conformidade de atuação de med. veterinário habilitado (IQcrf)= méd. vet habilitado total – méd vet desabilitado / méd vet total x 100 = (493-16)/493 x100 = 96,35%							
IQcrf	Nº	78,93	88,02	100	87,77	96,35	

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

A Brucelose causada pela bactéria *Brucella abortus* e a Tuberculose causada pelo *Mycobacterium bovis* estão disseminadas em todo território nacional, assim como no Estado de São Paulo. O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PN-CEBT) visa o controle e erradicação das duas enfermidades sendo que os objetivos específicos são baixar a incidência e prevalência da brucelose e da tuberculose visando iniciar uma estratégia de erradicação. Para tal as ferramentas estabelecidas pelo programa são: vacinação de fêmeas com idade de 3 a 8 meses contra a Brucelose, incrementar o diagnóstico dessas enfermidades mediante a habilitação de médicos veterinários da iniciativa privada para, certificação de propriedades livres, controle do trânsito de bovinos e eliminação dos animais positivos. A certificação objetiva além de controlar e erradicar a Brucelose e Tuberculose e também oferecer alimentos seguros à população, uma vez que ambas as enfermidades são consideradas zoonoses.

A função do SSA é a de supervisionar as ações relativas à todos os programas sanitários em nível estadual. Fazem parte das atividades desenvolvidas pelo SSA no PNCEBT o acom-

panhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre "Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis" em conjunto com o responsável pelo Programa Estadual, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial, realizando diagnóstico para estas duas enfermidades.

O número de profissionais já habilitados é expressivo no estado quando comparado ao plantel bovino existente, porém, o número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas tem sido pequeno. Como se trata de um processo moroso (10 meses em média), devido ao prazo a ser respeitado entre os exames, e a possibilidade de, em qualquer momento haver a reprovação da propriedade com a detecção de animais positivos fazendo com que os proprietários não tenham um ganho efetivo e imediato. Contudo, no ano de 2013 foram feitas 11 renovações de certificação de propriedades e atualmente 80 propriedades estão em processo de certificação.

Como meta para o ano de 2014, aponta-se o incremento na supervisão dos médicos veterinários e a certificação de propriedades e obrigatoriedade da certificação das Granjas Leiteiras tipo A.

Abaixo seguem elencados alguns pontos que continuam sendo o estrangulamento que comprometeram até então o avanço do PNCEBT no estado de São Paulo:

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto a resistência dos frigoríficos em receber estes animais;
- Falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os positivos;
- Demora em desabilitar médicos veterinários que infringem a legislação, em função dos trâmites documentais;
- Restrita divulgação do programa em nível estadual e nacional;
- Restrita divulgação das vantagens oferecidas ao produtor para obter a certificação de propriedade livre ou monitorada;
- Restrita participação dos serviços de inspeção no cumprimento da IN 51/2002 sobre a exigência de certificação das propriedades para a produção de leite B.

Atualmente o estado de São Paulo conta com 1.048 Médicos Veterinários Habilitados, para atuar no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, em específico para realização de exames para diagnóstico dessas duas enfermidades.

Ações do PNCEBT		Tabela 88				
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial	Nº.	13	8	9	11	06
Médicos Veterinários treinados para habilitação	Nº.	192	173	185	220	110
Médicos Veterinários habilitados	Nº.	60	51	34	33	26
Médicos Veterinários desabilitados	Nº.	0	13	7	15	0
Propriedades Certificadas Livre	Nº.	6	14	5	14	10
Propriedades Certificadas Monitoradas	Nº.	1	1	1	1	1

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores						Tabela 89
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - (<i>IP hmv</i>) – n° med. veterinários habilitados/n° fiscais						
<i>IP hmv</i>	n°	60	51	34	33	26
Capacidade – Capacidade de habilitação de med. veterinários (<i>IQ hmv</i>) – Med. Veterinários habilitados / ano						
<i>IQ hmv</i>	n°	60	51	34	33	26
Eficiência – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT (<i>IE hmv</i>) – n° de cursos realizados/n° de cursos com participação de FFA						
<i>IE hmv</i>	n°	13	8	9	11	0

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva						Tabela 90	
2012		2013		2012		2013	
N° Municípios atingidos		Propriedades monitoradas		N° Focos*		N° Casos**	
42		59		4885		3916	
				183		201	
				252		215	

* Foco de raiva: toda propriedade onde foi constatado pelo menos um caso positivo de raiva em herbívoros domésticos e a investigação epidemiológica confirmou que a infecção do animal ocorreu naquele local.

**casos com diagnóstico clínico e/ou laboratorial

Fonte: SSA/SP

Em 2012 e 2013 houve um aumento significativo do número de casos de raiva nos herbívoros. Em 2013, os 201 focos de raiva ocorreram em 59 municípios, sendo que, o maior número de casos foram observados em: Aguai, Altinópolis, Analândia, Cajuru, Campinas, Corumbataí, Guatapar, Itirapina, Leme, Mococa, Morungaba, São Carlos e Tambaú.

Foram trabalhados 1.966 refúgios de morcegos hematófagos, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 7.709 morcegos hematófagos em 569 capturas, 93 morcegos hematófagos foram encaminhados para o diagnóstico laboratorial com 05 positivos para raiva.

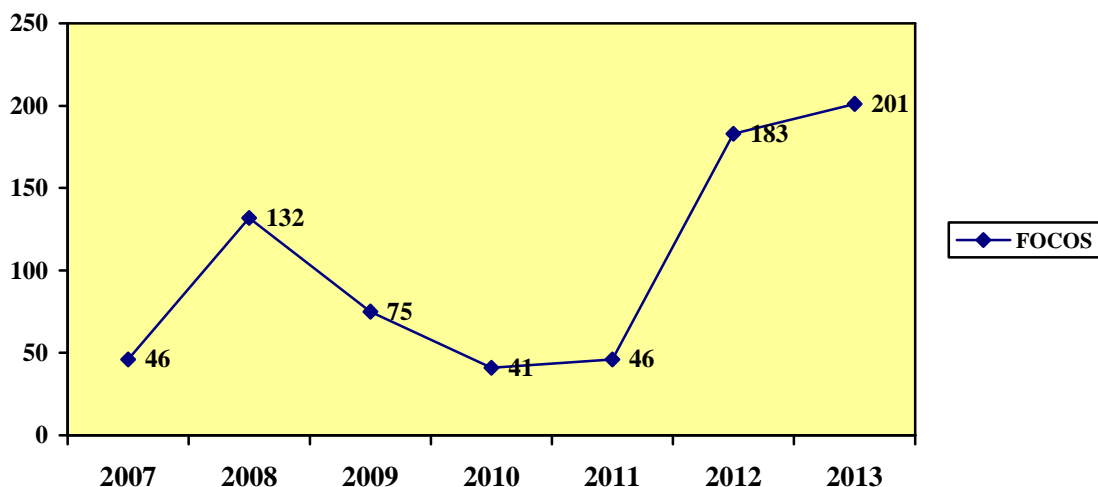
Quanto à vigilância da raiva em animais silvestres, em 2013, foram diagnosticados 57 casos de raiva em morcegos não hematófagos, de um total de 2.773 amostrados.

Desde outubro de 2008 excluiu-se a obrigatoriedade de vacinação contra a raiva dos herbívoros, uma vez que as áreas de risco para a doença vinham diminuindo, em consequência da intensificação das medidas de controle, situação que vem se modificando nos últimos anos. No entanto em 2013 o número de municípios monitorados aumentou diminuindo o número de casos observados, porém houve uma aumento no número de focos.

Entretanto, quando se faz uma análise da série histórica o Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo tem demonstrado sua efetividade. No ano de 2008, 0,05% das propriedades foram acometidas, atingindo um número muito pequeno de animais (0,0008%) e em 2009, reduziu-se para 0,0005% os animais acometidos. Tendência essa que se manteve em 2010 e 2011, como observado no gráfico abaixo. Não obstante, há necessidade de se rever algumas ações diante do aumento do número de focos observado a partir de 2011. Propõe-se com esse objetivo ação conjunta com o Estado de Minas Gerais, visto que a grande maioria dos casos de raiva têm ocorrido nos municípios que fazem divisa

com este Estado, além de outras medidas como a implantação de ações de educação sanitária nos municípios com maiores números de casos.

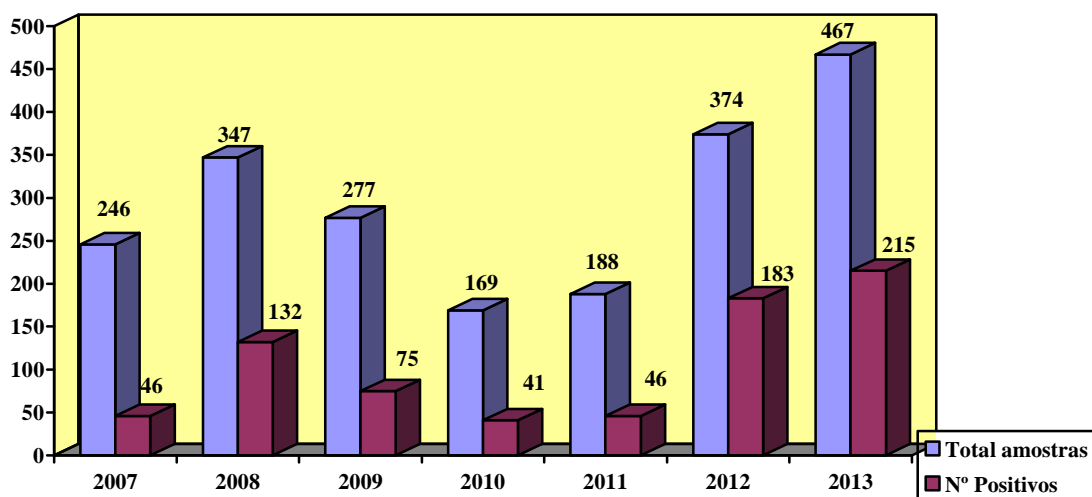
GRAFICO 2 N° de focos de raiva nos herbívoros ocorridos no Estado de São Paulo, 2007-2013



Quanto à vigilância da raiva dos herbívoros, o gráfico abaixo demonstra o número de amostras coletadas de animais com sintomas neurológicos e o número de animais positivos para a raiva.

Total de amostras coletadas de herbívoros com sintomas neurológico diagnósticos positivos para a Raiva em herbívoros e suínos - 2007 e

GRÁFICO 3



Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)

Em maio de 2012, o Brasil foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como de risco insignificante para esta doença, certificando a qualidade das ações que vêm sendo desenvolvidas no País. Em 07.12.2012, foi reportado à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) um diagnóstico positivo de EEB, detectado através da técnica de imunohistoquímica. Trata-se de um caso ocorrido no município de Sertãoópolis, no Estado do Paraná, sendo que o animal diagnosticado foi enterrado na propriedade, não entrando na cadeia alimentar e, portanto, não oferecendo risco à saúde humana. De acordo com as investigações

epidemiológicas e testes diagnósticos foi determinado tratar-se de caso atípico de EEB. O Comitê Científico da OIE, após rígida avaliação, manteve o status do Brasil como de risco insignificante para a EEB.

Visando realizar a vigilância da EEB em populações de maior risco, o SSA supervisiona a colheita de amostras em matadouros sob inspeção federal, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos, amostras (tronco encefálico) são coletadas por Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) do Serviço de Inspeção Federal.

Em 2013, foram coletadas 675 amostras de tronco encefálico de animais submetidos ao abate de emergência ocorridos em estabelecimentos sob inspeção federal, sendo analisadas pela técnica de imuno-histoquímica 654 amostras. (21 amostras foram descartadas pelo laboratório, por apresentarem não conformidades).

Quanto à vigilância de bovinos importados de países considerados de risco para a EEB e da vigilância a campo dos ruminantes com síndromes neurológicas, são encaminhadas amostras para o teste histopatológico realizado no Instituto Biológico de São Paulo e para pesquisa de príon pela técnica de imuno-histoquímica, realizado no LANAGRO-PE.

Em 2013, foram coletadas e analisadas (até novembro) 17 amostras oriundas de bovinos importados de países de risco para a EEB e 59 amostras de animais nascidos no Brasil e que apresentavam sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados negativos para EETs, por ambas as técnicas, histopatológico e imuno-histoquímica.

Quanto à vigilância nos bovinos oriundos do campo com sintomatologia nervosa, houve vários treinamentos focando a importância da vigilância e do diagnóstico diferencial destinados aos médicos veterinários do Órgão Estadual, o que colaborou para um incremento na vigilância ativa, porém não se manteve em 2010 e 2011. Em 2012 e 2013, a vigilância se incrementou, grande parte devido ao recrudescimento da raiva no estado.

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas foram desenvolvidas diretamente pela SFA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº. 08, de 25/03/2004 e de acordo com os procedimentos determinados pela IN 41, publicada em 08 de outubro de 2009.

O decréscimo acentuado do número de amostras coletadas para análise pela técnica de microscopia a partir de 2010 se justificou pela alteração da metodologia de fiscalização, sendo toda a propriedade investigada, coletando apenas as amostras suspeitas e/ou positivas ao teste rápido ou aquelas com conteúdo proibido pela IN 08/2004, como por exemplo, amostras constituídas por cama de aviário. O decréscimo acentuado de fiscalizações em 2011 e 2012 se justifica pela redução de recursos humanos nesta ação, sendo executada quase que exclusivamente por 01 FFA, como pode ser demonstrado na tabela abaixo:

Fiscalizações e amostragens realizadas			Tabela 91
ANO	Nº Propriedades Fiscalizadas	Nº amostras coletadas	Nº de Fiscais envolvidos
2009	201	113	8
2010	110	23	01
2011	53	27	01
2012	54	18	01
2013	140	64	4

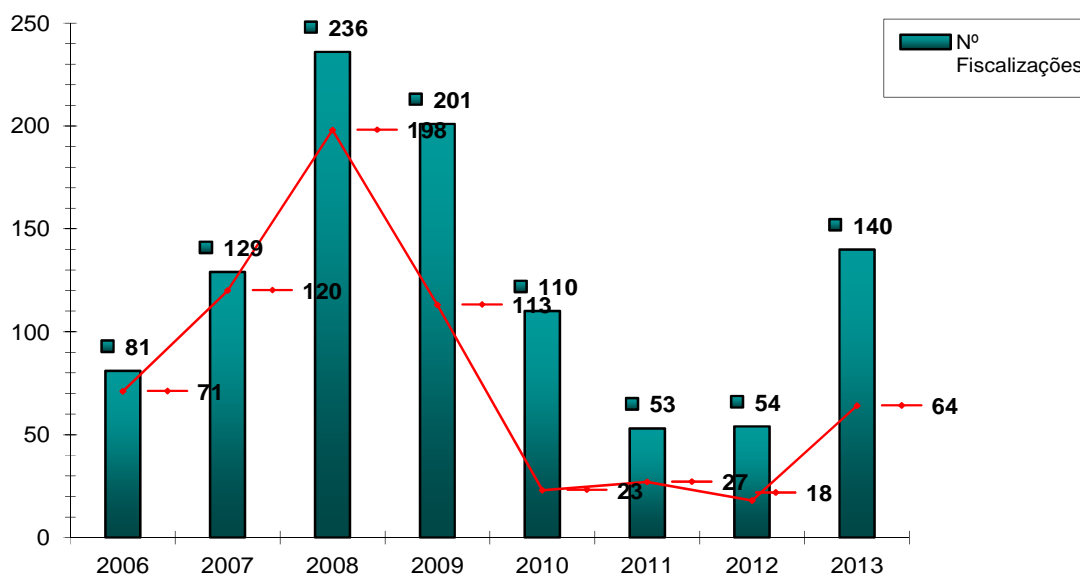
Fonte: SSA/SP

Em 2012, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Botucatu, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto, sendo fiscalizados 20 mu-

nicípios. Em 2013, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Campinas e Sorocaba, sendo fiscalizados 25 municípios.

No gráfico abaixo, observa-se um incremento nas fiscalizações em 2013, comparado com 2011 e 2012, aumento este justificado pela participação de um maior número de FFAs, sendo possível realizar mutirões de fiscalização, com a formação de 03 equipes, em cada mutirão.

Gráfico 4 – Número de fiscalizações da alimentação dos ruminantes em estabelecimentos rurais e número de amostras coletadas, de 2006 a 2013.



Principais Indicadores						Tabela 92
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais (<i>IP pfp</i>) - n° de propriedades fiscalizadas / n° Fiscais envolvidos(*)						
<i>IP pfp</i>	25,12	110	26,5	27	35	
Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos (<i>IP pca</i>) - n° de amostras coletadas/ n° Fiscais envolvidos						
<i>IP pca</i>	14,1	23	13,5	9,0	16	
Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório (<i>IQ Cal</i>)-n° amostras conformes enviadas ao lab x 100 / n° total amostras colhidas						
<i>IQ Cal</i>	100	100	100	100	100	100
Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos (<i>IQ can</i>)-n° de amostras negativas x 100/n° total amostras analisadas						
<i>IQ can</i>	59,3	86,95	69,8	70,37	77,14	100
Capacidade - Capacidade de coleta de amostras (<i>IC vl</i>) n° amostras coletadas/ano						
<i>IC vl</i>	113	23	27	18	64	35
Capacidade - Capacidade de propriedades fiscalizadas (<i>IC</i>) - n° de propriedades fiscalizadas/ano						
<i>IC</i>	--	110	53	54	140	35

* considerou-se 02 FFA envolvidos para cálculo, apesar das fiscalizações serem realizadas em sua grande maioria por 01 FFA e 01 agente administrativo.
Fonte: SSA/SP

Em 2008, o índice referente à conformidade de amostras negativas para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes (IQcan) indica o elevado percentual de presença de subprodutos proibidos (68,1% positividade para subprodutos de origem animal) e reflete a intensificação das ações nos municípios críticos, visando coibir a utilização de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação dos ruminantes. Em 2009, verifica-se que houve uma diminuição no percentual de presença de subprodutos das amostras analisadas (40,7% positividade para subprodutos de origem animal), reduzindo ainda mais em 2010 (13,1% positividade). Já, em 2011 e 2012, o percentual de propriedades onde se detectou o uso de subproduto de origem animal proibido na alimentação dos ruminantes foi de 30,2% e 29,6%, respectivamente e se manteve em 2013 (30% de propriedades com detecção de consumo de subprodutos de origem animal proibidos pela IN 08/2004).

Em 2012, foram identificados 662 ruminantes expostos a subprodutos de origem animal proibidos em 16 propriedades, os quais foram submetidos aos procedimentos estabelecidos na IN 41/2009, Anexo II, Art. 5º, já em 2013 foram identificados 1.254 ruminantes com acesso a subprodutos de origem animal proibidos em 42 propriedades rurais, os quais estão sendo submetidos aos procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

Observa-se que a ação gerencial do SSA junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que até o ano de 2005 era feita esporadicamente. A partir de 2006 até 2013, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação. Os resultados de 2011 e 2012 alertam para a importância da manutenção das fiscalizações, ressaltando-se que para um aprimoramento dos resultados, faz-se necessária a formação de equipes comprometidas que possam participar efetivamente desta ação, trabalhando conjunta e simultaneamente nas várias regiões do Estado.

SCRAPIE:

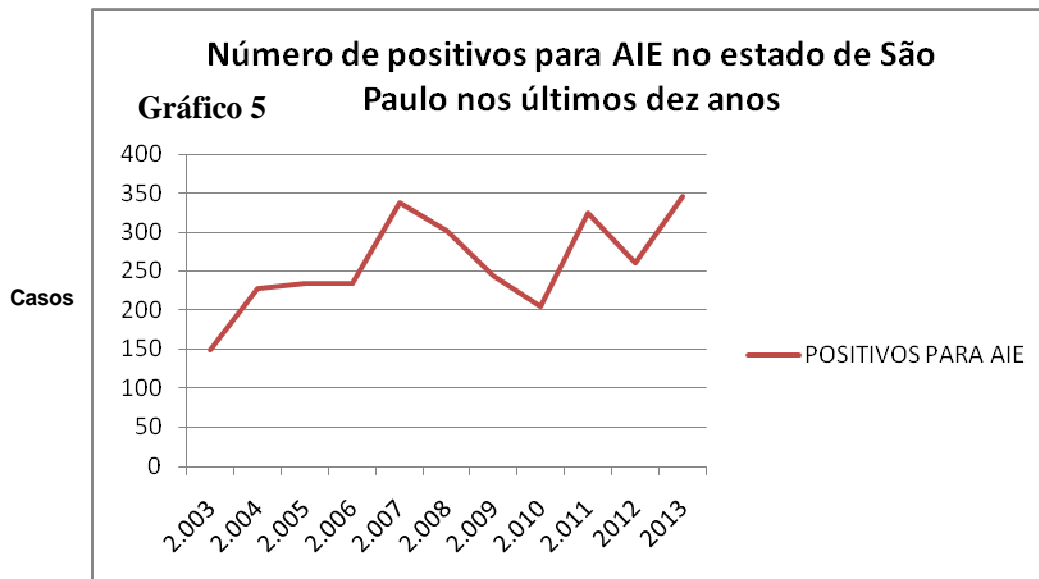
A *Scrapie* ou Paraplexia Enzoótica dos Ovinos é considerada uma enfermidade neurodegenerativa, transmissível e fatal que acomete ovinos e caprinos. É pertencente ao grupo das encefalopatias espongiiformes transmissíveis EET, mesmo grupo a qual pertence a doença da vaca louca. Desde 2010 não são registrados casos de *Scrapie* no Estado de São Paulo.

Macro processo: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, o SSA recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Equina - AIE no Estado de São Paulo.

Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, a aquisição dos antígenos utilizados para este fim também é rastreada, através dos mapas de comercialização enviados pelos estabelecimentos que vendem os “kits” para diagnóstico de AIE, o que nos possibilita detectar se determinado laboratório está ativo ou não.

Todo esse esforço é realizado em função de ser a AIE uma doença endêmica em equinos de difícil erradicação como pode ser observado no gráfico abaixo:



Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados por este Serviço desde a notificação efetuada pelo laboratório credenciado que realizou o exame, até o sacrifício e desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que cada laboratório envia mensalmente a este Serviço.

Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

São Paulo é o Estado com maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que o monitoramento das atividades deste universo representa numa importante ferramenta para a obtenção de informações epidemiológicas confiáveis com presteza e precisão, o que tem sido nosso desafio constante.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, como pode ser observado no gráfico abaixo, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Equina.

Mormo:

O mormo é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Burkholderia mallei* mais frequente em equinos (cavalos, asnos e mulas), mas podendo também ser contraída por outros mamíferos, como cães, gatos, caprinos e inclusive o homem. É uma infecção transmitida geralmente pela ingestão de água ou comida contaminada, sendo encontrada na América latina, África e Ásia.

Não existe cura e o sacrifício de animais comprovadamente doentes é obrigatório tornando-se assim uma doença de interesse de Saúde Pública. Os principais sintomas ocorrem geralmente em três formas de manifestação: Nasal, com febre alta, tosse e descarga nasal com úlceras nas narinas, podendo ocorrer úlceras e nódulos em membros e abdome. Pulmonar, mais comum em cavalos, pode causar pneumonia crônica com úlceras na pele dos membros e

na mucosa nasal. E cutânea, ocorre sob a forma de nódulos e úlceras na região interna dos membros, com presença ou não de secreção amarelada escura.

No ano de 2013, foi detectado um foco de mormo no município de Araçariguama, o primeiro no Estado de São Paulo desde 2008.

Além das medidas de saneamento na propriedade, com a interdição da mesma e o sacrifício dos animais positivos, foi realizada intensa investigação epidemiológica e implementação da obrigatoriedade da realização de exame de mormo para trânsito.

Tal obrigatoriedade gerou um notável incremento no número de exames realizados, o que por sua vez nos permitiu detectar alguns outros focos, possibilitando maior eficiência na identificação desta zoonose para alcançarmos em breve sua erradicação.

Até momento, o Estado de São Paulo possui dois focos de MORMO saneados e cinco focos em processo de saneamento, todos iniciados em 2013.

Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE						Tabela 93
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Universo de laboratórios	Nº	89	67	70	73	72

Exames Sorológicos						Tabela 94
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Exames sorológicos total	Nº	128.449	139.403	156.977	157.969	158.151
Exames positivos	Nº	244	205	325	261	346
Exames negativos	Nº	128.205	139.198	156.652	157.708	157.805
Índice Exames negativos	%	99,81	99,85	99,79	99,83	99,74
Exames sorológicos mormo	Nº	10.430	1.286	1598	9.277	101.308

Situação da Anemia Infeciosa Equina no Estado de São Paulo						Tabela 95
		2009	2010	2011	2012	2013
Número de Focos		71	72	99	100	117
Número de Casos		146	113	202	166	211

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, Salmonelas e Micoplasmas e vigilância da Influenza Aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo, a implantação do programa tem sido de fundamental importância considerando-se que o Estado além de possuir um grande plantel de aves comerciais (corte e postura), detém também um importante banco de genética avícola, responsável pelo abastecimento de material genético para os outros estados da federação e países do continente sul americano.

De acordo com dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo nesta UF estão instaladas 32 empresas que trabalham com reprodução avícola, com 264 estabelecimentos, dos quais 3 são granjas de bisavós, 12 granjas de avós, 244 granjas de matrizes com capacidade de alojamento de cerca de 16,9 milhões de aves de reprodução e 65 incubatórios. No segmento de aves de corte, o Estado conta com 33 empresas integradoras com mais de 3.200 integrados que possuem uma capacidade de alojamento de aproximadamente 120,3 milhões de aves. O estado conta ainda com 119 produtores independentes com uma capacidade de alojamento de 2,6 milhões de aves. Na área de postura de ovos para consumo, o Estado possui

665 produtores com quase 63,7 milhões de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país.. A soma de todos os estabelecimentos avícolas de frango de corte, postura comercial e reprodutores no Estado de São Paulo totalizam cerca de 4.300 estabelecimentos com capacidade de alojamento de 204,6 milhões de aves.

A fiscalização e monitoramento contínuo dos estabelecimentos de reprodução no estado, tem possibilitado a certificação sanitária desses estabelecimentos como livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias, propiciando produtos com menor risco sanitário para o mercado interno e externo.

Este controle e fiscalização permitiram a certificação sanitária dos estabelecimentos de reprodução avícola e tem sido resultado da parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, responsável pela execução das ações de sanidade animal no estado de São Paulo.

A tabela abaixo demonstra as certificações de estabelecimentos livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias controladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, no período de 2009 a 2013.

Certificações em Estabelecimentos					Tabela 96
Categoria do Estabelecimento	Estabelecimentos Avícolas Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias				
	2009	2010	2011	2012	2013
Criatório de Ratitas	4	3	1	0	1
Granja Bisavoseira	3	3	3	2	3
Granja Avoseira	10	12	16	5	12
Granja Matriseira	64	76	113	75	104
Outras	0	6	7	4	29
TOTAL	81	100	140	86	149
Núcleos de Criação Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias					
	2009	2010	2011	2012	2013
Criatório de Ratitas	4	3	1	0	1
Granja Bisavoseira	12	12	12	6	12
Granja Avoseira	61	59	67	28	61
Granja Matriseira	174	223	249	171	220
Outras	0	17	20	6	56
TOTAL	251	314	349	211	350

Fonte: SSA/SP

Quarentena de material genético avícola importado.

A tabela abaixo demonstra o número de autorizações emitidas para importação de ovos férteis e pintos de 1 dia e o número de quarentenas acompanhadas pelo Serviço de Saúde Animal a partir de 2009.

Autorização de Importação				Tabela 97
Ano	Autorizações de Importação emitidas	Termos de Liberação de Quarentena (TLQ) Emitidos	Quarentenas acompanhadas	
2009	47	31	47	
2010	38	41	57	
2011	51	48	62	
2012	35	27	50	
2013	64	25	82	

Fonte: SSA/SP

Fiscalização do cumprimento dos requisitos e exigências sanitárias para exportação:

Os estabelecimentos avícolas de controles permanentes que procedem à exportação de aves e de ovos férteis são monitorados segundo as portarias de controle e certificação sanitária para Micoplasmoses e Salmoneloses aviárias da Secretaria de Defesa Agropecuária e demais determinações técnicas específicas do DSA, além de procederem à vigilância epidemiológica da doença de Newcastle e da influenza aviária.

O trabalho de monitoramento e fiscalização executado pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA no estado de São Paulo propiciou, a certificação sanitária de 1123 processos de exportação, sendo 668 autorizações de exportação de ovos férteis e 455 de pintos de 1 dia, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Autorizações para emissão de CZI emitidas					Tabela 98
Tipo de material genético	2009	2010	2011	2012	2013
Ovos férteis	757	1041	734	616	668
Pintos de um dia	269	352	292	246	455
Total	1.026	1.393	1.026	862	1123

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores					Tabela 99
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência – Produtividade na emissão de autorização de importação de material genético avícola (IP aimga) - Nº de Autorizações de Importação Emitidas / nº de fiscais envolvidos					
<i>IP aimga</i>	15,7	12,7	17,0	17,5	12,8
Eficácia - Conformidade do Material Genético Avícola Importado (IC mgai) - /nº liberação de quarentenas emitidas x 100/ nº de autorizações de importação de MGA emitidas.					
<i>IC mgai</i>	65,9%	107,8%	94,1%	77,1%	39,1%
Capacidade - Capacidade de emissão de autorização para emissão de CZI (IC - czi) - nº de autorizações para emissão de CZI / ano					
<i>IC czi</i>	1.026	1.393	1.026	862	1.123
Eficiência –Produtividade na emissão de autorização para emissão de CZI (IP eczi) – nº de CZIs emitidos/nº de fiscais envolvidos					
<i>IP eczi</i>	256,5	348,2	256,5	287,3	224,6
Eficiência – Produtividade na fiscalização de estabelecimento avícola de reprodução (IE fera) – nº de fiscalizações/nº de fiscais envolvidos					
<i>IP fera</i>	8,7	8,2	10,25	12	12
Capacidade - Capacidade de fiscalização de Estabelecimentos de Material Genético Avícola - MGA (IC femga) - nº de fiscalizações em estabelecimentos MGA / ano					
<i>IC femga</i>	35	41	41	24	25

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Desenvolvimento da Suídeocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura

As ações relativas ao Macroprocesso acima mencionado estão inseridas no Programa Nacional de Saúde dos Suídeos que visa a preservação da saúde do rebanho nacional atuando no controle e erradicação das doenças dos suídeos assim com evitando a entrada de doenças exóticas ao plantel nacional e a melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores. Os principais processos, descritos no quadro abaixo, são relativos aos produtos finalísticos produzidos no SSA:

Atividades Desenvolvidas			Tabela 100
PROCESSO	AÇÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO

Registro de granjas de reprodutores suínos	Vistoria Inicial	Termo de visita Termo de colheita Certificado GRSC	DIRETA/ INDIRETA
	Análise da biossegurança da granja		
	Supervisão da colheita de sangue e tuberculização		
	Análise dos resultados sorológicos		
	Recebimento de documentação		

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SSA junto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Em 2013, houve a continuidade do Monitoramento para a Peste Suína Clássica (PSC) através da colheita de 81 amostras procedentes dos Matadouros Frigoríficos com SIF no Estado de São Paulo, amostras estas colhidas de reprodutores suínos de descarte resultando em 100% negativas para PSC.

Houve continuidade da Vigilância Ativa nas propriedades interditadas da região de Cerqueira César frente a Doença de Aujeszky com a colheita de 300 amostras e a eliminação dos animais dessas propriedades reagentes através do Abate Sanitário.

Em 2013 foram testados 135 suínos reprodutores frente a Estomatite Vesicular com a finalidade de exportação para o MERCOSUL, resultando no total de 100% negativos.

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – N° de Matrizes							Tabela 101
	2009	2010	2011	2012	2013	Rebanho	Nível de Biossegurança
Granja Semesa	638	600	600	600	578	7983	A
Granja Big Boar	1982	2600	---	560	565	2950	C
Granja Progresso	1150	1200	1200	1142	1120	13813	B
Granja Suinolândia 1	500	500	500	700	588	5637	A
Granja Sta. Cândida II (*)	215	215	215	306	-	-	B
Granja Maiale (*)	614	614	614	565	-	-	B

(*) não renovaram o Certificado
Fonte: SSA/SP

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – N° de Cachaços							Tabela 102
	2009	2010	2011	2012	2013		Nível de Biossegurança
Granja Semesa	44	44	44	40	37		A
Granja Big Boar	16	16	---	8	6		C
Granja Progresso	15	15	15	17	14		B
Granja Suinolândia 1	14	14	14	8	9		A
Granja Sta. Cândida II (*)	5	5	5	5	-		B
Granja Maiale (*)	18	18	18	17	-		B
Cia. São João da Baleia – encerrou as atividades no 2º semestre	11	11	11	25	-		B
Cia. de Inseminação Suíno Light – Certificado suspenso por atraso na colheita do 2º semestre	15	15	15	13	13		A
Cia. Inseminação – Holambra	29	29	29	22	9		B

(*) não renovaram o Certificado
Fonte: SSA/SP

Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)					Tabela 103
	2009	2010	2011	2012	2013

Liberação de vacina contra doença de Aujeszky	0	0	0	0	0
Granjas de suínos fiscalizadas com histórico da doença de Aujeszky	0	6	4	0	0
Granja de reprodutor suíno certificada	9	9	8	5	6
Fiscalização em granjas de reprodutores suínos certificadas	18	36	16	5	3
Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades	1	1	5	1	0
Amostras colhidas em propriedade interditada com suspeita de doença exótica	0	0	0	0	0
Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky	2.352	500	251	-	300
Amostras colhidas para exportação de reprodutores para o Paraguai	-	48	89	13	135

Fonte: SSA/SP

Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suínos Certificadas						Tabela 104
	2009	2010	2011	2012	2013	
Peste Suína Clássica	741	811	430	653	524	
Doença de Aujeszky	741	811	430	653	524	
Brucelose	741	811	430	653	524	
Tuberculina aviária e mamífera	741	811	430	653	524	
Sarna	145	65	40	95	56	

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores						Tabela 105
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras (IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano						
IC PSC	741	811	430	653	524	1008
Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal (IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suínos certificadas/Nº de fiscais envolvidos						
IP PSC	741	811	430	653	524	1008
Eficácia-Conformidade de amostras para PSC (IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas						
IQ psc	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Os resultados mostram que a estratégia utilizada vem mostrando que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

Quadro A.2.2.3.1.12 - Identificação da Ação RASTREAB 13

Código	8592	Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar	
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	

Ação Prioritária Não

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação*	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	9.564,47	9.564,47	7.135,56	--	2.428,91
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Realizada	Unidade	20	27		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
5.686,43		359,96		8.439,24	

Fonte: DDA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Essa ação tem como objetivo a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações das movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, ela constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais. O universo de atuação contemplado na ação compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados no SISBOV (ERAS), as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

Estabelecimentos	Tabela 106				
Estabelecimentos do SISBOV	2009	2010	2011	2012	2013
Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	217	193	154	135	123
Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais	16	15	12	12	8
Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação	54	54	64	64	51
Fabricantes de elementos de identificação	10	8	5	6	6
Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais	40	40	40	40	40
Total	337	310	275	257	228

Fonte: DDA/SP

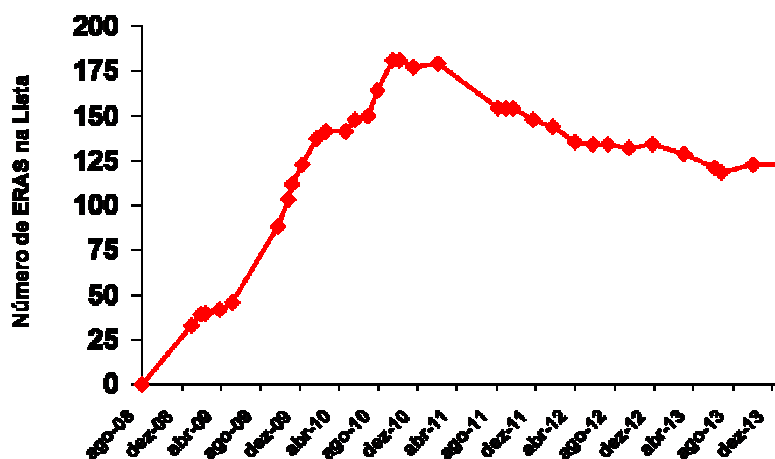
Atividades Realizadas	Tabela 107					
Atividades Realizadas pelo SISBOV	UNIDADE	2009	2010	2011	2012	2013
Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Auditoria realizada	187	124	67	40	43
Auditorias em Entidades Certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Auditoria realizada	10	01	0	03	01

Auditorias em Empresas Fabricantes de Elementos de Identificação	Auditoria realizada	01	01	0	0	0
Recebimento de missão internacional	Missão recebida	01	01	01	01	01
Treinamento em Auditoria de Certificadoras	Auditores treinados	05	25	0	0	0
Treinamento – Reciclagem de auditores	Auditores treinados	100	47	0	0	0

Fonte: DDA/SP

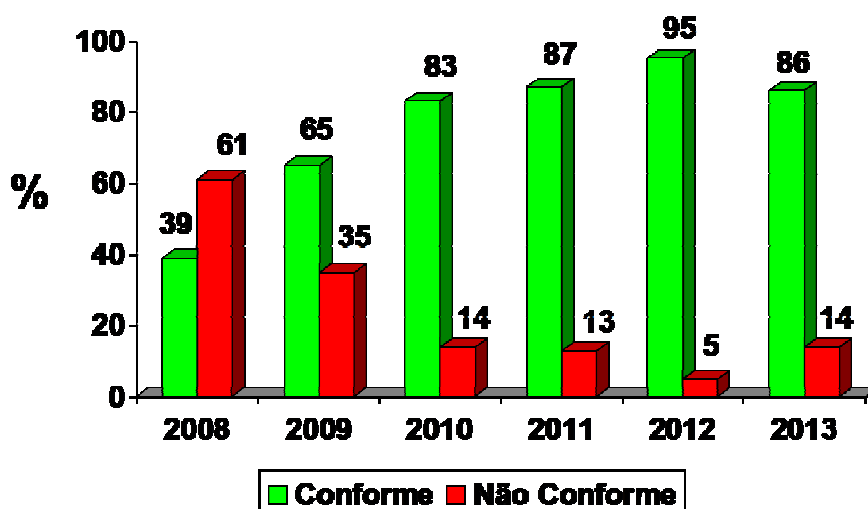
As auditorias oficiais do SISBOV são realizadas com o objetivo de validar o trabalho feito pelas entidades certificadoras nos ERAS. Como resultado, os ERAS aprovados nas auditorias oficiais são liberados para a exportação de carne in natura para a União Européia, através da publicação periódica da “Lista de Propriedades aptas à Exportação”. Segue, no gráfico abaixo, um demonstrativo da evolução do número de ERAS na lista no período compreendido entre agosto de 2008 e dezembro de 2013. Convém lembrar que, quanto maior a quantidade de ERAS na referida lista, maior a quantidade de carne exportada para União Européia, resultando em benefícios para os diversos elos do agronegócio brasileiro envolvidos com essa atividade. Os ERAS são igualmente reauditados, para verificação periódica de sua condição conforme. Os resultados da lista e os comparativos dos últimos exercícios seguem nos gráficos apresentados.

Gráfico 6 – Lista de Propriedades aptas à exportar para a UE



Pela análise do gráfico acima, pode-se observar que no ano de 2011 houve uma tendência de queda do número de ERAS na Lista TRACES. Isso ocorreu em virtude do desinteresse de parte dos produtores em manter seus rebanhos no SISBOV, dado o alto custo de manutenção do sistema e a falta de retorno financeiro da carne rastreada. Em 2012 e 2013, por outro lado, nota-se que houve uma estabilização do número de ERAS na Lista, demonstrando que aqueles produtores que permaneceram no SISBOV atingiram um nível de organização da atividade no qual há interesse em produzir carne bovina rastreada com foco no comércio internacional.

Gráfico 7 - Auditorias em ERAS



O Gráfico acima mostra o aumento da porcentagem de auditorias conformes ao longo dos anos, demonstrando novamente a profissionalização dos produtores e entidades certificadoras envolvidas no SISBOV. Esta profissionalização, por sua vez, é resultado do rigor aplicado pelas equipes de auditores oficiais na aplicação da legislação relativa ao SISBOV.

Principais Indicadores										Tabela 108
Mnemônico	2009	FFA Envolvidos	2010	FFA Envolvidos	2011	FFA Envolvidos	2012	FFA Envolvidos	2013	FFA Envolvidos
Capacidade – Capacidade anual de análise de processos relativos ao SISBOV (IcPa) – N° processos analisados/ano										
IcPa	136	5	24	3	30	3	20	2	10	1
Eficiência – Indicador de qualidade na análise do processo (Ian) – N° processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos										
Ian (%)	10	5	100	3	100	3	100	2	100	1
Eficiência – Indicador de produtividade na análise de processo (IpAf) – N° processos analisados/ fiscal										
IpAf	27,2	5	8	3	10	3	10	2	10	1
Capacidade – Capacidade de auditoria de credenciamento em entidades certificadoras (IACr) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano										
IACr	7	5	0	4	0 ^(a)	-	0 ^(a)	-	0 ^(a)	-
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras (IACoC) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano										
IACoC	3	5	1	4	0 ^(a)	-	3	2	1	2
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS (IACoE) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano										
IACoE	187	23	124	20	67 ^(b)	20	40 ^(b)	20	43 ^(b)	20

Fonte: DDA/SP

(a) Não houve auditoria em entidades certificadoras no ano de 2013, pois não houve demanda por esse tipo de atividade.

(b) A realização destas auditorias deveu-se ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP, capacitados pelo MAPA.

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 109
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	2	1,20

Fonte: DDA/SP

Quadro A.2.2.3.1.13 - Identificação da Ação FISCINAN 13

Código	2124	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de insumos para alimentação animal	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando a melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.100,00	101.599,24	101.599,24	84.517,72	3.993,43	13.088,09
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Realizada	Unidade	250	337		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
94.041,69		79.674,76		14.433,12	

Fonte: SEFIP/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e conseqüentemente a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

Existem três tipos de atividade na qual a legislação exige registro de estabelecimento para o setor de alimentação animal no MAPA: fabricante, fracionador ou importador. Estes registros ainda podem ser subdivididos em categorias, definidas conforme a classificação de produtos de interesse do estabelecimento: ração, concentrado, núcleo, suplemento, premix, aditivo ou ingrediente.

Em 2013 quarenta e cinco (45) novos registros de estabelecimentos foram realizados, sendo que a maior parte é representada por estabelecimentos fabricantes, que demandam vistoria inicial.

O número de registros de produtos em 2013, em função da publicação da IN 30/09, que isentou de registro alimentos completos e específicos para animais de companhia, e da IN 42/10, que isentou de registro suplemento para ruminante, premix, núcleo, concentrado, ração e alguns aditivos e ingredientes, reduziu bastante se comparado a 2012.

Vale ressaltar que os produtos importados isentos de registro passaram a ser cadastrados no MAPA, procedimento extremamente semelhante ao de registro de produto, exceto pelo

uso do Sistema de registro SIPE 2000, reservado apenas para registro de produtos. Os dados relativos ao cadastro de produtos importados foram incluídos a partir de 2012. O número de cadastros efetuados em 2013 reduziu em relação a 2012

O estado de São Paulo conta atualmente com 974 estabelecimentos registrados, sendo cerca de 704 deles como fabricante. Com relação aos produtos registrados, este Serviço possuía aproximadamente 30.000 produtos registrados e com a isenção de registro já mencionada anteriormente, e com os conseqüentes pedidos de cancelamento, acredita-se que este número tenha caído para cerca de 10.000 produtos registrados e cadastrados.

Registro de Novos Estabelecimentos					Tabela 110
	2009	2010	2011	2012	2013
Registro de Novos Estabelecimentos	47	49	51	29	45
Fabricante	41	32	32	25	32
Importador	06	17	18	4	12
Fracionador	0	0	1	0	1

Registro de Produto					Tabela 111
	2009	2010	2011	2012	2013
Registro de Produto (Total)	2371	2803	183	426	358
Alimento	118	16	6	7	09
Ração	318	371	0	-	-
Concentrado	96	202	0	-	-
Suplemento	1598	428	57	256	98
Ingrediente	79	50	35	93	70
Aditivo	162	102	85	70	181

Cadastro de Produto					Tabela 112
	2009	2010	2011	2012	2013
Cadastro de Produto (Total)				203	154
Alimento				50	113
Ração				83	38
Concentrado				35	01
Premix				8	02
Nucleo				27	0

Fonte: SEFIP/SP

Nos últimos 10 anos o setor de alimentação animal vem passando por reforma e atualização regulatória e de procedimentos, tendo como marco a publicação do Decreto 6.296/2007. As adequações de registro de estabelecimento e de produto obrigatórios desde 2009 pelo referido regulamento se estenderam sobre o ano de 2012.

No ano de 2013 a área de alimentação animal trabalhou com duas metas de fiscalização distintas. Uma das metas foi estipulada através do POA 2013, relativa à aplicação do roteiro de Boas Práticas de Fabricação- BPF (Anexo II da IN 04/07), no qual, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 98 estabelecimentos para serem fiscalizados com foco na aplicação das Boas Práticas de Fabricação- BPF. A outra meta refere-se ao número total de fiscalizações a serem realizadas pelo estado, considerou-se a meta estipulada no POA e a série histórica de fiscalizações e foi fixado em um total de 250 fiscalizações.

A meta de fiscalização foi ultrapassada devido ao grande número de vistorias iniciais e atendimento às denúncias, demandas pontuais que fogem a programação estipulada no POA 2013. Além disso, o SEFIP recebeu auxílio de FFAs lotados em UTRAs e que normalmente atendiam outros Serviços da SFA/SP.

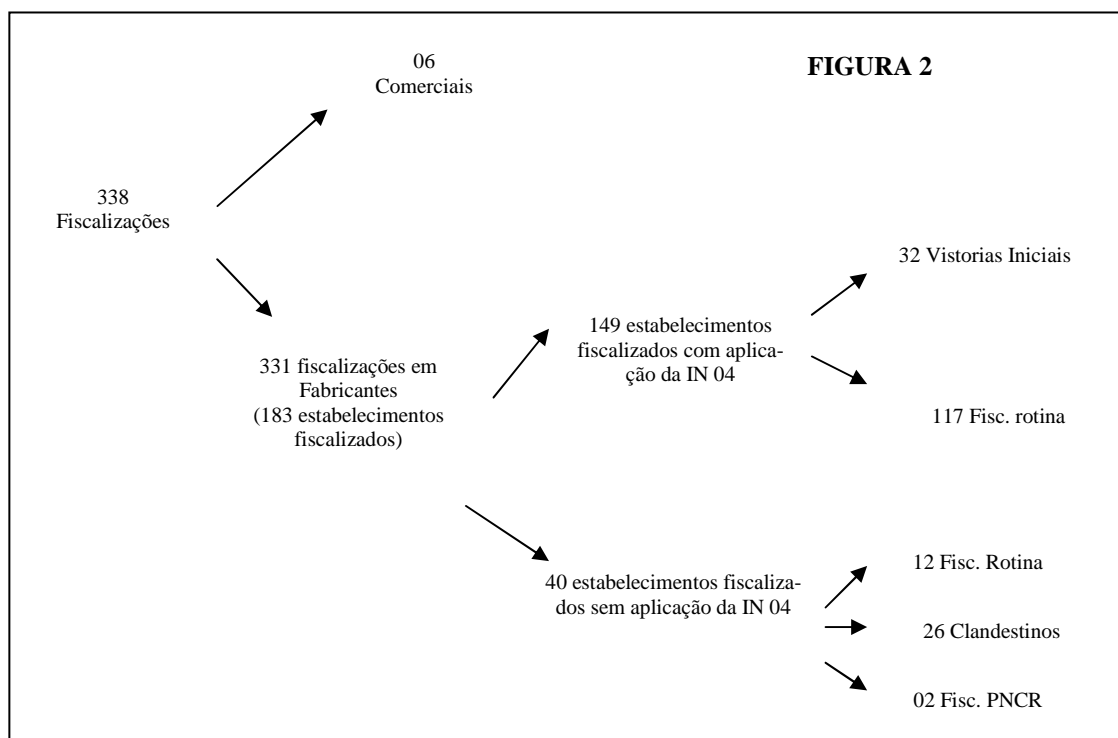
A Coordenação Geral em Brasília recomenda que todos os estabelecimentos registrados sejam fiscalizados uma vez ao ano. Entretanto, esta meta de que 100% dos estabelecimentos registrados sejam fiscalizados é atualmente impossível de ser alcançada pelo SEFIP. Tal fato se deve à proporção entre número de estabelecimentos/fiscal dedicado a área, bem como quantidade de outras demandas em relação ao número de fiscais disponíveis para a execução de todas estas ações relacionadas à área de alimentação animal como: registro/cadastro de produto, importação, exportação, relatoria de processo, demandas relativas à vistoria inicial, atendimento de denúncia, Avisos de Violações do PNCRC e RASFF - Rapid Alert System for Food and Feed (este dois últimos são detecções de substâncias contaminantes acima dos limites permitidos, que requerem investigações do SEFIP).

Portanto, considerando o aumento de demandas, considerando que o número de estabelecimentos registrados na área está cada vez maior e é inversamente proporcional ao número de fiscais disponíveis para a execução da atividade, a área de alimentação animal estipulou prioridades com base na análise de riscos, como a fiscalização de rotina em estabelecimentos fabricantes, com ênfase em aplicação do roteiro de BPF conforme exigências da IN 04/07, visando principalmente empresas que fabricam ingredientes de origem animal, fábricas de ração que não possuem linhas separadas entre ruminantes e monogástricos (risco presença de proteína proibida na alimentação de ruminantes – EEB ou Doença da Vaca Louca – risco a saúde pública), empresas que fabricam produtos para alimentação animal com aditivos antimicrobianos e coccidiostáticos (risco de resíduo destes aditivos nos produtos de origem animal a serem consumidos pela população e conseqüentemente risco a saúde pública) e empresas que estavam há bastante tempo sem sofrer fiscalização do MAPA.

Diante do exposto, a programação de fiscalização de estabelecimentos realizada por este Serviço inclui apenas os fabricantes. Para tanto, foi estabelecida a meta de 134 estabelecimentos que representava 20% do total de fabricantes registrados no final de 2012, assim, pretende-se fiscalizar 100% dos fabricantes a cada cinco anos. Em 2013 foram fiscalizados 183 estabelecimentos, ultrapassando a meta em 7% do programado.

Em relação à fiscalização que depende de demanda, utilizando conceitos relativos à avaliação de risco, a área de Alimentação Animal focou suas ações em vistorias iniciais para concessão de registro, atendimento de denúncia relativa à empresa fabricante de produtos para a alimentação animal clandestina, denúncias contra empresas operando em más condições higiênico sanitárias ou com uso indevido de aditivos, medicamentos na alimentação animal, presença de contaminantes químicos como agrotóxicos, metais pesados, micotoxinas e contaminantes biológicos, salmonela, além do atendimento aos Alertas Rápidos e RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed).

Neste sentido, a área de Alimentação Animal realizou um total de 338 fiscalizações em 2013 conforme figura abaixo. Destas, 157 foram em estabelecimentos fabricantes e 6 em estabelecimentos exclusivamente comerciais. Das 331 fiscalizações em estabelecimentos fabricantes, 149 foram com a aplicação do roteiro de BPF. Destas 149 fiscalizações com aplicação de BPF, 32 foram vistorias iniciais para concessão de registro de estabelecimento e 117 foram fiscalizações de rotina em estabelecimentos registrados. Foram realizadas um total de 40 fiscalizações para averiguação de denúncias, sendo 26 em estabelecimento clandestinos, 6 em casas comerciais e 12 em estabelecimentos registrados. E foram realizadas 2 atendimentos a RASFF e Violações.



Atividades	Tabela 113					
	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Fiscalização Realizada	158	236	95	212	338	250
Fabricante	131	194	95	204	332	250
Outros	27	42	0	8	06	0
Estabelecimentos fiscalizados	98	164	68	148	183	135
Estabelecimentos fiscalizados (BPF)				79	117	100
Fiscalização de Rótulo Produto - Total	735	1920	553	804	1546	1500
Fiscalização de rótulo – animais de companhia	77	113	27	102	141	-
Fiscalização de rótulo – animais de produção	658	1807	526	702	1405	-

Fonte: SEFIP/SP

Observa-se que o número de fiscalizações realizadas em 2013 ultrapassou a meta em 35% do programado. Isto se deve ao aumento de atendimento de demandas relacionadas a denúncias na Ouvidoria do MAPA devido à presença de maior número de estabelecimentos clandestinos, que representam maior risco a saúde animal e a saúde pública, bem como a um aumento do número de vitorias iniciais (foram 32 novos registros de fabricantes em 1 ano, 46 atendimentos a denúncias, 2 atendimentos a violações, somando 80 fiscalização não programadas).

Apesar das fiscalizações de estabelecimentos com ênfase na qualidade de processo demandar mais tempo e conseqüentemente mais recursos humanos e financeiros, as auditorias focando a adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF - revelaram-se uma ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo.

A fiscalização de produto consiste em coleta de amostra do mesmo para análises laboratoriais e a avaliação da rotulagem do produto em relação às exigências das normas de rotulagem (IN 30/09 e IN 22/09). Em 2013, dos 1546 produtos fiscalizados para verificação de rotulagem, 90% possuíam rótulo que atendiam as exigências legais. Dos rótulos não conformes, a grande maioria tratava-se de alimentos destinados a animais de companhia que faziam referência a saúde animal, tratamento e dados anatômicos e por isso feriam a IN 30/09.

É oportuno registrar que a equipe de fiscalização do FISCINAN, nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos, sem reposição do efetivo. Vale assinalar, em vista do caráter multidisciplinar das UTRAs, que a equipe também colabora ativamente na execução de atividades de outras ações relacionadas aos demais Serviços, reduzindo o equivalente técnico dedicado a esta área. O setor de alimentação animal do SEFIP necessita de pelo menos uma dupla de fiscais lotados em cada UTRA, mais seis fiscais lotados na sede, ou seja, cerca de pelo menos 10 fiscais a mais do que o efetivo atual.

Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou comercializados no Estado de São Paulo. Adota-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial -CGAL, que foi de 289 amostras. Destas, 60 amostras eram para análise de microscopia (pesquisa de presença de proteína proibida em produtos para alimentação de ruminantes para controle de risco de EEB – Encefalite Espongiforme Bovina também conhecida como Doença da Vaca Louca. A programação e os resultados obtidos em 2013 seguem no quadro abaixo:

Análises Laboratoriais						Tabela 114
Tipo de Análise	Programado	Coletado	Analizado	Conforme	Não Conforme	Índice Conformidade
Fisicoquímica*	72	50	69	55	14	80%
Microscopia	60	31	30	29	1	96,6%
Microbiologia	60	32	21	19	2	90,50%
Alaquinox/Carbadox	9	4	4	4	0	100%
Medicamento	46	21	19	19	0	100%
OGM	42	23	13	10	3	77%
Agrotóxico	0	3	2	2	0	100%
Total	289	164	138	138	20	87,40%

(*)Foram recebidos resultados de coletas anteriores, por isso o nr. de análise é superior ao nr. de coleta.

Fonte: SEFIP/SP

Ressalta-se que a Portaria 07/88 que estabelecia os padrões mínimos de matérias-primas empregadas na alimentação animal foi revogada pela IN 30/09, e ainda não foram publicados novos padrões de matérias primas, utilizando-se como base a lista de matérias-primas e ingredientes presentes no Sistema de Registro de Produtos e Estabelecimentos - SIPE 2000.

Conforme se observa na Tabela abaixo, em 2013 foram colhidas 164 amostras de produtos. Até 31/12/13 recebemos dos LANAGROS apenas 131 resultados de análises.

A partir do ano de 2011, o baixo índice de não conformidade nas análises de microscopia fez com que fosse reduzido o número de amostras dentro do programa de sorteio, no qual as empresas são escolhidas aleatoriamente para dar início às coletas investigativas, realizadas naqueles estabelecimentos em que se considera o risco maior para a contaminação ou fraude com ingredientes de origem animal não permitidos para ruminantes. Em 2013 foram

sorteadas 15 empresas para o programa de monitoramento, e 33 amostras foram colhidas para análise de microscopia, as 60 amostras previstas não foram atingidas, pois a algumas empresas sorteadas estavam fechadas ou não estavam produzindo produtos para ruminantes no momento da fiscalização ou não fabricavam mais produtos para esta espécie. Uma empresa em 2013 apresentou resultado positivo para microscopia em seus produtos. Esta empresa esta sendo monitorada e continuará com amostras coletadas em 2014 para acompanhamento de seus controles.

Em relação à microbiologia, foram analisadas 21 amostras, havendo dois (2) resultados fora do padrão o que resultou em 9,5% de não conformidade, ou seja, com presença de Salmonella em 25 gramas de amostra.

Em 2012 a Coordenação em Brasília conseguiu obter junto a CGAL (Coordenadoria Geral de Apoio Laboratorial) o início das análises de produto proibido na alimentação animal (olaquinox/carbadox) e medicamentos. As análises para presença de agrotóxicos como contaminantes ainda são realizadas sob demanda (denúncias) e não fazem parte da programação anual. As análises oferecidas ainda são em número reduzido e servirão inicialmente de parâmetro a partir do qual o órgão central poderá estabelecer um programa de monitoramento para os mesmos. Apesar de o escopo de análise ter aumentado, é necessário criar metodologia de análise de rotina para outras substâncias como agrotóxicos, outros medicamentos e metais pesados. Em 2013 a pesquisa de olaquinox e carbadox e a presença de medicamentos resultou em 100% de conformidade.

Atividades Laboratoriais					Tabela 115
Atividades	2009	2010	2011	2012	2013
Colheita de Amostras – Total	96	169	61	111	164
Amostras analisadas – total	94	167	65	61	143
Amostras analisadas FQ (físico química)	2	88	38	24	61
Amostras aprovadas FQ (físico química)	1	63	17	19	47
Índice de Conformidade FQ %	50	71,6	60,7	79,2	77,5
Amostras analisadas Mc (microscopia)	89	48	24	4	28
Amostras aprovadas Mc (microscopia)	87	46	24	4	24
Índice de Conformidade Mc	97,75	95,8	100	100	86
Amostras analisadas Mb (microbiologia)	3	31	3	22	21
Amostras aprovadas Mb (microbiologia)	3	31	3	20	19
Índice de Conformidade Microbiologia	100	100	100	90,9	90
Amostras analisadas OGM	-	-	-	-	13
Amostras aprovadas OGM	-	-	-	-	10
Índice de Conformidade OGM	-	-	-	-	77
Amostras analisadas Carbadox/Olaquinox	-	-	-	3	4
Amostras aprovadas Carbadox/Olaquinox	-	-	-	3	4
Índice de Conformidade Carbadox/Olaquinox	-	-	-	100	100
Amostras analisadas Medicamento	-	-	-	8	16
Amostras aprovadas Medicamento	-	-	-	8	16
Índice de Conformidade Medicamento	-	-	-	100	100

Fonte: SEFIP/SP

Diante das modificações na legislação, o SEFIP decidiu remover alguns indicadores anteriormente utilizados, modificar indicadores existentes ou inserir novos indicadores, que refletissem melhor a situação do setor no Estado de São Paulo e pudessem ser melhor utiliza-

dos visando um gerenciamento mais preciso da área. Os indicadores de capacidade foram removidos uma vez que estes dados constam das tabelas anteriores, e, portanto, estavam repetitivos, não agregando nenhuma informação como indicadores e sim como índices. Procurou-se focar a construção dos indicadores na atividade de fiscalização e equivalente técnico.

Principais Indicadores						Tabela 116
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(IFE) - N° de estabelecimentos fabricantes fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos fabricantes registrados						
IFE(%)	15,7	27,1	11	24,6	25,99	20
Eficácia - Conformidade de Rótulo de Produtos para Alimentação animal (ICRP) - N° de rótulos conformes X 100 / Total rótulos fiscalizados						
ICRP (%)	88,9	79,3	94,7	90	90	100
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal (ICP) - N° de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas						
ICP (%)	-	-	-	88,5	84,0	100
Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (IDF) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
IDF	12,9	19,7	7,9	18,4	35,47	25

Fonte: SEFIP/SP

Para o indicador – Cobertura de Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes **IFE** (%), como explicado anteriormente foi estabelecida a meta de fiscalizar 20% do total de estabelecimentos registrados como fabricantes no Estado de São Paulo. Observa-se pela tabela acima que em 2013 esta meta chegou a ser ultrapassada uma vez que houve redução significativa no número de processos de registro de produto. Isto é reflexo da publicação das IN 30/09 e IN 42/10 e avanços na finalização dos processos de adequação de registros de produtos que foram distribuídos para os fiscais do Estado, o que permitiu maior dedicação a fiscalização dos fiscais da Sede. De acordo com a série histórica e com o desempenho que a área vem demonstrando a meta a partir de 2014 para este indicador será aumentada para 30%.

Ressalta-se também o esforço do setor para o cumprimento da programação realizada visando uma maior aplicação do roteiro de BPF da IN 04/07, conforme orientações do órgão central. Também houve apoio maior dos FFAs lotados nas UTRAs.

Para o ano de 2012 foi criado o indicador “Conformidade de Rótulo de Produtos – **ICRP** (%)”, reunindo o total de fiscalizações de rótulos e o número de rótulos em conformidade com a legislação vigente. Este indicador foi criado devido ao grande número de denúncias recebidas contra rótulos irregulares, tornando fundamental não apenas a avaliação do cumprimento das novas legislações publicadas (IN 30/09 e IN 22/09), bem como a mensuração destas informações para planejamento de fiscalizações. De acordo com o resultado, verificamos que 90% dos rótulos analisados estavam em conformidade com as normas vigentes.

O SEFIP analisando as informações anteriores verificou que seria mais eficaz ter um indicador único para conformidade de amostras analisadas, independente do tipo de análise realizada, já que felizmente o escopo de análises esta a cada ano maior. Por isso a partir de 2012 o indicador relativo à Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – ICP (%) levou em conta todas as análises realizadas. O dado pode ser recuperado para os anos anteriores, pois as informações relativas aos mesmos estavam arquivadas. Através dos índices de conformidade para cada análise é possível verificar qual tipo de análise está menos conforme em relação às demais. Este indicador é o que melhor avalia o desempenho da área e os esforços da fiscalização no auxílio a segurança alimentar e na saúde pública é aquele que reflete a

conformidade dos produtos para a alimentação animal e a ação da fiscalização sobre as empresas do setor.

O **IDF** é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. A fiscalização na área de alimentação animal é sempre realizada em dupla, até por questões de segurança. Então, o equivalente fiscal é representado por 1 FFA. Ou seja, a meta de 25 fiscalizações é a sugerida para 1 FFA ao ano (o número de 50 fiscalizações é o que se espera para cada dupla de FFAs) e representa o número máximo de fiscalizações a serem realizadas sem prejudicar as demais ações (registro e cadastro de produtos, análise de importação e exportação, relatoria de processos, entre outras ações)

Em 2013 após os esforços para organizar o setor, considerando também as normas que simplificaram os registros de produtos e os esforços da fiscalização este indicador (**IDF**) teve sua meta ultrapassada (acima de 35), e deverá ser reavaliada para 2014.

Entretanto, verifica-se que ainda é possível melhorar a colheita de amostras, por exemplo, e a fiscalização em BPF se houver uma maior equipe de fiscalização na área, que possa dar andamento aos processos administrativos e as ações de fiscalização na Sede e nas UTRAs. Ressalta-se que este ano 3 FFAs (dois com 100% de dedicação e outro com 50% de dedicação a esta Ação se aposentaram. Isto evidencia que a equipe técnica e administrativa precisa ser ampliada tanto na sede quanto nas UTRAs, tendo em vista o número de estabelecimentos no Estado de São Paulo, que demandam não apenas um grande número de atividades externas (fiscalizações), mas também um tempo de atividades internas (de escritório).

Em 2013 o SEFIP aplicou um montante de R\$ 280.682,42 em multas, e arrecadou um total de R\$ 228.326,82 (segundo relatório SICAR). Esta diferença de valores inclui inadimplências, processos não finalizados e o benefício de desconto na multa (20%) para o infrator que não interpuser recurso contra o julgamento de primeira instância, conforme Decreto 6.296/07.

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 117
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	14	9,5
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFIP/SP

Quadro A.2.2.3.1.14 - Identificação da Ação FISCGENE 13

Código	2019	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Material Genético Animal	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando a melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028

Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
Ação Prioritária	Não				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.767,80	7.855,58	7.855,58	7.203,24	258,89	393,45
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Realizada	Unidade	83	84		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
6.693,51		817,83		5.288,47	

Fonte: SEFIP/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários. Estão registrados 255 estabelecimentos avícolas, 21 centros de coleta e processamento de sêmen e embriões, 06 produtores de embriões in vitro, 02 laboratórios de sêmen sexado e 38 importadores/comerciantes de material genético animal.

Atividades	Tabela 118				
	2009	2010	2011	2012	2013
Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões	1	0	2	1	5
Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	2	0	3	3	7
Registro de Incubatórios Avícolas	2	5	2	4	2
Registro de Granjas Avícolas	26	61	29	18	21
Registro Incubatório – avestruz	0	0	0	0	0
Registro de Criadouro – Avestruz	3	0	0	0	0
Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões	13	12	12	22	28
Fiscalização de Estabelecimento Comerciante de Sêmen e/ou Embriões	7	11	2	9	11
Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal)	1	6	12	10	15
Fiscalização de Granjas Avícolas	6	12	52	29	27
Fiscalização de Criadouro/Incubatorio de Avestruz	10	0	3	1	3
Total de Fiscalizações	115	98	84	71	84
Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen	484	683	614	493	597
Controle de Baixas de Reprodutores (Animal)	423	462	545	531	531

Fonte: SEFIP/SP

No que diz respeito à avicultura, a SFA-SP ainda possui um número significativo de processos de registros em trâmite, pois esta atividade é extremamente dinâmica, ocorrendo muitas alterações contratuais. O SEFIP realiza as fiscalizações para fins de registro e para aprovação de alterações das instalações dos estabelecimentos avícolas de reprodução, o monitoramento sanitário é realizado pela Secretaria da Agricultura no Estado de São Paulo, sob supervisão do SSA.

De um modo geral, o atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida.

Principais Indicadores						Tabela 119
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano						
<i>If</i>	115	98	84	71	84	83
Eficácia - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados						
<i>Ifer%</i>	41	31	25	24	23	50
Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / N° de fiscais envolvidos						
<i>Idf</i>	23	24	28	35	28	40
Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - N°. de doadores de sêmen controlados / N° de fiscais envolvidos						
<i>Idsc</i>	161	170	240	248	298	Demanda
Índice de Conformidade de Centros de Coleta e Processamento de Semen/embriões(Icc)-Centros fiscalizados sem atuação / Total de centros fiscalizados						
<i>Icc</i>			1	1	0,92	1

Fonte: SEFIP/SP

A partir de 2010 foi considerada uma fiscalização por estabelecimento e não por atividade como nos anos anteriores, o que deixou o IF aparentemente abaixo da média histórica. Com uma equipe ainda mais reduzida de fiscais que nos anos anteriores, e que também atuam em outras áreas do SEFIP e em outros Serviços, foi necessário priorizar as ações de fiscalizações nos estabelecimentos de coleta e processamentos de sêmen e embriões e nas fiscalizações para registro de estabelecimentos avícolas.

A análise dos indicadores de eficiência, que calculam “produtividade” por Fiscal envolvido em determinadas atividades, demonstra um valor de *Idf* estável desde 2009, porque é feito um planejamento de acordo com os fiscais disponíveis, não sendo incluídas as fiscalizações em estabelecimentos comerciais e apenas uma fiscalização por ano nos centros de coleta e processamento de sêmen e embriões. Sendo um dos principais fatores limitantes para o andamento ideal da atividade o número insuficiente de fiscais, em 2013 houve redução de um fiscal da sede devido aposentadoria e outro fiscal já solicitou aposentadoria em janeiro/2014.

Constantemente tem sido requisitado o aumento da equipe para essa atividade.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 120
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
Fiscal Fed. Agropecuário	6	3	
Apoio Administrativo	1	0,20	

Fonte: SEFIP/SP

Quadro A.2.2.3.1.15 - Identificação da Ação FISPROVET 13

Código	2140	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Produtos Veterinários	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários	

Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando a melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
98.176,00	46.626,71	46.626,71	35.131,62	5.284,13	6.210,96
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização Estabelecimentos	Unidade	372	476		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
14.747,63		9.896,55		4.001,10	

Fonte: SEFIP-SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

As atribuições do SEFIP estão relacionadas ao desenvolvimento do patrimônio pecuário brasileiro, no que diz respeito ao melhoramento genético e salvaguarda da saúde dos animais e da saúde pública.

A Área de Produtos Veterinários, possui, dentre suas principais atribuições, a fiscalização de produtos de uso veterinário assim como a fiscalização e registro dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comérciem, armazenem, distribuam, importem ou os exportem.

A definição de produto de uso veterinário, de acordo com a Lei 12.689 de 19/07/12, é toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva, direta ou misturada com os alimentos, destinada à prevenção, ao diagnóstico, à cura ou ao tratamento das doenças dos animais, incluindo os aditivos, suprimentos promotores, melhoradores da produção animal, medicamentos, vacinas, antissépticos, desinfetantes de uso ambiental ou equipamentos, pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu habitat, protejam, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas, bem como os produtos destinados ao embelezamento dos animais.

As principais normas que regulam a Área de Produtos Veterinários são o Decreto Lei 467/69, que dispõe sobre a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, dos Estabelecimentos que os Fabriquem e dá outras Providências e o Decreto 5053/04, que aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comérciem, e dá outras providências.

A equipe da Área de Produtos Veterinários conta, atualmente, com cinco FFAs na Sede, três FFAs na UTRA Campinas, dois FFAs na UTRA Ribeirão Preto e dois FFAs na UTRA Guaratinguetá, totalizando onze FFAs, dos quais, seis atuam em regime de dedicação exclusiva e cinco em dedicação parcial.

O Estado de São Paulo possui cerca de 360 (trezentos e sessenta) estabelecimentos registrados, distribuídos por atividades da seguinte forma:

Estabelecimentos Registrados	Tabela 121
Fabricantes	135
Fabricantes/Importadores	63
Importadores	73
Prestadores de Serviço	53
Manipuladores	23
Armazenadores	13

Fonte: SEFIP/SP

Segundo o universo acima especificado, são submetidos à análise dos técnicos do SEFIP – Área de Produtos Veterinários, anualmente, cerca de 4.000 processos relacionados, principalmente, aos seguintes assuntos: registro inicial para funcionamento de estabelecimento, renovação de licença de funcionamento de estabelecimento, alteração de endereço e instalações de estabelecimento, ampliação de atividades desenvolvidas por estabelecimentos, transferência de propriedade de estabelecimento, alteração de CNPJ de estabelecimento, alteração de razão social de estabelecimento, atendimento de denúncias contra estabelecimentos irregulares, alteração de responsabilidade técnica de estabelecimentos, homologação de contratos de terceirização entre estabelecimentos, transferência de titularidade de produtos, renovação de licença de produtos nacionais e importados, alteração de licença de produtos, aprovação de impressos, autorização para fabricação de partida piloto, cadastro de produtos para higiene e embelezamento animal e registro de produtos homeopáticos.

Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário	Tabela 122					
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Licença inicial de estabelecimento	Nº	36	16	26	19	23
Renovação de licença de funcionamento	Nº	176	74	83	66	23
Estabelecimento fiscalizado	Nº	115	112	148	167	103
Cancelamento de licença de funcionamento	Nº	23	6	2	2	1
Total de fiscalizações	Nº	306	423	529	610	476

Fonte: SEFIP/SP

No ano de 2013 foram recebidas 75 solicitações de registro inicial de estabelecimento, sendo realizadas 54 fiscalizações com esta finalidade. Para o licenciamento inicial de estabelecimento é necessária a realização de uma fiscalização prévia. Considerando as solicitações que se encontravam em conformidade com a legislação, foram emitidos 23 registros iniciais de estabelecimentos em 2013.

Em decorrência da formulação de exigências, após as fiscalizações, que impediram o pronto licenciamento do estabelecimento, o número de solicitações de registro inicial e fiscalizações foram maiores que as emissões de Licenças iniciais de estabelecimento.

As renovações de licença de funcionamento de estabelecimento também requerem fiscalizações prévias. No ano de 2013 foram realizadas 36 fiscalizações para renovação de licença e emitidas 23 renovações de licença de estabelecimento.

No ano de 2013 foram priorizadas fiscalizações para registro inicial e fiscalizações para atendimento de denúncia as quais apresentaram elevada demanda.

Apesar de terem sido realizadas 476 fiscalizações, muitas delas são referentes ao mesmo estabelecimento. As fiscalizações para colheita de produtos biológicos são um exem-

plo disso: em um mesmo ano, estabelecimentos fabricantes de produtos biológicos recebem várias fiscalizações, visando a colheita de diferentes partidas produzidas. Desta forma, o número de estabelecimentos diferentes que receberam fiscalizações em 2013, foram 103 estabelecimentos.

Conforme acima citado foram realizadas 476 fiscalizações, sendo assim subdividas de acordo com sua finalidade:

Registro de Estabelecimentos	Tabela 123
Fiscalizações para colheita de produtos biológicos	339
Fiscalizações para registro inicial de estabelecimento	54
Fiscalização para renovação de licença de estabelecimento	36
Fiscalização para atendimento de denúncia	40
Fiscalização para inutilização de produtos biológicos	7

Fonte: SEFIP/SP

Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários		Tabela 124				
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Atendimento a estabelecimentos	Nº	6000	6500	8400	19200	12000
Processos atendidos	Nº	4800	4664	2235	3960	3887
Reunião técnica	Nº	20	15	02	04	04

Fonte: SEFIP/SP

A grande demanda de estabelecimentos registrados que necessitam de renovação de licença e os que desejam registro inicial para funcionamento gera um grande o número de atendimentos telefônicos, e-mails e reuniões com os representantes das empresas. No ano de 2013, foram estimados cerca de 12.000 atendimentos a estabelecimentos.

Conforme acima mencionado, o Serviço recebe cerca de 4.000 processos para análise, anualmente.

Todavia, somava-se a estes processos um passivo de 137 (cento e trinta e sete) processos administrativos de auto de infração aguardando relatoria e 1.491 (um mil quatrocentos e noventa e um) processos de solicitação de cadastro de produtos de higiene e embelezamento animal. Buscando a redução desse passivo, foi implementado plano de ação para intensificar a análise deste tipo de processo.

Em relação aos processos para cadastro de produtos de higiene e embelezamento, foi realizado contato com as empresas solicitantes, visto o fato de ser constante a alterações dos produtos fabricados neste tipo de estabelecimento. Algumas empresas manifestaram não ter mais interesse na análise de alguns processos o que promoveu cancelamento de cerca de 791 (setecentas e noventa e uma) solicitações pendentes. Logo, restaram 700 processos para análise.

Incorporando-se à análise dos processos administrativos de auto de infração e dos processos de solicitação de cadastro de produtos de higiene e embelezamento animal houve um acréscimo de 5% na capacidade de análise de processos pela equipe.

Foram obtidos os seguintes resultados decorrentes do Plano de Ação:

Análise de Processos	Tabela 125		
	Processos para análise	Processos analisados	Processos analisados %
Processos de Auto de Infração	137	72	52,55%
Processos de cadastro de produtos de Higiene e Embelezamento	700	276	39,42%

Fonte: SEFIP/SP

Foram realizadas quatro reuniões técnicas nas quais participaram FFAs das UTRAs. Uma das reuniões teve como finalidade o desenvolvimento de seminário para atualização de conhecimentos técnicos durante o qual foram ministradas palestras para melhor desempenho nas atividades de fiscalização.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						Tabela 126
	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013
Pré-análise de Registro de produto	Nº	71	54	37	33	0
Renovação de Licença de produto	Nº	339	202	248	334	527
Prod. cadastrados – Homeopáticos	Nº	15	159	28	138	188
Colheita de amostra – Biológicos	Nº	981	1059	1312	1041	1021
Acompanhamento de troca de embalagem	Nº	1	3	0	0	0
Autorização de Importação	Nº	4988	3817	830	690	83

Fonte: SEFIP/SP

No ano de 2013 não foram realizadas pré-análise para registro de produto no SEFIP/SP porque todos os processos dessa natureza foram encaminhados para a Coordenação de Produtos Veterinários no Órgão Central, unidade responsável pela emissão de registros de produtos. Tal medida continua sendo adotada, pois a demanda de análise de processos do Serviço é muito elevada.

Conforme acima mencionado, o plano de ação estabelecido pelo SEFIP envolveu a análise de processos de cadastro de produtos de higiene e embelezamento. Embora tenham sido concentrados esforços para análise de processos dessa natureza, não se verificou um aumento considerável no número de cadastros, isto porque o número de indeferimentos foi notável, conforme descrito no quadro abaixo:

Análise de Processos			Tabela 127
Processos Analisados	Nº		276
Processos indeferidos ou sob exigência	Nº		236
Processos indeferidos ou sob exigência	%		85%

Fonte: SEFIP

A colheita de amostra de produtos biológicos permanece sendo uma atividade de elevada demanda, pois são coletadas cada partida de vacina submetida ao controle oficial do MAPA. Como pode ser observado no quadro acima, das 476 fiscalizações realizadas, 339 foram para colheita de produtos biológicos.

O "Armazéns Gerais de Vinhedo" (AGV), empresa privada registrada no MAPA, armazena a quase totalidade de vacinas produzidas no país, sendo também o local onde é realizada a selagem das vacinas contra raiva e febre aftosa, visando assegurar sua origem e, portanto, sua qualidade. Logo, o trabalho dos FFAs de São Paulo envolve coletar vacinas produzidas por empresas de SP e também por empresas de outros Estados do país, resultando em um elevado número de amostras colhidas para análise anualmente.

Embora o número de autorizações de importação emitidas tenha sofrido redução a partir de 2011, devido à publicação da Instrução Normativa 29 de 14 de setembro de 2010, em 2013, a queda foi ainda mais acentuada. O principal motivo foi o registro, no país, do produto denominado VETORYL, cuja prescrição era uma das grandes responsáveis pela solicitação de autorização de importação para uso individual.

Produtos Reprovados em Análise Fiscal						Tabela 128
Número de Doses Inutilizadas de Produtos Biológicos Submetidos à Análise Fiscal						
Produto/serviço	2009	2010	2011	2012	2013	

Bronquite	0	0	182.052.000	3.481.000	61.269.500
Febre Aftosa	3.370.020	103.749.660	9.962.420	8.952.540	28.109.780
Carbúnculo Sintomático	1.112.620	145.500	2.180.660	4.273.041	5.576.343
Doença de Newcastle	0	0	0	0	59.580.000
Raiva	0	1.023.140	0	14.577.288	11.282.570
Brucelose	135.510	511.140	70.6560	60.000	180.105
Gumboro	0	0	0	0	0
ANTÍGENO / ALÉRGENO					
Brucelose	0	0	0	139.360	0
Tuberculose	0	0	0	247.050	0

Fonte: SEFIP/SP

Muitas vezes, a reprovação de um só lote de produto biológico em controle oficial pode refletir um número elevado de doses condenadas à inutilização. Por isso, pode-se notar que em determinados anos a quantidade de doses inutilizadas de determinado produto é zero e em outro ano esse número pode chegar a milhões de doses.

Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos					Tabela 129
	2009	2010	2011	2012	2013
Notificação	28	33	111	169	83
Infração	58	35	32	30	41
Apreensão	21	13	15	11	40
Inutilização	52	61	14	9	15
Destruição	52	61	14	9	15
Interdição	9	7	6	10	6
Liberação	48	9	7	5	3

Fonte: SEFIP/SP

Embora a quantidade de notificações emitidas tenha sofrido considerável acréscimo a partir do ano de 2011, houve uma redução em 2013.

Nos anos de 2011 e 2012 o SEFIP dispunha de um FFA dedicado à atividade de relatoria de processos administrativos de auto de infração o que não ocorreu em 2013. No entanto, não houve redução acentuada na ação de análise de processos, pois o plano de ação contemplou os processos administrativos de auto de infração.

Dentre as ações de fiscalização, a inspeção para atendimento de denúncia sempre foi atividade prioritária. Este tipo de fiscalização foi intensificada no ano de 2013, o que gerou aumento no número de infrações e apreensões de produtos de uso veterinário irregulares.

Principais Indicadores						Tabela 130
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (Ifra) - Total de fiscalizações / Ano						
<i>Ifra</i>	306	423	529	610	476	372
Capacidade - Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Iefa) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
<i>Iefa</i>	115	112	148	167	51	108
Eficácia- Eficácia na Fiscalização de Estabelecimentos (Ieffe) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados						
<i>Ieffe</i>	32,25%	36,96%	46,10%	49,55%	14,16%	50%
Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (Ifrf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
<i>Ifrf</i>	24,88	30,87	44,45	53,50	49,84	30,87

Capacidade – Capacidade de amostrar produtos biológicos (Icpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano						
Icpb	981	1.059	1.312	1.041	1021	Demanda
Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (Iripa) - Nº Autorizações Importação / Ano						
Iripa	4.988	3.817	830	690	83	Demanda
Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (Iapbf) – Nº de amostras prod. Biológicos colhidas / Nº de fiscais envolvidos						
Iapbf	163,5	211,8	328	347	510,5	262,57
Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (Iripaf) – Nº de autorizações de importação / Nº de fiscais envolvidos						
Iripaf	712,57	636,16	166	115	16,6	Demanda
Arrecadação - Multas arrecadadas/Multas aplicadas						
				30,6%	479%	100%

Fonte: SEFIP/SP

A meta estipulada no POA foi de 372 fiscalizações. Esta meta foi superada, principalmente, devido às atividades desenvolvidas na UTRA/Campinas, levando-se em consideração o elevado número de colheitas de vacina. Desta forma, a meta proposta para indicador **Ifra** foi ultrapassada.

Ressaltamos que, conforme orientação da Coordenação de Produtos Veterinários, cada colheita realizada de um produto biológico de propriedade de uma determinada empresa, pode ser entendida como uma fiscalização nesta mesma empresa. Logo, em um mesmo dia, podem ser coletadas partidas de produtos biológicos de diferentes empresas e serem gerados vários termos de fiscalização, sendo que cada um será contabilizado como uma fiscalização.

Embora a meta do indicador **Ifra** tenha sido ultrapassada, não foi alcançada a quantidade prevista de fiscalizações em estabelecimentos registrados. Isto porque, foram priorizadas colheitas de vacinas, denúncias, e registro inicial de estabelecimento. Logo a meta do indicador **Iefa** e **Ieffe** não foi alcançada.

Com o número de fiscalizações e de FFAs previstos na elaboração do POA de 2013, foi traçada a meta do indicador **Ifrf**. No entanto, como a equipe que efetivamente participou das atividades de fiscalização foi menor, a meta deste indicador foi ultrapassada.

Atualmente, há somente dois FFAs dedicados a atividade de colheita de produtos biológicos. Desta forma, o indicador **Iapbf** apresentou elevação.

Devido a grande redução no número de autorizações de importações emitidas, o indicador **Iripaf** sofreu grande redução.

Consideramos que todas as metas estabelecidas que envolvem número de fiscalizações a serem realizadas anualmente ainda não são ideais. Porém, elas foram definidas baseando-se na capacidade de cumprimento do Serviço em virtude do equivalente técnico que o mesmo possui. Estimamos que uma meta ideal de fiscalizações seria 870 fiscalizações anuais, o que envolve inspeções para renovação de licença em todos estabelecimentos registrados, registro inicial de estabelecimentos, verificação de atendimento de exigência de fiscalizações anteriores, atendimento de denúncias e colheita de produtos biológicos.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 131**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	11	9,55
Apoio Administrativo	2	0,45

Fonte: SEFIP/SP

Quadro A.2.2.3.1.16 - Identificação da Ação FISFECOI 13

Código	2141	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados*
299.820,16	375.412,29	375.412,29	217.476,21	11.338,67	146.597,41
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização realizada	Unidade	1.200	521		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
48.437,65		31.782,86		19.346,44	

* o alto valor justifica-se pela demora na entrega do material adquirido, bem como o atraso da reforma contratada pelo Serviço.
Fonte: SEFIA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Criado pela Portaria nº 428/2010, o SEFIA é o serviço destinado à fiscalização de insumos agrícolas ao qual estão vinculadas as atividades de inspeção e fiscalização da produção, comércio, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes destinados à agricultura. As ações executadas, compreendendo, dentre outras, o registro de estabelecimentos e produtos, sua fiscalização e as autorizações das importações, visam à salvaguarda da qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais, contribuindo para a melhoria dos índices de produção e produtividade agropecuárias e, em última análise, à segurança alimentar, tanto pela inocuidade dos insumos quanto pela quantidade da produção.

Resultados da Ação	Tabela 132				
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados					
	2009	2010	2011	2012	2013
EP Fertilizante	199	209	222	230	237
EP Corretivos	29	25	21	22	24
EP Inoculante	2	2	3	4	4
EP Substrato	7	9	14	14	14
Total EP (1)	237	245	260	270	279

EC (2) e EI (3)	294	349	401	449	563
Produtos Registrados no ano	2.197	2.241	1.750	2.474	2.530
Total Produtos Registrados	14.901	14.963	16.671	19.145	21.675

(1) Estabelecimento Produtor (2) Estabelecimento Comercial (3) Estabelecimento Importador
 Fonte: SEFIA/SP

As solicitações de novos registros e cancelamentos de registros, de estabelecimentos ou produtos, ocorrem por demanda do setor produtivo, não sendo previsíveis, o que justifica a variação dos dados.

Em 2009 foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos produtores e várias das empresas que não conseguiram se adequar às normas vigentes tiveram seus registros cancelados, bem como os registros de seus produtos.

Os dados referentes a 2010 seguem a tendência de 2009, com a finalização do recadastramento de estabelecimentos importadores e comerciais e, com isso, aumento do número de registros em relação a 2009.

Em 2011 constata-se também elevação do número de estabelecimentos registrados, comparado a 2010, devido principalmente às novas solicitações de registros de EP e EI no estado de São Paulo para as atividades de produção, importação e comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e substratos.

Observou-se aumento de 41,3 % do número de produtos registrados em 2012, comparado ao ano anterior, fruto de maior demanda do setor, refletindo o crescimento do agronegócio brasileiro.

Em 2013, os números repetiram a tendência de elevação observada no ano anterior, com aumento no total de estabelecimentos e produtos registrados.

Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal

As diretrizes para 2013 foram as estabelecidas pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC), em Brasília. As fiscalizações foram projetadas prioritariamente para ações concentradas nas principais regiões produtoras do Estado de São Paulo dos insumos aqui tratados, com a participação de todos os Fiscais Federais Agropecuários, Agentes de Atividades Agropecuárias e Técnicos de Nível Superior disponíveis para a atividade, discriminados no item força de trabalho. O compromisso foi de realizar pelo menos uma fiscalização anual em cada estabelecimento produtor e importador de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas-SEFIA, empenha-se na sistematização de dados e informações para elaboração do histórico de cada estabelecimento, capaz de orientar de forma inteligente a gestão da fiscalização por risco, buscando otimizar os recursos envolvidos. Neste sentido, dependendo do seu histórico, além das mínimas programadas, determinado estabelecimento poderá sofrer mais fiscalizações ao longo de um ano, enquanto outros poderão sofrer fiscalizações mais espaçadas.

Os produtos são comumente fiscalizados em sua origem, quer nos estabelecimentos produtores, quer nos importadores, sendo que os inoculantes, quando importados, são integralmente amostrados e analisados em seu ingresso no país, passando por um período de quarentena em que permanecem por até trinta dias úteis no aguardo dos resultados analíticos para sua comercialização.

A concentração da fiscalização em estabelecimentos produtores de micronutrientes para aplicação exclusivamente via solo, como em 2012, continuou em 2013, na tentativa de coibir o uso de resíduos industriais não autorizados pelo MAPA e pelo órgão de meio ambiente no Estado de São Paulo, cuja utilização põe em risco a saúde pública, o meio ambiente e, principalmente, a qualidade dos insumos ofertados aos produtores rurais. Soma-se a elevação

do nível de exigências feitas aos estabelecimentos produtores desses fertilizantes quando da renovação de seus registros, na busca de melhorias efetivas nas instalações, equipamentos e rotinas de fabricação que resultem em insumos de qualidade.

Com relação aos fertilizantes minerais mistos, complexos e simples, fornecedores dos macronutrientes primários nitrogênio, fósforo e potássio (N, P e K), dos macronutrientes secundários cálcio, magnésio e enxofre (Ca, Mg e S) e de micronutrientes, foi planejada a fiscalização dos principais estabelecimentos produtores do Estado, com o direcionamento das coletas de amostras de fertilizantes em épocas de pico de produção, qual seja, o segundo semestre do ano, quando o consumo de fertilizantes aumenta significativamente devido a proximidade da nova safra. A execução do planejado não ocorreu a contento, principalmente devido a significativo contingenciamento de recursos financeiros disponibilizados à fiscalização, não fazendo frente às previsões do Plano Operativo Anual.

As tabelas a seguir mostram dados comparativos dos serviços executados pelo PI FIS-FECOI no período de 2009 a 2013, sendo:

As diretrizes para 2013 foram as estabelecidas pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC), contemplando a programação de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador ou comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante minerais, orgânicos, corretivos e demais), associado à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos, orgânicos e condicionador de solos, 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 20% dos inoculantes produzidos no Estado e três amostras de substratos por estabelecimento produtor desse insumo no ano. Os fertilizantes orgânicos e inoculantes importados são 100% amostrados e analisados em seu ingresso no país, passando por um período de quarentena, em que aguardam os resultados analíticos por até 30 dias úteis, antes de serem liberados para comercialização.

Em 2013, foi dada continuidade à organização interna implantada desde 2008 e que começou a dar os primeiros resultados em 2011, realizando fiscalizações dirigidas em estabelecimentos com maior histórico de problemas que outros, a fim de aumentar a conformidade dos fertilizantes, corretivos, substratos e inoculantes, buscando, assim o início de um processo de fiscalização por análise de risco.

A fiscalização em estabelecimentos produtores de micronutrientes para aplicação exclusivamente via solo continuou em 2012 com a mesma intensidade ocorrida em 2011. Essas ações buscam principalmente coibir o uso de resíduos industriais que não possuem autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Órgão de Meio Ambiente no estado de São Paulo, que representam risco a saúde pública, meio ambiente e, principalmente, à qualidade dos produtos ofertados aos produtores rurais.

Com relação aos fertilizantes minerais mistos, complexos e simples, fornecedores dos macronutrientes primários nitrogênio, fósforo e potássio (N, P e K), dos macronutrientes secundários cálcio, magnésio e enxofre (Ca, Mg e S) e de micronutrientes, houve intensa fiscalização nos principais estabelecimentos produtores do Estado, com direcionamento das coletas de amostras de fertilizantes em épocas de pico de produção, coincidindo com o início da adubação das culturas da cana-de-açúcar e milho da segunda safra, ocorridas no mês de fevereiro, e intensa fiscalização nos meses de junho a setembro quando o consumo de fertilizantes aumenta significativamente, dada a proximidade da safra seguinte. Para os demais produtos, seguiu-se a rotina programada pelo órgão central, não havendo direcionamento específico de fiscalização.

As tabelas a seguir mostram dados comparativos dos serviços executados pelo PI FIS-FECOI no período de 2009 a 2013, sendo:

1) Registro de novos estabelecimentos e produtos

Observa-se o aumento do número de novos estabelecimentos comerciais, importadores e exportadores registrados em 2013, comparado à 2012, e praticamente a estabilidade do número de novos estabelecimentos produtores no comparativo entre os dois anos. O número total de estabelecimentos, que representa a demanda da fiscalização no estado, cresce a cada ano.

Quanto aos produtos, o número observado acompanha a tendência do ano anterior, sendo também crescente a cada ano o número total de produtos registrados.

Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados Anualmente					Tabela 133
	2009	2010	2011	2012	2013
Total EP	83	49	15	10	9
Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI):	99	70	52	48	114
Total de Registros de Estabelecimentos	182	119	67	58	123
Registros de Produtos – Geral	2.197	2.241	1.750	2.474	2.530

Fonte: SEFIA/SP

2) Fiscalizações realizadas

O total de fiscalizações realizadas é a quantidade de estabelecimentos fiscalizados somada à quantidade de produtos fiscalizados no ano. O total de produtos é obtido pelo somatório do número de produtos amostrados e de produtos apreendidos.

A tabela acima demonstra que o total de estabelecimentos fiscalizados em 2013 foi inferior ao ano anterior. Concorreram para isso os efeitos diretos das limitações impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.689, de 02 de março de 2012, que elevou sobremaneira as exigências burocráticas na emissão de ordens de serviços para os servidores que excederam os limites estabelecidos pelo citado Decreto, e o contingenciamento de recursos financeiros destinados à fiscalização, cujos efeitos vê-se claramente na execução das fiscalizações programadas.

Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento					Tabela 134
	2010	2011	2012	2013	
Estabelecimento Produtor Fertilizante Sólido	170	173	137	95	
Estabelecimento Produtor Fertilizante Líquido	119	123	125	74	
Estabelecimento Produtor Corretivo Agrícola	22	24	22	23	
Estabelecimento Produtor Condicionador de Solo	10	3	3	2	
Estabelecimento Produtor Substrato	18	18	12	3	
Estabelecimento Produtor Inoculante	9	10	2	2	
Estabelecimento Importador	56	47	42	29	
Estabelecimento Comercial e Cadastrado	35	28	9	16	
Total de Estabelecimentos Fiscalizados	439	426	352	244	

Fonte: SEFIA/SP

Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos					Tabela 135
	2009	2010	2011	2012	2013
Produtos Amostrados	---	837	777	714	264
Produtos Apreendidos	---	183	160	51	13
Total de Produtos Fiscalizados	1103	1020	937	756	277

Fonte: SEFIA/SP

A tabela acima deixa evidente a redução do número total de produtos fiscalizados em 2013, comparado a 2012, fruto das restrições impostas à fiscalização comentadas anteriormente, cujos efeitos foram mais marcantes no segundo semestre do ano, justamente o período de intensa produção desses insumos.

3) Amostras coletadas e quantidades

A seguir são apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas e sua quantidade, ou seja, a representação volumétrica dos lotes amostrados, no comparativo de 2009 a 2013.

Quanto ao número de amostras coletadas, o direcionamento da amostragem foi qualitativo, ou seja, fiscalizados produtos com maior representatividade no mercado e com maior risco de inconformidades buscando a proteção do consumidor, da saúde pública e do meio ambiente, lembrando que as oscilações quantitativas de 2012 para 2013 deveram-se também aos efeitos das restrições já comentadas.

Amostras Coletadas, Analisadas e dentro das Garantias de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					Tabela 136
	2009	2010	2011	2012	2013
Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos	732	508	428	388	131
Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos	184	251	253	274	99
Nº Amostras de Corretivos	12	36	35	22	18
Nº Amostras de Inoculantes	93	42	61	20	15
Substrato e Condicionador	--	--	--	10	1
Total de amostras coletadas	1.024	837	777	714	264
Total de amostras analisadas	1.043	835	899	456	248
Total de amostras dentro da garantia	756	628	693	336	193

Fonte: SEFIA/SP

A tabela abaixo mostra a quantidade, (em toneladas (t), litros (L) ou doses de produtos amostrados. A redução nas quantidades de 2013 em relação a 2012 é consequência direta do menor número de amostras colhidas, já comentado.

Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					Tabela 137	
		2009	2010	2011	2012	2013
Fertilizantes Sólidos	t X 1000	99,61	114,52	91,58	79,42	23,72
Fertilizantes Líquidos	l X 1000	632,07	103.365,50	180.924,9	80.567,73	56.772,11
Corretivos	t X 1000	3,96	38,6	32,91	41,14	34,920
Inoculantes	Doses x 1000	8.046,83	952	5764	465,17	514,3

Fonte: SEFIA/SP

4) Processos administrativos de apuração de infração

Os dados abaixo mostram a redução do número de autos de infração lavrados, mas o aumento do número de multas aplicadas, certamente reflexo da conclusão da tramitação em 2013 de processos administrativos de fiscalização (PAF) iniciados nos anos anteriores. Os PAF cujos infratores recorrem à instância superior, quando condenados na instância primária, tramitam em duas instâncias, incrementando o prazo de tramitação. O número de recursos à segunda instância é imprevisível e ocorre por demanda.

O fato de o número de multas aplicadas nos anos de 2012 e 2013 ser maior que o número de autos de infração lavrados nesse período se deve, principalmente a mudança da legislação, onde houve alteração do Decreto nº 4.954/2004 pelo Decreto nº 8.059/2013. O impacto direto se deve em função de as infrações por deficiência de natureza gravíssima serem tratadas como fraude e isso implicava em julgamento em primeira instância pelo órgão

central de fiscalização. Com a mudança, estas infrações passaram a ser julgadas pela unidade da Federação que originou o processo e com isso diversos processos que tramitavam junto ao órgão central foram devolvidos para notificação junto aos atuados.

Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas Aplicadas e Cobranças Executivas					Tabela 138
	2010	2011	2012	2013	
Nº de Autos de Infração	218	267	163	94	
Nº de Termos de Advertência	15	7	2	6	
Nº de Multas Aplicadas	344	232	72	255	
Nº de Cobranças Executivas	55	19	10	0	
Nº de Autos de Infração Cancelados	61	12	0	0	

Fonte: SEFIA/SP

Principais Indicadores						Tabela 139
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
Ife	287	439	426	352	244	350
Eficiência - Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep) - Nº de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados						
Ifep	71,03%	142,04%	135,00%	111,5%	71,32%	100%
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - Nº de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos						
Icof	31,2	44,1	49,53	39,1	32,53	---
Eficiência - Custo da fiscalização (Icf) - Recurso financeiro despendido / Nº de estabelecimentos fiscalizados						
Icf	263,02	394,03	444,17	402,02	620,00	---
Capacidade - Amostras coletadas (Iac) - nº de amostras coletadas / ano						
Iac	1.024	837	777	714	264	600
Eficiência- Conformidade de produtos (Icp) - Nº de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas						
Icp	72,48%	75,21%	77,08%	73,6%	77,82%	90%
Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (Icar) - Nº de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos						
Icar	655	668	412	494,8	632,5	Demanda
Capacidade - Registro de Produto (Irp)-Nº de Produtos Registrados / Ano						
Irp	2.197	2.241	1.750	2.474	2.530	Demanda
Capacidade – Análise de requerimentos de registro de produto (Irrp) – (Nº de Requerimentos Analisados x 100) / Nº de Requerimentos Protocolados no Ano						
Irrp	--	--	--	88,3	79,5	Demanda
Eficiência - Capacidade de análise de requerimentos de registros de produtos (Icarr) - Nº de Requerimentos Analisados / Total de técnicos envolvidos						
Icarr	--	--	--	622,4	742,2	Demanda

Fonte: SEFIA/SP

Sobre os indicadores contidos na tabela acima, podemos afirmar que:

- Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife): o número anual de estabelecimentos fiscalizados reduziu de 2012 para 2013 e vem reduzindo desde 2010;
- Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep): em 2013 foram fiscalizados 71,32 % dos estabelecimentos registrados, número menor que o de 2012 e abaixo da meta esperada; muito contribuíram para esse desempenho as já citadas limitações impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.689, de 02 de março de 2012 e o contingenciamento de recursos financeiros destinados à fiscalização;
- Capacidade operacional do Serviço (Icof): a capacidade operacional do serviço em 2013 foi menor que em 2012 e vem decrescendo desde 2010 devido a divisão dos fiscais que antes atuavam exclusivamente nesta atividade e passaram a ser divididos com outros Serviços, isso

especialmente em função das aposentadorias que ocorreram no ano de 2013 e também em função das limitações citadas em outros itens;

d) Custo da fiscalização (Icf): Houve expressivo aumento em relação a 2012, na ordem de 50% e maior ainda quando comparado aos anos anteriores. Este índice representa quanto, na média, custa cada fiscalização realizada. É, portanto, influenciado pela estratégia de fiscalização adotada, bem como pelos custos operacionais para execução das ações, que envolvem os valores despendidos nos deslocamentos (combustível, pedágios e manutenção de veículos) e em diárias e passagens. Dos citados fatores, somente a estratégia de fiscalização pode ser controlada, o mesmo não ocorrendo com os demais fatores. Dos itens citados que compõem o custo da fiscalização, acrescenta-se aqui os valores gastos com diárias para deslocamento de técnicos para a sede da SFA/SP para efetuarem análise de registro de estabelecimentos e produtos, em face do reduzido número de técnicos lotados atualmente neste Setor.

e) Amostras coletadas (Iac): o número de amostras coletas em 2013 foi menor que em 2012 e vem reduzindo a cada ano; a redução sistemática anual é consequência da adoção de estratégias mais inteligentes de fiscalização, pautadas na gestão da fiscalização por risco, conforme já comentado, ficando a coleta de amostras direcionada por fatores de risco; entretanto, a expressiva redução numérica de 2013 é também fruto do menor número de estabelecimentos fiscalizados;

f) Conformidade de produtos (Icp): a conformidade dos produtos fiscalizados em 2013, calculada pelo número de amostras conforme (dentro dos padrões de qualidade e conformidade) dentre o montante analisado, apresentou ligeira melhora em comparação a 2012, elevando-se de 73,6 % no ano anterior para os atuais 77,82 %; ainda que inferior à meta de 90 %, a conformidade tem aumentado desde 2009, certamente refletindo a efetividade das estratégias adotadas;

g) Capacidade de análise de registros de produtos (Icar): em 2013 o número de produtos registrados por técnico envolvido foi maior que em 2012; o índice não representa necessariamente o aumento de produtividade no registro de produtos, mas sim a progressiva redução de quadros enfrentada pelo MAPA; com equivalente técnico menor, o número de registros por servidor aumenta; o índice reflete, sim, uma sobrecarga de trabalho dos técnicos envolvidos; é importante frisar que a maior ocupação de uma mesma equipe nas tarefas de registros de produtos e estabelecimentos reduz proporcionalmente sua disponibilidade para a fiscalização;

h) Registro de Produto (Irp): o número de produtos registrados em 2013 é o maior desde 2009, numa notória tendência ascendente; o quantitativo de técnicos envolvidos não segue a mesma tendência, evidenciando a sobrecarga de trabalho acima citada;

i) Análise de requerimentos de registro de produto (Irrp): a relação de 79,5 % entre o número de requerimentos de registros de produtos analisados e protocolados em 2013 foi menor que em 2012, de 88,3 %; esses dados combinados ao aumento do número de registros de produtos por técnico envolvido representa o aumento da demanda por esse serviço e a maior sobrecarga de trabalho da equipe; e

j) Capacidade de análise de requerimentos de registros de produtos (Icarr): corroborando as conclusões dos dois itens anteriores, o número de requerimentos de registros de produtos analisados por técnico envolvido em 2013 foi maior que em 2012.

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 140
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	12	4,3
Agente de Atividades Agropecuárias	5	1,2

Técnicos de Nível Superior	3	2,0
Apoio Administrativo	1	0,8

Fonte: SEFIA/SP

Quadro A.2.2.3.1.17 - Identificação da Ação FISCALSEM 13

Código	2179	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Sementes e Mudanças	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados*
494.553,60	432.234,50	432.234,50	174.470,95	16.153,87	241.609,68
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização realizada	Unidade	168	81		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
79.768,29		19.322,20		75.001,29	

R\$ 138.000,00 referem-se a compra de carro cujo processo não foi autorizado; e o restante a material e/ou serviços não entregues até o fechamento do exercício

Fonte: SEFIA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

Dentre todas as Unidades da Federação, o Estado de São Paulo se destaca por sediar um grande número de pessoas físicas e jurídicas inscritas no RENASEM nas diversas atividades que envolvem a produção e o comércio de Sementes e Mudanças.

Em 2013 houve aumento da demanda pela regularização de RENASEM, principalmente pelo cancelamento e arquivamento de grande número de processos com prazo de validade expirado.

Até o ano de 2013, foram concluídos o credenciamento de 31 laboratórios de Análises de Sementes e outros 25 laboratórios aguardam a conclusão pelo LANAGRO/MG que, por determinação do órgão central de fiscalização, passaram a ser os responsáveis pelo seu credenciamento.

Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM (certificados emitidos)					Tabela 141
Tipo de Agente	2009	2010	2011	2012	2013
Produtor de Sementes ou Mudas	127	279	172	175	277
Comerciante de Sementes ou Mudas	132	104	176	145	200
Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes	19	11	15	32	35
Responsável Técnico	118	144	93	153	193
Certificador da Prod. própria	13	0	0	5	0
Entidade de Certificação	0	0	0	0	0
Laboratório Análise Sementes	8	12	1	10	31
Amostrador	0	0	0	0	1
TOTAL	415	550	457	520	710

Fonte: SEFIA/SP

Inscrições de campos para produção de sementes e de viveiros ou unidades de propagação in vitro

As inscrições de Campos de Sementes passaram a ser inscritas, a partir de abril de 2013, através do Sistema de Gestão da Fiscalização (SIGEF), trazendo rapidez nas avaliações, pois não é mais necessário a abertura de processos administrativos, envio de ofícios com exigências ou dos campos inscritos, dentre outros.

Inscrições e Homologações de Campos de Sementes					Tabela 142	
Campos de Sementes Inscritos						
		2009	2010	2011	2012	2013
Homologados	Campo de Sementes Genética	0	42	0	74	119
	Campo de Sementes Básica	26	52	43	22	28
	Campo de Sementes Certificada 1	152	214	132	110	94
	Campo de Sementes Certificada 2	75	170	76	112	173
	Campo de Sementes S1	684	469	538	496	623
	Campo de Sementes S2	1383	1369	1163	1322	1395
	Denegados	92	125	44	3	13
Total		2412	2441	1636	2139	2445

Fonte: SEFIA/SP

A produção de sementes de produtores estabelecidos no Estado de São Paulo está atendendo às necessidades e abastecendo aos agricultores paulistas. Parte dessa produção é exportada para outras unidades da federação, mas ainda necessita de adequação e melhor abastecimento de material básico de cultivares pelos Mantenedores, em algumas espécies e cultivares, notadamente, no âmbito das espécies forrageiras tropicais.

A produção de sementes nesta unidade da federação vem se adaptando, tanto à produção de fato estabelecida neste Estado, quanto à nova legislação. O abastecimento desse insumo tem se mantido regular e, os produtores diante do lançamento de novos cultivares mais produtivos ou melhor adaptados às áreas de seu peculiar interesse, tem se utilizado da importação ou buscado o fornecimento destes insumos junto a fornecedores de outros estados.

A Tabela abaixo apresenta a produção de sementes dos campos plantados no estado de São Paulo de empresas paulistas e de outras unidades da Federação não sendo apresentados os dados dos campos de produção de sementes plantados em outros Estados de empresas paulistas.

Produção de Sementes							Tabela 143	
Safra	2009/2010 e 2010/2010		2010/2011 e 2011/2011		2011/2012 e 2012/2012		2012/2013 e 2013/ 2013	
Categoria	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)
GE	---	---	---	---	---	---	0,8	19,2
BA	3.146	12.162	686	1.951	3.146	12.162	1.274	3.819
C1	7.370	28.518	5.900	27.251	7.370	28.518	3.695	10.733
C2	8.078	24.249	2.604	6.685	8.078	24.249	9.107	32.235
S1	18.909	63.842	20.250	65.238	18.909	63.842	18.740	70.568
S2	41.844	106.570	27.524	55.443	41.844	106.570	22.702	41.618
Total	79.347	235.241	56.964	156.568	79.347	235.241	55.519	158.992

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética
Fonte: SEFIA/SP

Certificação de Sementes

A regularização da produção de mudas dos produtores estabelecidos no Estado de São Paulo iniciou-se em 2006, com a Inscrição da Produção de Materiais de Propagação Vegetal, notadamente entre Produtores de Mudanças de espécie ornamentais e algumas frutíferas e inclui o registro da produção oriunda de Classe Certificada e da Classe Não Certificada. Este setor produtivo é representado por um universo muito diversificado e com fortes peculiaridades e ainda necessita da urgente publicação de Normas Específicas de produção que venham propiciar procedimentos facilitadores, tanto para o Produtor, quanto à fiscalização desses insumos. Os dados desta produção aqui relatados ainda apresentam-se incipientes frente à realidade verificada durante fiscalizações iniciadas em 2006, tendo em vista ser um setor da produção agrícola ainda não habituado aos necessários ajustes legais determinados na legislação, de haver elevado número de Cultivares que, utilizados pelo produtor destes insumos, não estão regulares junto ao Registro Nacional de Cultivares (RNC) e, há evidente déficit de recursos humanos para esta fiscalização. Permanece, portanto, o grande desafio para ampliar a regularização desse setor de produção de mudas de olerícolas, medicinais, condimentares e, de flores, além das demais frutíferas e florestais.

Produção de Mudanças					Tabela 144	
Inscrições de Material de Propagação Vegetal						
CLASSE		2009	2010	2011	2012	2013
Categoria / ("etapas")		Nº de Materiais de Propagação Inscritos				
Certificadas	Planta Básica	18	8	10	2	15
	Planta Matriz	0	18	6	20	0
	("Jardim Clonal")		18	8	0	0
	("Borbulheira")	0	0	0	0	26
	Muda Certificada	0	0	0	0	0
Não Certificada	Planta Fornecedora	0	0	87	92	147
	Campo de Planta Fornecedora	16	0	4	76	126
	Muda	0	0	0	0	0
Indeferidos		0	0	248	57	261
TOTAL		34	54	363	247	575

Fonte: SEFIA/SP

Fiscalização de Sementes e Mudanças			Tabela 145
Entidades produtoras, beneficiadoras, reembaladoras e armazenadoras	Programado	Realizado	%
Sementes	110	38	35
Mudas	58	43	74
Total	168	81	48

Fonte: SEFIA/SP

A fiscalização de entidades não atingiu as metas propostas estipuladas no Plano Operativo Anual (POA) de 2013. Concorreram para isso os efeitos diretos das limitações impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.689, de 02 de março de 2012, que elevou sobremaneira as exigências burocráticas na emissão de ordens de serviços para os servidores que excederam os limites estabelecidos pelo citado Decreto, e o contingenciamento de recursos financeiros destinados à fiscalização, cujos efeitos vê-se claramente na execução das fiscalizações programadas.

Importação de Material de Propagação Vegetal

Os segmentos que mais importaram materiais de propagação vegetal em 2013 foram, respectivamente, o de sementes de espécies olerícolas, batata-sementes, sementes de diversas espécies, bulbos, mudas de espécies ornamentais, seguindo-se sementes de flores e mudas de espécies frutíferas. Em menores volumes e valores adentraram em nosso País sementes diversas, mudas de espécies florestais e rizomas de endívia. Em relação aos resultados obtidos em 2012, verificou-se um ligeiro aumento na quantidade e no valor de batata-semente importado.

Importação de Material de Propagação Vegetal					Tabela 146		
Espécie	UN	Quantidade			Valor (R\$)		
		2011	2012	2013	2011	2012*	2013
Olerícolas	kg	643.290	634.628	702.203,00	96.350.769,00	129.536.779,00	156.107.367,00
Batata-semente	kg	3.271.498	1.719.541	4.182.265,00	8.061.104,00	4.672.016,00	10.414.090,00
Flores	kg	3.159	998	1.102,92	3.289.155,00	3.863.048,00	4.645.772,00
Grandes Culturas	kg	436.518	95.915	1.514.109,35	2.097.793,00	8.267.352,00	24.917.246,00
Sementes Diversas	kg	256.297	365.371	380.571,00	15.771.076,00	19.831.845,00	14.431.765,00
Sub – Total Sementes	kg	4.610.762	2.816.453	6.780.251,27	126.109.897,00	166.171.040,00	210.516.240,00
Bulbos	Bulbo	41.197.812	54.185.648	62.352.824	14.871.618,00	19.260.081,00	18.739.736,00
Mudas Frutíferas	Unid	325.524	679.988	1.221.402	358.832,00	423.642,00	184.323,00
Mudas Ornamentais	Unid	15.794.100	14.829.863	28.692.435	14.399.770,00	22.182.264,00	30.394.433,00
Mudas florestais	Unid	738.125	140.755	385.767	14.821,00	5.977,00	48.593,00
Sub – Total Mudanças	Unid	16.857.749	1.986.605	30.299.604	14.773.423,00	22.611.883,00	30.627.349,00
Rizomas de Endívia	Unid	---	1.755.402	4.180.357	---	490.136,00	1.222.854,00
Total Geral						208.507.169,00	261.106.179,00

* valores revistos

Fonte: SEFIA/SP

Exportação de Material de Propagação Vegetal

Os segmentos que mais exportaram materiais de propagação vegetal em 2013 foram, respectivamente, bulbos, seguido de espécies forrageiras e espécies utilizadas como adubação verde e o de sementes de grandes culturas.

Em menores volumes e valores nosso País exportou sementes de espécies ornamentais, sementes de espécies florestais e sementes de grandes culturas.

Exportação de Material de Propagação Vegetal							Tabela 147
Espécie	UN	Quantidade			Valor (R\$)		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013
Forageiras	kg	5.928.875	6.391.631	6.152.546,30	99.781.705,00	119.488.467,00	109.175.250,00
Florestais	kg	1.181	1.432	657,16	955.283,00	3.311.621,00	1.198.713,00
Grandes Culturas	kg	6.918.076	5.637.689	2.111.489	41.952.238,00	40.363.086,00	13.746.960,00
Olerícolas	kg	107.979	161.852	145.745	17.425.301,00	25.199.225,00	31.893.117,00
Ornamentais e outros	kg	0	0	4.025	0	0	400.617,00
Bulbos	Unid.	239.615.000	97.972.966	105.041.500	255.827.866,00	138.968.869,00	145.661.260,00
Mudas	Unid.	504.741.237	503.104.886	683.496.355	20.674.238,00	16.800.726,00	22.187.965,00
Total Geral					436.616.631,00	344.131.994,00	324.263.882,00

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela abaixo demonstra que houve em 2013 aumento nas importações e queda nas exportações de sementes e de mudas em relação ao ano de 2012.

O número de amostras coletadas em 2013 foi maior que o ano anterior, em virtude do aumento das importações.

Fiscalização Exportação e Importação							Tabela 148
Descrição da Atividade/Ação /Processo	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	
Autorização de Importação de Sementes	n°	955	981	1020	1069	1278	
Autorização de Importação de Mudanças	n°	515	653	645	712	851	
Autorização de Exportação de Sementes	n°	770	691	712	732	620	
Autorização de Exportação de Mudanças	n°	414	459	464	488	413	
Liberação de Importação de Sementes	n°	899	943	948	987	1071	
Liberação de Importação de Mudanças	n°	484	626	621	652	714	
Coleta de Amostras da Importação de Sementes	n°	2240	2077	2442	2299	2766	
Atendimento a clientes	n°	10.860	9.754	11.400	12.500	12.170	
Processos de Retenção de sementes Importadas	n°	51	23	25	31	42	

Fonte: SEFIA/SP

O indicador de eficiência (ICAp), que mede o número de processos autorizados por número de técnicos envolvidos continua elevado, evidenciando a necessidade de alocação de recursos humanos nesta área de atuação.

Os indicadores de capacidade continuam tendo tendência inversa. Enquanto o IP Ae, número de processos de exportação, diminui com o decorrer dos últimos anos, o IP Ai, número de processos de importação, aumenta, refletindo o aumento da dependência brasileira por materiais importados.

Principais Indicadores					Tabela 149
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - N° de Processos Autorizados / N° de Técnicos envolvidos					
ICAp	4.037	4.352	4.410	3.001	4.947
Capacidade - Processos de autorização de exportação (IPAE) - n° de processos de exportação autorizados / ano					
IPAE	1.184	1.150	1.176	1.220	1.033
Capacidade Processos de autorização de importação (IPAI) - n° de processos de importação autorizados / ano					
IPAI	1.470	1.634	1.665	1.750	2.129
Capacidade - Processos de liberação de importação (IPLi) - n° de processos de liberação de importação / ano					
IPLi	1.383	1.569	1.569	1.369	1.785

Fonte: SEFIA/SP

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 150
Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação	
Fiscal Fed. Agropecuário	17	8,00	
Apoio Administrativo	2	0,20	
Agentes de Atividades Agropecuárias	2	0,40	

Fonte: SEFIA/SP

Quadro A.2.2.3.1.18 - Identificação da Ação FISAGROTOX 13		
Código	2909	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de agrotóxicos e afins	
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas	
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Código: 0368
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados*
198.443,00	115.324,28	115.324,28	55.527,98	5.985,79	53.810,51
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização realizada	Unidade	507	889		

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado
17.765,28	1.865,02	16.707,12

* Até o fechamento do exercício existiam materiais e/ou serviços que ainda não haviam sido entregues
 Fonte: SEFIA/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Esta ação contempla dois grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos e (b) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

Empresas produtoras, importadoras e exportadoras de agrotóxicos

Dentre os dados apresentados na tabela abaixo, está a evolução do número de empresas de agrotóxicos e das fiscalizações entre os anos de 2008 a 2013. Iniciou-se a partir de 2010, a série histórica de produtos amostrados para análise, em razão de nova diretriz estabelecida pela Coordenação Geral em Brasília e de acordo com os Planos Operativos Anuais de 2010, 2011, 2012 e 2013. Ressalta-se que em 2013, em função de não haver contrato entre o MAPA e laboratório para análise das amostras de agrotóxicos, coletou-se apenas uma amostra de agrotóxico, em função da necessidade de qualificação do mesmo para fins de incineração, análise esta que foi realizada pela empresa que realizaria o processo de incineração, custeado pela empresa detentora do agrotóxico.

Verifica-se um aumento significativo no número de produtos agrotóxicos fiscalizados, aumento este que se deu em razão de demandas de Órgãos Federais, que em função da constatação de possíveis irregularidades, solicitaram informações ao MAPA, que culminaram na fiscalização de diversos lotes de agrotóxicos quanto à conformidade em relação aos teores de impurezas toxicologicamente relevantes, conforme estabelecido através da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2008.

Entretanto, observa-se que com a publicação da Instrução Normativa nº 19/2013, houve um aumento considerável no tempo gasto para análise de requerimentos de importação de agrotóxicos com Registro Especial Temporário, uma vez que de acordo com a referida norma, a anotação do saldo autorizado para a importação destes produtos fica a cargo do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, o que gera sobrecarga de trabalho para os técnicos do referido serviço.

Ressalta-se que, de forma a manter a sistemática da série histórica, no cálculo de anuências prévias analisadas por técnico, considerou-se na soma o número de requerimentos analisados mais o número de Licenciamentos de Importação substitutivos analisados, dividido pelo número de Fiscais relacionados à atividade lotados na sede da SFA.

Empresas de Agrotóxicos	Tabela 151				
	2009	2010	2011	2012	2013
Nº indústrias de agrotóxicos em atividade em SP	133	189	192	210	222
Nº indústrias de agrotóxicos fiscalizadas	52	77	107	86	60
Nº indústrias de agrotóxicos autuadas	22	18	56	28	16
Nº produtos agrotóxicos fiscalizados	247	258	364	456	728
Nº produtos amostrados para análise	-	68	76	38	1
Nº produtos fiscalizados + amostrados por técnico (6,05)	47,5	61,51	83,02	88,21	120,49
Nº requerimentos de imp. de agrotóxicos analisadas	5134	5511	6161	6624	6004

Nº de LI de agrotóxicos analisadas	10485	11517	12019	13792	13717
Nº de LI substitutivas analisadas	-	2057	2398	743	750
Nº Anuências Prévias analisadas por técnico*	1283	1681,8	1711,8	1473,4	2251,3

* atividade referente apenas aos Fiscais da sede
Fonte: SEFIA/SP

A fiscalização de agrotóxicos foi realizada com foco na qualidade dos produtos, na qual foram verificados, dentre outros, a composição dos produtos, rotulagem e embalagem. Também foram realizadas verificações documentais dos produtos importados e fabricados no Brasil, referentes ao controle de qualidade, análises de impurezas e componentes utilizados nas formulações, além da verificação do encaminhamento dos relatórios semestrais instituídos pela Legislação Federal vigente.

O atendimento do índice de capacidade (IAGCf) em 9,1% acima da meta, conforme descrito na tabela de indicadores abaixo, foi possível em razão do esforço da equipe de fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, bem como pela realização de forças tarefa com a colaboração de servidores de outras unidades da federação.

O índice de conformidade constatado na fiscalização (IAGQi) apresentou um crescimento de 8,7% quando comparado ao ano de 2012, ficando, no entanto, aquém da meta de 95%. O aumento no índice de conformidade, mesmo ficando aquém da meta desejada, demonstra a efetividade das ações fiscais na proteção da saúde pública, do meio ambiente e na garantia de insumos de qualidade, o que atende plenamente a finalidade da ação.

Verifica-se que o IAGQi, em função de representar a relação entre estabelecimentos autuados e estabelecimentos fiscalizados, superestima as não conformidades encontradas na fiscalização de agrotóxicos, uma vez que, segundo demonstrado pela série histórica, é fiscalizado um número muito maior de produtos do que o de estabelecimentos, razão pela qual o IAGQp representa melhor a realidade da fiscalização de agrotóxicos no Estado de São Paulo. Assim, em 2013, o IAGQp demonstrou que 94,5% dos itens observados nas ações fiscais na área de agrotóxicos, que foram produzidos ou importados por indústrias localizadas no Estado de São Paulo, estão de acordo com o exigido através da legislação Federal vigente. Este índice atingiu 99,5 % da meta definida pelo órgão central, muito superior ao IAGQi que atingiu apenas 77,2 % da meta.

O indicador IAGQ superou a meta em função do atendimento a denúncias relacionadas à possíveis produções irregulares de agrotóxicos e afins, cuja demanda varia de acordo com a atuação da população ao acionar o MAPA.

Ressalta-se que na programação das ações fiscais realizadas no ano de 2013 foram incluídas as maiores empresas produtoras de agrotóxicos no Estado, o que possibilitou a fiscalização de grande parte dos produtos agrotóxicos produzidos e importados em São Paulo, dentro dos 27,02% demonstrados através do indicador IAGQ, que leva em conta o número de empresas sediadas no Estado de São Paulo, independentemente do número de produtos agrotóxicos que fabricam ou formulam.

Outro fator de relevância a ser considerado, é em relação à meta de fiscalizações programada através do Plano Operativo Anual 2013, que foi superada em 75%. Este número se explica em função de atendimento à denúncias realizadas junto ao MAPA, bem como por demandas não previstas no Plano Operativo Anual oriundas de outros Órgãos Federais que direcionaram as fiscalizações da área de agrotóxicos do SEFIA.

Um dos direcionamentos relevantes foi a demanda enviada pela Polícia Federal, considerando encaminhamento do IBAMA, solicitando informações sobre os resultados das análises.

lises de impurezas relevantes em agrotóxicos, conforme estabelecido pela Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 002/2008. É importante destacar, que as análises de impurezas relevantes em agrotóxicos são feitas pelas empresas titulares de registro por lote importado ou produzido dos produtos técnicos cujo ingrediente ativo esteja relacionado na INC 02/2008, o que resulta em milhares de análises realizadas anualmente pelas empresas, e cada lote verificado conta como uma fiscalização realizada, de acordo com a metodologia de contagem de fiscalizações estabelecidas pelo Órgão Central de Fiscalização (CGAA). Desta forma, para que se promovesse de forma efetiva as ações fiscais voltadas à verificação da conformidade desta exigência legal, em atendimento ao demandado pela Polícia Federal, fez-se necessária a fiscalização de vários lotes dos referidos produtos nas principais empresas produtoras no Estado, resultando, portanto, em um grande número de produtos agrotóxicos fiscalizados.

Principais Indicadores						Tabela 152
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAgCf) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano						
IAgCf	52	77	107	86	60	55
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IAgQi) – (N° estabelecimentos fiscalizados – N° estabelecimentos autuados) X 100 / N° de estabelecimentos fiscalizados						
IAgQi %	57,7	76,6	47,66	67,44	73,33	95 %
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações de produtos (IAgQp) – (N° produtos fiscalizados – N° produtos irregulares) X 100 / N° de produtos fiscalizados						
IAgQp %	-	-	86,59	84,21	94,5	95%
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IAgQ) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100 / N° de estabelecimentos registrados						
IAgQ %	39,1	40,7	55,73	40,95	27,02	24,77
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IAgP) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço						
IAgP	10	14,5	20,19	15,36	9,92	9,09

Fonte: SEFIA/SP

Estações Experimentais de Agrotóxicos

Desde a publicação da Instrução Normativa nº 18/2007 e posteriormente da Instrução Normativa nº 36/2009, que prevêem a obrigatoriedade do credenciamento das instituições públicas e privadas de pesquisa para o desenvolvimento de atividade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, houve um acréscimo no número de solicitações de credenciamento. Observa-se que o número crescente de estações experimentais credenciadas demonstra a magnitude do agronegócio brasileiro, que demanda cada vez mais pesquisas na área de agrotóxicos para desenvolvimento de novos produtos.

Ressalta-se que por se tratar de fiscalização diferenciada da fiscalização nas indústrias, e com muitas peculiaridades, a partir de 2010 os dados e os principais indicadores de estações experimentais estão sendo apresentados separadamente das informações das empresas de agrotóxicos.

Atividades	Tabela 153				
Estações Experimentais (EE)	2009	2010	2011	2012	2013
N° Estações Experimentais em atividade	18	18	23	27	27
N° Estações Experimentais fiscalizadas	-	5	18	24	37
N° Estações Experimentais autuadas	-	2	4	13	19
N° de Novas Estações credenciadas	-	2	5	4	3

Nº Inspeções para credenciamento	1	6	4	6	9
----------------------------------	---	---	---	---	---

Fonte: SEFIA/SP

O número de fiscalizações realizadas em estações experimentais (IEeCf) superou em 54,16 % a meta estabelecida no Plano Operativo Anual de 2013. O aumento das fiscalizações em relação ao ano de 2012, bem como o aprimoramento da ação fiscal, levaram ao aumento no IEeQi % na ordem de 6,13% em relação ao ano de 2012, o que justifica a intensificação das ações fiscais neste segmento, que reflete diretamente na qualidade dos processos de registro de agrotóxicos e afins analisados pelo MAPA.

Principais Indicadores					Tabela 154
Mnemônico	2010	2011	2012	2013	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IEeCf) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Ano					
IEeCf	5	18	24	37	23
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IEeQi) – (Nº estabelecimentos fiscalizados – Nº estabelecimentos autuados) X 100 / Nº de estabelecimentos fiscalizados					
IEeQi %	60,0	77,78	45,83	48,64	95%
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estações experimentais (IEeQ) - Nº de estabelecimentos fiscalizados + inspecionados x 100 / Nº de estabelecimentos registrados					
IEeQ%	61,0	95,65	111,11	170,37	88,9%
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IEeP) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Nº de técnico do serviço					
IEeP	2,1	3,4	4,29	6,11	3,96

Fonte: SEFIA/SP

Autuações e demais penalidades

Em toda ação fiscal na qual é identificada irregularidade na produção, importação ou exportação de agrotóxicos é lavrado o auto de infração, a partir do qual é autuado um processo administrativo para apuração da irregularidade, podendo o mesmo ter como conclusão: anulação, aplicação das penas de advertência, multa ou ainda a suspensão do registro, cancelamento do registro ou inutilização de produto.

O SEFIA dispõe de um controle destes processos, contendo o histórico dos autuados, sendo esse um dos fatores a ser considerado quando da aplicação da penalidade ao infrator.

Nº de Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insubistentes					Tabela 155
	2010	2011	2012	2013	
Nº de Autos de Infração	19	60	41	35	
Notificações de Advertência	8	3	19	12	
Multas Recolhidas	7	11	37	21	
Cobranças Executivas	0	0	0	0	
Autos de Infração Insubistentes	1	0	7	2	

Fonte: SEFIA/SP

Principais Recursos Humanos Envolvidos			Tabela 156
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
Fiscal Federal Agropecuário	12	6,05	
Apoio Administrativo	1	0,25	

Fonte: SEFIA/SP

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

As ações afetas ao programa 2014, e desenvolvidas a nível estadual pela Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, com exceção da ação FIS-CAGRIC, são programadas em Brasília, sendo suas diretrizes emanadas pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDC/MAPA e pela Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/E/MAPA, razão pela qual não existem metas físicas e planejamento financeiro.

Quadro A.2.2.3.1.19 - Identificação da Ação FISCAGRIC 13

Código	2177	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Serviços Agrícolas	
Iniciativa	02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola	
Objetivo	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	Código: 0747
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Programada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.850,00	19.290,13	19.290,13	17.612,00	107,96	1.596,22
Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Prevista	Realizada		
Fiscalização realizada	Numero	34	29		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado	
2.705,35		636,97		2.092,34	

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Panorama da Atividade Aero-agrícola Desenvolvida por Cultura (em ha)							Tabela 157
ha	Cana	Soja	Banana	Milho	Algodão	Laranja	Outros
Total	1.856.640,40	16.694,15	150.854,15	27.310,10	174,00	333.796,50	32.723,97
%	76,78	0,69	6,24	1,13	0,01	13,80	1,35
TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) Jan a Dez 2013: 2.507.066,86 há							

Fonte:DPDAG/SP

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são, pela ordem decrescente, cana-de-açúcar, correspondendo a **76,78%** de toda área trabalhada com operação aeroagrícola, seguida pela laranja, com **13,80%**, e pela banana, com **6,24%**. Notou-se em 2013 o aumento porcentual na declaração de área aplicada, por aviação agrícola, para as culturas de cana-de-açúcar, laranja e banana e redução para as culturas de soja, milho e algodão quando comparadas ao ano de 2012.

O quadro seguinte apresenta a atividade relacionada com a concessão e alteração de registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola.

Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola						Tabela 158
PROCESSOS	2009	2010	2011	2012	2013	
Nº de Registro de estabelecimentos	2	2	2	5	1	
Nº de Estabelecimentos registrados (acumulado)	41	43	45	47	48	
Nº de Alteração de registros	7	11	5	4	2	
Nº de Autorização para prestação de serviços	5	7	5	4	2	
Nº de Cancelamentos de registro	2	-	-	3	-	

Fonte: DPDAG/SP

Fiscalização de Estabelecimentos						Tabela 159
	2009	2010	2011	2012	2013	
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados	40	41	29	45	28	
Nº de Fiscalização de Cursos Especializados	1	1	-	0	1	
Nº de Termo de Fiscalização	40	41	29	45	29	
Nº de Autos de Infração Emitidos	8	2	1	1	1	
Nº de Notificações de Multas Emitidas	14	4	1	3	4	
Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal (relatórios entregues)	493	479	492	488	491	

Fonte: DPDAG/SP

Toda a atividade dos fiscais no FISCAGRIC se deu no primeiro semestre do ano. No segundo semestre deste ano os fiscais responsáveis pela fiscalização da Aviação Agrícola não tiveram como proceder à fiscalização de todas as empresas aéreas conforme a meta prevista devido a uma série de fatores, expostos a seguir: participaram da elaboração do decreto e em três reuniões ocorridas em nas cidades de Cuiabá, São Paulo e Porto Alegre para tratar da atualização dos cursos de coordenadores e executores em aviação agrícola; contingenciamento de recursos pelo MAPA e adoção de limitação do número de diárias em até 40 por fiscal; associado a esta limitação em 40 diárias está o fato de que os fiscais não trabalham exclusivamente com aviação agrícola, laborando em outros setores dentro do MAPA.

Principais Indicadores							Tabela 160
Mnemônico	2009	2010	2011	2012	2013	Meta	
Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - nº de empresas fiscalizadas / ano							
IFE	40	41	29	45	21	34	
Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas							
IFEP(%)	97,56	95,34	64,44	95,74	62,00	85,00	
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - Nº empresas fiscalizadas / nº de fiscais envolvidos							

ICOF	5	32,8	23,2	32,14	20	14,5
Eficácia - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - N° de empresas autuadas X100 / n° de empresas fiscalizadas						
ICEav(%)	20	4,9	3,45	2,22	4,8	3,45
Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - n° de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas						
IRRav(%)	100,20	92,83	91,11	86,52	89,40	100

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.2.2.3.1.20 - Identificação da Ação CETORGAN 13

Código	4720	Tipo: Atividade
Título	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	
Iniciativa	02X3 – Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada	
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda	Código: 0744
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação				
Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.230,51	28.230,51	16.927,37	3.459,10	7.844,04
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores				
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado
9.077,14		891,53		6.954,21

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Em 2013 foram realizadas 26 oficinas de trabalho, envolvendo 645 agricultores familiares no trabalho de esclarecimento do regulamento da Produção Orgânica e do funcionamento das Organizações de Controle Social – OCSs, em municípios como São Bernardo do Campo, Bauru, Ibiúna, Lins, Rio Claro, São Carlos, Natividade da Serra, Ubatuba, Mogi das Cruzes, Suzano, Joanópolis, Registro, Buri, Itapeva, Suzano, Fartura, Jundiá, Pardinho, Iperó e Cordeirópolis. Como resultado deste esforço houve um incremento de 14 novas organizações, viabilizando o acesso de novos 140 agricultores familiares aos mercados locais ou programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que estabelecem acesso diferenciado aos produtos orgânicos. O trabalho junto aos agricultores foi realizado mediante parcerias institucionais com o Instituto de Terras de São Paulo – ITESP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e das prefeituras municipais de Jundiá, Ubatuba, São Paulo, Bauru, Lins e Registro.

Os técnicos da DPDAG-SP que compõe a equipe de auditores da coordenação de Agroecologia – encarregadas do credenciamento e manutenção das Certificadoras e Sistemas Participativos de Garantia, foram responsáveis pelas auditorias de manutenção do credenciamento das Certificadoras IMO, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, IBD e Agricontrol além dos sistemas participativos de garantia Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região, Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica e do cadastramento da Central de Associações do Sul de Minas Gerais.

No âmbito da fiscalização de mercado foram realizadas 5 oficinas de trabalho envolvendo 109 comerciantes e produtores que comercializam produtos em feiras, tendo sido exigidas 6 ações diretas em função de denúncias encaminhadas pela Comissão da Produção Orgânica de São Paulo – CPOrg/SP. Vale ressaltar que a vigilância de mercado é uma atribuição compartilhada com os membros da Comissão.

Os trabalhos da CPOrg/SP foram intensificados pela realização de uma consulta pública para revisão e atualização dos regulamentos técnicos, o que demandou 14 reuniões – 6 reuniões ordinárias, 2 extraordinárias e 6 reuniões de grupos de trabalho, envolvendo 449 representantes de organizações governamentais e não governamentais.

Principais Produtos e Atividades Desenvolvidas			Tabela 161
Processo	Atividades	Produto	
Articulação Institucional	Coordenação e participação em reuniões e grupos de trabalho da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo	Seis reuniões ordinárias, duas extraordinárias e seis reuniões de grupos de trabalho, onde foram construídas propostas de alteração do regulamento da produção animal e produção vegetal.	
Certificação da produção	Auditorias de Credenciamento e Manutenção de Credenciamento em Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica	Auditorias de manutenção de credenciamento nas certificadoras Agricontrol, IMA, IMO, IBD e nos organismos participativos de garantia ABD e ANC e Central de Associações do Sul de Minas.	
Oficinas de trabalho	Orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social e Sistemas Participativos de Garantia	Grupos organizados de agricultores familiares de vinte municípios paulistas.	
Cadastramento para venda direta sem certificação	Cadastramento de Organizações de Controle Social	Foram cadastradas catorze novas organizações	
Fiscalização da Produção orgânica	Oficinas de trabalho com produtores e comerciantes	Capacitação de produtores das feiras do Ibirapuera e Santo Amaro (São Paulo), Ibiúna e gestores de estabelecimentos comerciais.	

Fonte: DPDAG/SP

Atividades	Tabela 162			
	2010	2011	2012	2013
Organismos de avaliação da conformidade credenciados auditados	03	05	05	06
Organizações de Controle Social-OCS cadastradas	00	03	14	28
Número de agricultores familiares cadastrados em OCSs	00	27	161	301

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.2.2.3.1.21 - Identificação da Ação DESENORG 13

Código	8606	Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	

Iniciativa	02XB –Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.	
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda	Código: 0744
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação				
Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.837,47	7.837,47	6.901,51	631,52	304,44
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	
587,49		566,90	7,24	

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Foram ministradas 12 palestras destinadas à formação em princípios e práticas da produção orgânica, atingindo um público de 373 técnicos da CATI, Defesa Agropecuária, ITESP, Secretaria do Meio Ambiente e prefeituras municipais, integrantes do Programa São Paulo Orgânico do Governo Estadual, além de aulas em universidades e escolas técnicas como a USP / Pirassununga, UNESP / Botucatu, UFSCar / Araras, FATEC / Botucatu e a Escola Urias Ferreira de Jau, atingindo 205 alunos daquelas instituições.

No âmbito da articulação institucional, houve a participação nas reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDAF e da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica – CSAE, ambos instituídos pela Secretaria da Agricultura de São Paulo. O Grupo de Trabalho da Gestão Municipal da CPOrg/SP participou ativamente na criação da Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia, instituída pela Assembléia Legislativa de São Paulo – ALESP, articulando o I Encontro das Prefeituras Municipais de São Paulo com a Agricultura Orgânica, que teve a participação de 137 representantes de diversas prefeituras do estado.

Em preocupação com a disponibilidade de material de multiplicação vegetal produzido em sistemas orgânicos, foram realizadas reuniões técnicas de trabalho com produtores e o Instituto Agrônomo de Campinas com o objetivo de delinear uma estratégia para implantação de um programa interinstitucional de produção de sementes orgânicas. Paralelamente, foi realizada a IV Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais e Crioulas do Estado de São Paulo em São José do Rio Preto.

Na área da divulgação para o público consumidor e outros produtores interessados, houve a participação na feira Bio Brasil Fair / BioFach América Latina em São Paulo, com um público estimado em torno de 25.000 pessoas. Houve também a participação na feira Hortitec – Exposição Técnica de Horticultura em Holambra, no III Encontro Internacional de Agroecologia em Botucatu e no Seminário Estadual da Rede SANS – Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária.

Foram, ainda, realizadas três visitas técnicas a unidades modelares de Produção Orgânica – Sítio A Boa Terra em Itobi/SP, Sítio Terra Preservada em Cordeirópolis/SP e Fazenda Agroecológica da EMBRAPA em Seropédica/RJ; participação em reunião ordinária da Comissão da Produção Orgânica do Rio de Janeiro, estabelecendo protocolo de interação entre as comissões; participação em reuniões técnicas junto à Coordenação de Agroecologia em Brasília, para harmonização de procedimentos de auditorias e fiscalização e análise de solicitação de estabelecimento de especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado na Agricultura Orgânica.

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas		Tabela 163
Processo	Ações Desenvolvidas	Produto
Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica	Palestras, aulas e seminários	Palestras sobre princípios e prática na Agricultura Orgânica para estudantes universitários, técnicos e palestras no curso de capacitação de técnicos da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente.
Relações institucionais	Representação institucional em foros permanentes e eventuais	CEDAF: reuniões em abril e junho e agosto. CSAE: reuniões em maio e julho; participação no Seminário da Rede SANS, no III Encontro Internacional de Agroecologia e na ALESP
Promoção comercial	Participação em feiras e eventos para a divulgação dos produtos orgânicos e palestras para consumidores	Representação Institucional na <i>Bio Brasil Fair</i> e na <i>Hortitec</i> e no Grupo Agroecologia de Ubatuba.
Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica	Oficinas de trabalho e visitas técnicas	Organização da IV Feira de Trocas de Sementes e Mudas Crioulas e Tradicionais do Estado de São Paulo e visitas à EMBRAPA Agroecologia e unidades modelo de produção orgânica.

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.2.2.3.1.22 - Identificação da Ação FISCALPEC 13

Código	4747	Tipo: Atividade
Título	Fiscalização de Serviços Pecuários	
Iniciativa	02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados	
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda	Código: 0744
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação		
Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Empenhada	Liquidada	Paga
		Processados
		Não Processados

9.844,65	9.844,65	9.685,57	--	159,08
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado
1.126,94		--		1.045,79

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Associações Brasileiras de Criadores registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e autorizadas por meio de Portaria Ministerial a realizarem o Registro Genealógico dos animais de diferentes espécies e raças.

Pode-se verificar que somente no Estado de São Paulo estão sediadas 45,65% das Associações Brasileiras que realizam esse Serviço no país e, portanto, devem ser auditadas pela DPDAG. Ou seja, da meta anual nacional de 100% de realização de auditorias em Associações Brasileiras de Criadores, esta Divisão contribui com quase metade da meta, caso sejam realizadas todas as auditorias previstas. Vale ressaltar que essa meta está sob responsabilidade de apenas 02 Fiscais Federais Agropecuários, um lotado na sede em São Paulo e outro lotado na UTRA-Campinas, que desenvolve também atividades de outros Setores.

Associações Brasileiras de Criadores que realizam o Serviço de Registro Genealógico				Tabela 164
Espécies animais	Sediadas no Estado de São Paulo		Sediadas em outros Estados	Total Brasil
Bovinos	08		13	21
Eqüídeos	11		09	20
Búfalos	01		00	01
Suínos	00		01	01
Caprinos	00		01	01
Ovinos	00		01	01
Chinchila lanígera	01		00	01
TOTAL	21		25	46
TOTAL (%)	45,65		54,35	100

Fonte: Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária - CPIP/DEPROS/SDC/MAPA

A próxima tabela apresenta os dados referentes às auditorias previstas e as realizadas em 2013, além do percentual de atendimento da meta estipulada pelo órgão central. De acordo com os dados, verifica-se que neste ano foi realizado apenas 52,38% da meta de auditorias para o Estado, percentual menor do que o alcançado no ano anterior. A falta de FFAs disponíveis dedicados a esta Ação impediu a realização de número maior de fiscalizações, que por sua vez só não foi ainda menor porque contou com a colaboração de FFA's de outros estados da federação que se deslocaram para São Paulo.

Auditorias							Tabela 165
	2012			2013			
	Capital	Interior	TOTAL	Capital	Interior	TOTAL	
Nº Auditorias previstas	16	03	19	15	06	21	
Nº Auditorias realizadas	11	03	14	10	01	11	
% Meta	68,75	100%	73,68%	66,67%	16,67%	52,38%	

Fonte: SESAG/DPDAG/SP

A partir do ano de 2013 foi descentralizado para as DPDAG's dos estados da federação o serviço de fiscalização das atividades turfísticas dos Jockey Clubs que possuem carta patente válida emitida pelo MAPA.

No estado de São Paulo existem 03 entidades turfísticas com cartas patente válidas, sendo dois deles no interior (Jockey Club São Vicente e Jockey Club Sorocaba) e um na capi-

tal (Jockey Club de São Paulo). Essas entidades estão autorizadas pelo MAPA a realizarem corridas de cavalos com exploração de apostas e devem, segundo a legislação vigente, serem fiscalizadas anualmente. Em 2013 todos os Jockey Clubes do Estado de São Paulo foram fiscalizados.

A tabela seguinte apresenta um resumo das atividades realizadas. Com exceção da realização de auditorias em Associações, fiscalização de Jockey Clubes e participação em reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das Associações, as outras atividades descritas não implicam em utilização direta de recursos financeiros.

Produtos	Tabela 166	
	2012	2013
Auditorias em Associações	14	11
Reuniões de CDT's	16	10
Nº de Certificações Zootécnicas de bovinos em coleta em Centrais de Inseminação Artificial emitidas	523	502
Nº de eqüinos vivos e seus materiais genéticos certificados zootecnicamente para importação e exportação	1006	943
Nº de bovinos vivos e seus materiais genéticos certificados zootecnicamente para importação e exportação	186*	1562
Nº de Processos analisados (diversos)	16	28
Autorização de exposições e feiras agropecuárias (Portaria nº108)	4	5
Participação em reuniões técnicas e videoconferências	**	10
Participação em eventos (ouvinte e palestrante)	4	4
Treinamentos	2	3

* valor correspondente apenas aos meses de setembro, outubro e novembro de 2012 quando foi descentralizado esse serviço para a DPDAG.

** atividade não computada no relatório de gestão de 2012.

Fonte: SESAG/DPDAG/SP

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 167
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação
FFA sede	01	0,8
FFA UTRA Campinas	03	0,3
TOTAL	04	1.1

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.2.2.3.1.23 - Identificação da Ação FISCONTRATO 13

Código	2B17	Tipo: Atividade
Título	FISCON-Fiscalização de Contratos de Repasse	
Iniciativa	02XH – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda	Código: 0744
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	

Ação Prioritária Não

Execução Orçamentária e Financeira da Ação				
Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.569,37	6.569,37	6.569,37	--	--
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	
655,20		170,10	929,80	

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

Essa ação é operacionalizada por intermédio da Caixa Econômica Federal, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, conforme contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

No âmbito desta Superintendência a execução consiste na análise de compatibilidade do objeto proposto, seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento do pleito, conforme Portarias MAPA nºs 1232/2008 e 1052/2013 que estabelecem as diretrizes gerais para implementação dos Programas e Ações relacionadas ao Programa OGU-2013 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário. Estas ações são executadas mediante demanda, de modo que não há meta estabelecida.

No exercício de 2013 foram analisados e empenhados 210 Planos de Trabalho, dos quais somente 208 foram aprovados, duas Prefeituras não atenderam aos pareceres, inviabilizando a aprovação dos planos de trabalho.

Planos de Trabalho (PT) Analisados e Aprovados pela SFA-SP					Tabela 168
Exercício	Convênios	Quant.PT(s)	Valor do Repasse (R\$)	Valor de Contrapartida (R\$)	TOTAL (R\$)
2011	Prodesa	118	24.188565,38	2.462.451,29	R\$ 26.651.016,67
2012	OGU-2012	77	18.607.094,63	2.613.760,87	R\$ 21.220.855,50
2013	OGU-2013	208	39.798.225,00	3.488.745,02	R\$ 43.286.970,02

Fonte: DPDAG/SP

Fiscalização dos Contratos de Repasse						Tabela 169
Atividade	Un.	2009	2010	2011	2012	2013
Prefeituras Fiscalizadas	Nº	25	10	31	26	11
Contratos Fiscalizados	Nº	71	48	63	50	18
Diárias Utilizadas	Nº	78	31	64,5	43	32,5
FFA participantes	Nº	09	07	08	08	07

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos			Tabela 170
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário		Equivalente técnico % de dedicação à ação
DPDAG/SFA-SP	01		0,1
UTRA Campinas	02		0,5
UTRA São José do Rio Preto	03		0,3
UTRA Marília	01		0,1

Fonte: DPDAG/SP

Quadro A.2.2.3.1.24 - Identificação da Ação OPERASPAE 13

Código	2B17	Tipo: Atividade
Título	FISCON-Fiscalização de Contratos de Repasse	
Iniciativa	02Y6 – Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção de processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados	
Objetivo	Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética	Código: 0750
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação				
Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.889,70	32.889,70	24.950,47	928,85	7.010,38
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores				
Ação: Fiscontrato				
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	
655,20		170,10	929,80	

Fonte: DPDAG/SP; PPA 2012-2015; SIAFI GERENCIAL; LOA 2013

No âmbito da SFA, a execução desta ação consistiu no atendimento às Decisões Judiciais, onde a União foi condenada a executar a fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS do setor Sucroalcooleiro, motivadas por Ações Cíveis Públicas patrocinadas pelo Ministério Público Federal, nas diversas regiões do Estado, visando o cumprimento do estabelecido no Art. 36 da Lei 4870/1965.

Esta Lei obriga os produtores de cana, açúcar e álcool a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens: 1% do valor oficial da cana e do açúcar e 2% do valor do álcool. Como resultado da fiscalização da safra 2011/2012, o valor total devido pelas empresas para aplicação no PAS – Plano de Assistência Social foi calculado em R\$ 522,8 milhões.

Esta ação é executada tão somente mediante ordem judicial, de modo que em 2013 havia 89 empresas condenadas judicialmente. Neste sentido, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 14/12/2009 o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, estabelecendo o aspecto de ação de cada instituição. No dia 06/12/2011 foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação do Acordo de Cooperação Técnica – MAPA / MTE, cujo Extrato foi publicado no DOU de 15/12/2011.

Todavia, em 09/10/2013 foi publicada a Lei 12.865 que, no inciso IV do art. 42, revogou o art. 36 da Lei 4870/65 que dispunha sobre o PAS. Assim, essa ação deixou de ser exe-

cutada a partir de outubro/2013. A Advocacia Geral da União está notificando os Tribunais da Justiça Federal para revogação das decisões judiciais.

Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS						Tabela 171	
ATIVIDADE	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	
Usinas Fiscalizadas	Nº	26	39	51	60	73	
Associações de Produtores Fiscalizadas	Nº	02	03	03	04	04	
Termos de Início de Fiscalização	Nº	01	41	42	64	77	
Termos de Fiscalização	Nº	28	41	56	64	77	
Termos de Intimação	Nº	13	25	26	12	13	
Relatórios	Nº	28	40	51	64	77	
Valor devido ao PAS	R\$ milhões	nd	nd	nd	221,5	522,8	

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 172	
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
DPDAG/SFA-SP	03	1,5	
UTRA Campinas	02	0,5	
UTRA São José do Rio Preto	04	1,0	
UTRA Presidente Prudente	01	0,05	
UTRA Marília	01	0,05	

Fonte: DPDAG/SP

PROGRAMA 2105 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA

Quadro A.2.2.3.1.25 - Identificação da Ação MANUTSFAS 13

Código	4716	Tipo: Atividade
Título	Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	
Programa	Gestão e Manutenção do MAPA	Código: 2105
Unidade Orçamentária	22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
Ação Prioritária	Não	

Fonte: DAD; PPA 2012-2015;

A Divisão de Apoio Administrativo – DAD, é responsável pela execução das atividades de administração em geral e o processamento da execução orçamentária e financeira, consoante às orientações da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva/MAPA.

Tem como missão zelar pela correta aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, pautando-se na missão institucional e nos fundamentos constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

A natureza das atividades da DAD é vinculada ao atendimento das necessidades dos serviços da atividade fim da SFA/SP. Os macroprocessos de apoio são executados e gerencia-

dos com base em normas legais e em procedimentos, de forma a atender os requisitos dos processos finalísticos e manter o desempenho da Superintendência.

O crédito disponibilizado para esta ação é distribuído pelo Coordenador Nacional, e, após a indicação dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho, com o lançamento mensal da programação orçamentária no Sistema Orçamentário, SIOR, para atender as despesas tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações.

No exercício de 2013 o limite disponibilizado nesta ação para custeio foi de R\$ 4.900.000,00; mais um montante de R\$ 900.000,00 para atender o Plano de Melhorias da SFA/SP, assim distribuídos: Reforma estrutural do edifício sede da SFA/SP – R\$ 562.472,00, sistema eletrônico de segurança e monitoramento por câmeras de circuito fechado – R\$ 270.000,00 e aquisição de material permanente – R\$ 67.522,06.

O montante de RP não processados em 2013 deve-se ao contrato assinado para execução da obra de reforma estrutural no prédio sede da SFA/SP, bem como a realização de prego para aquisição do sistema eletrônico de segurança e monitoramento por câmeras de circuito fechado no edifício sede, ambos realizados no final do exercício, sem tempo hábil para entrega dos serviços e materiais adquiridos.

Conforme demonstra o quadro abaixo, excluindo-se o montante referente ao Plano de Melhorias da SFA/SP, a maior parcela dos créditos disponibilizados para o exercício de 2013 foi utilizada no pagamento dos contratos de prestação de serviços terceirizados – vigilância, limpeza, apoio administrativo, seguido das despesas com telefonia, energia elétrica, rede de água e esgoto, correio, contratos de manutenção de equipamentos/máquinas e locação de imóvel.

Ano	Despesa Autorizada	Despesa Executada	Saldo	%
2009	4.578.969,55	4.578.566,27	403,28	99,99%
2010	6.950.747,79	6.491.443,50	409.690,81	93,39%
2011	6.540.258,16	6.539.197,38	1.060,78	99,98%
2012	7.112.451,22	7.091.936,00	20.515,22	99,71%
2013	5.799.901,54	5.799.820,27	81,27	99,99%

Fonte: SEOF/DAD/SP

ND	Programado	Liberado	Liquidado	Pago	A Executar	Disponível	%
339014	72.000,00	49.210,00	49.128,73	49.128,73	-	81,27	99,83%
339030	138.000,00	118.944,52	108.694,03	93.223,07	25.721,42	-	100%
339033	10.500,00	3.800,00	3.101,79	3.101,79	698,21	-	100%
339037	3.409.713,00	3.306.789,34	2.967.480,76	2.502.826,92	803.962,40	-	100%
339039	1.243.300,00	1.397.431,47	1.053.333,61	941.015,89	456.415,60	-	100%
339047	3.500,00	3.236,71	2.952,39	2.952,39	284,32	-	100%
339093	6.987,00	9.495,32	7.979,76	7.979,76	1.515,56	-	100%
339139	16.000,00	11.000,12	2.094,00	2.094,00	8.906,12	-	100%
449051	840.000,00	832.472,00	-	-	832.472,00	-	100%
449052	60.000,00	67.522,06	7.990,00	-	59.532,06	-	100,00%
TOTAL	5.800.000,00	5.799.901,54	4.202.755,07	3.599.370,16	2.189.507,69	81,27	99,99%

Fonte: SEOF/DAD/SP

Principais Despesas						Tabela 175
	2011		2012		2013	
MANUTSFAS	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
Vigilância	1.490.405,00	1.714.969,30	1.891.620,00	1.876.491,37	1.989.388,00	1.995.722,72
Limpeza	690.676,66	690.507,34	809.854,00	795.013,86	880.000,00	795.369,32
Recepcionista/Telefonista	299.697,60	324.669,22	431.545,75	311.792,60	540.325,00	515.697,30
Água / Esgoto	121.000,00	142.878,98	118.000,00	100.784,21	100.000,00	112.705,35
Energia	213.167,56	245.060,65	215.000,00	186.553,75	160.000,00	150.570,58
Deslocamento	94.500,00	96.034,13	80.000,00	77.902,30	82.500,00	52.928,73
Telefonia	296.523,24	336.360,77	296.000,00	342.610,96	300.000,00	318.241,83
Manutenção Veículos	20.533,13	11.712,11	20.000,00	44.967,84	10.000,00	54.264,71
Combustível	81.298,00	87.587,32	97.000,00	58.583,88	51.000,00	38.289,26
Correio	168.425,00	149.216,92	144.000,00	195.317,66	190.000,00	183.363,50
Manutenção Diversas	100.000,00	43.192,26	47.000,00	13.171,00	60.000,00	11.550,00
Locação Imóvel	270.000,00	226.015,20	396.000,00	365.104,80	396.000,00	338.258,96
TOTAL	3.846.226,19	4.068.204,20	4.546.019,75	4.368.294,23	4.759.213,00	4.566.962,26

Fonte: SEOF/DAD/SP

Frente ao corte de despesas discricionárias anunciado pelo Decreto Presidencial nº 8.062, de 29/07/13 e os limites impostos pela Portaria nº 267, de 30/07/13 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG, que reduziu os limites de movimentação e empenho, em custeio, e a Portaria/MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, que limitava o empenho das despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, a SFA/SP implantou um Plano de Contenção de Despesas Emergencial, remanejando os recursos dos subitens, visando impedir a paralisação total das atividades e priorizando as despesas de conservação do patrimônio público.

A maioria das metas planejadas no exercício de 2012 foram concretizadas no decorrer do exercício de 2013, a exemplo da conclusão da troca dos elevadores do edifício da SFA-SP, reforma do imóvel e a construção do poço artesiano na Unidade de São Roque, bem como a primeira etapa da reforma do imóvel para a nova sede do SVA/Santos.

O exercício de 2013 foi bastante satisfatório no tocante às ações coordenadas pela Divisão de Apoio Administrativo, em particular no que se refere às realizações e conclusões das obras e serviços de engenharia, procurando atender de maneira prática e objetiva as demandas oriundas dos diversos setores desta Superintendência, visando contribuir para melhorar as condições de trabalho e de acessibilidade dos servidores, visitantes e do público em geral.

De acordo com o Regimento Interno da SFA/SP, a Divisão de Apoio Administrativo possui a seguinte estrutura organizacional:

1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP;
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/SAG/SFA-SP;
 - 1.2. Setor de Material e Patrimônio - SMP/DAD/SFA-SP;
 - 1.3. Setor de Protocolo - SPR/DAD/SFA-SP;
 - 1.4. Setor de Transporte - STR/DAD/SFA-SP;
2. Setor de Compras e Contratos - SCC/DAD/SFA-SP;
3. Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-SP;
4. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP.

Atualmente a Divisão de Apoio Administrativo conta com 32 servidores, sendo 22 servidores do quadro permanente do MAPA, 09 servidores do extinto BNCC e 01 servidor do

MEC. Também contamos com a colaboração de 08 estagiários, 01 administrador de rede, 07 recepcionistas, 01 controlador de acesso e 04 telefonistas.

Servidores da DAD por Faixa Etária X Tempo de Serviço				Tabela 176
Tempo de Serviço	Idade			
	40 a 50	51 a 60	> 60	
25 a 28	1	1		
29 a 30	2	5	2	
31				
32		1		
33				
34		3		
35		1	3	
> 35		8	5	
TOTAL	3	19	10	

Fonte: SGP/DAD/SP

Servidores da DAD com Abono Permanência						Tabela 177
Exercício de 2012			Exercício de 2013			
Total Servidores	Servidores com Abono	%	Total Servidores	Servidores com Abono	%	
24	15	62	22	13	59	

Fonte: SGP/DAD/SP

Sobre o quadro de pessoal, ressaltamos que o número de servidores efetivos é insuficiente para as atividades desenvolvidas nos vários serviços e seções, sendo que somente com o apoio dos terceirizados e estagiários estamos conseguindo atender toda a demanda.

A necessidade de concurso público e a criação do plano de carreira para a categoria são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades executadas, pois dos 22 servidores do quadro, 13 estão gozando o privilégio do abono permanente e os 9 servidores do extinto BNCC já possuem tempo de serviço e idade para requisitar a aposentadoria. Mesmo considerando-se o cenário adverso, a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro.

Principais Produtos	2009	2010	2011	2012	2013
Inclusão de material permanente	873	501	891	506	469
Termo transferência externa recebido	15	06	08	06	16
Emissão termo transferência interna	370	388	438	711	8071
Manutenção Frota Veículos	77	68	72	101	93
Processos licitatórios	121	97	96	98	95
Pedidos de serviços e materiais	539	472	416	393	337
Autuação de Processos Administrativos	26.092	27.832	17.397	15.439	15.726
Tramitação de Processos Administrativos	34.152	28.160	25.119	26.882	21.349
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	12	08	16	8	1
Emissão de Notas de Empenho (SIASG)	837	862	1.038	1.018	1.108
Emissão de Notas de Empenho (SIAFI)	725	646	897	656	585
Diárias processadas na SFA	5.119	5.646	4.165	3.846	3.477
Passagens processadas na SFA	510	519	410	372	337
Pagamentos Efetivados	10.019	9.944	9.379	8.269	7.759
Concessão Licença-Maternidade	09	15	17	19	3

Concessão de Auxílio-Funeral	18	27	28	26	24
Concessão de Pensão	26	18	22	17	18
Concessão Aposentadorias	30	31	25	27	72
Concessão de licença médica (dias)	10.034	10.480	9.378	9.702	6.836
Concessão de licença médica (nº)	464	412	401	376	250
Realização de perícia médica presencial singular	130	58	40	51	93
Realização de perícia médica presencial singular por junta médica	--	--	--	33	34
Concessão de Licença Assiduidade	145	169	145	160	226
Concessão de abono permanência	62	56	47	98	28
Concessão de adicional de Insalubridade	58	43	12	9	3
Revisão de Pensão	21	275	24	3	34
Revisão de Aposentadoria	15	13	33	34	26
Instrução de Processos Judiciais	90	35	89	44	67
Atendimento de Auditoria	12	07	9	6	0
Processos de Pagamento Anteriores	167	411	209	119	283
Portaria Homologada	464	403	379	380	406
Publicação em Boletim de Pessoal	8603	8.332	4.910	3.625	4.224

Fonte: DAD/SP

A DAD tem como diretriz, para o exercício de 2014, manter as atividades da área meio funcionando dentro do conceito de qualidade razoável junto aos usuários dos diversos serviços da SFA/SP, da seguinte forma:

- dar prosseguimento aos trabalhos de mapeamento de processos com o objetivo de redesenhar rotinas, maximizar tempo de atendimento e evitar retrabalho;
- desde 2008 a DAD vem promovendo mutirões para sanar pendências nas suas diversas áreas. No exercício de 2014 este trabalho continuará.

Indicadores Gerenciais

Atualmente a Divisão de Apoio Administrativo trabalha com indicadores de eficácia, como: Índice de dias de afastamento por Licença Médica, Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica, Índice de FFA's afastados, Índice de Técnicos Agropecuários afastados, Índice de Servidores Administrativos afastados, Índice de Produtividade na Concessão de Aposentadoria, na Conclusão de Processos de Licitação, no Pagamento de Diárias e na Emissão de Empenhos.

Principais Indicadores		Tabela 179				
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Eficácia - Índice de servidores administrativos da DAD em relação ao total de servidores ativos (Isartsa) – (Quantidade de servidores DAD/Quantidade servidores ativos) x 100						
<i>Isartsa</i>	%	2,43	2,30	2,27	2,92	3,05
Eficácia – Conformidade dos Processos licitatórios (Icfplic) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100						
<i>Icfplic</i>	%	100	90,0	81,35	98,98	76,66
Eficácia - Conformidade da gestão (Icfig) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100						
<i>Icfig</i>	%	100	100	100	100	100
Eficácia – Execução Orçamentária e Financeira (Ieof) – recursos empenhados / recursos provisionados) x 100						
<i>Ieof</i>	%	97,74	92,26	99,98	99,71	99,99
Eficácia – Índice de atendimento do almoxarifado (Iaalm) – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100						

<i>Iaalm</i>	%	100	100	100	100	100
Eficiência - Produtividade na concessão de aposentadoria (Ipapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação						
<i>Ipapc</i>	Nº	15	16,5	12,5	13,5	36
Eficiência – Produtividade na conclusão de processos de licitação (Iplíc) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos						
<i>Iplíc</i>	Nº	60	48,5	48	24,5	23
Eficiência – Produtividade no pagamento de diárias (Ippd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos						
<i>Ippd</i>	Nº	2559	2823	2082,50	961,5	870
Eficiência – Produtividade na emissão de empenhos (Iemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos						
<i>Iemp</i>	Nº	781	525	967,5	837	846

Fonte: DAD/SP

Índice de Produtividade: somente demonstra o esforço individual despendido pelos servidores envolvidos na execução das respectivas atividades haja vista que toda a demanda atende aos requisitos legais e são realizados dentro do prazo.

2.3 Informações sobre outros Resultados da Gestão

Os resultados da Gestão estão inseridos dentro da atuação de cada uma das iniciativas (pagina 21 até 137).

Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estruturas de Governança

O modelo de Governança da Unidade se utiliza dos fundamentos e critérios do Modelo de Excelência em Gestão Pública, MEGP, norteado pelo artigo 37, da Constituição que dispõe sobre a forma como se deve proceder no que diz respeito à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência quando da realização de atos da administração pública.

Neste sentido, é importante observar que a gestão estratégica faz parte da cultura organizacional da UJ uma vez que é praticada ininterruptamente desde 1996, quando foi implantado o Programa de Qualidade Total. Com a adesão, em 1999, ao Programa de Qualidade no Serviço Público, (PQSP) hoje Programa Nacional de Gestão Pública, GESPUBLICA, houve uma mudança organizacional significativa quando a UJ passou do modelo clássico, tradicional, de gestão, caracterizado pelas decisões centralizadas, para o modelo de decisões participativas, com foco nos resultados, trabalhando na elaboração de Planos Operativos Anuais, Plano de Melhorias que passaram a servir de balizamento para o controle interno.

Nota-se que a partir da adoção do MEGP, de certa forma, iniciou-se o aprimoramento dos controles internos da unidade. Basta observar que a SFA/SP foi a primeira unidade do MAPA a definir valores como missão, visão, compromisso, objetivos, padronizações de ações, sistema de medição, estabelecendo um planejamento estratégico quadrienal. Como resultante foi também a primeira unidade do Ministério da Agricultura a receber prêmios de excelência (PQGF) e destaque como administração pública (*Top of Mind*). O modelo adotado tem se mostrado relevante, sobretudo no que refere à simplificação e modernização administrativa, com ênfase na regularidade da gestão técnica e de pessoal, gestão patrimonial e material e gestão orçamentária e financeira.

Na condição de unidade descentralizada do Mapa é composta de divisões/serviços (item 1) que executam as ações finalísticas e de apoio previstas nos planos, programas, iniciativas.

Com vistas ao acesso à informação, a UJ busca permanentemente a transparência da gestão com disponibilização à sociedade de canais de comunicação (item 10). Também faz parte desse esforço o funcionamento do Comitê de Clientes (Portaria SFA/SP1062/2005) – o primeiro comitê que se tem notícia na administração pública direta - a elaboração da Carta de Serviços, as reuniões com parcelas da sociedade e com outros órgãos do governo municipal, estadual e federal. Ainda vale assinalar que anualmente o RG é disponibilizado para avaliação do cidadão e da sociedade.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O controle interno no Mapa é exercido pela Assessoria Especial de Controle Interno, AECI, subordinada ao Gabinete do Ministro da Agricultura. Funciona em colaboração e extensão da Secretaria Federal de Controle Interno, SFC, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e às disposições da Lei nº 10.180/2001. A AECI acompanha no âmbito do MAPA a observância aos quatro eixos de atuação da Corregedoria-Geral da União, AGU: 1) Avaliação da Execução dos Programas Governamentais; 2) Avaliação da Gestão dos Administradores, 3) Ações Investigativas e 4) Orientação Preventiva aos Gestores.

Ambiente de Controle: Os controles da SFA/SP, em consonância com as diretrizes AECI, são feitos em sistemas que envolvem toda a estrutura técnica e administrativa visando

ao aprimoramento da gestão na execução das políticas públicas e a melhoria no atendimento ao cidadão e à sociedade. Esses controles integram e são de gestão dos órgãos centrais do MAPA e/ou MPOG com exceção do SISVIGIAGRO – sistema para apoiar a fiscalização agropecuária internacional em operação nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos que foi gerado na SFA/SP, através de parceria, com sua gestão feita em nível local.

Avaliação de riscos: zelar pelo respeito aos fundamentos constitucionais que pautam os atos da administração pública, em especial, aos que se referem a moralidade, legalidade e à transparência bem como monitorar o cumprimento da legislação. Esta é a forma mais adequada adotada pela SFA/SP para minimizar os riscos no exercício de suas competências regimentais. A geração e a integridade das informações, a guarda e a tramitação de documentos, a segurança patrimonial, são garantidas por mecanismos de segurança estabelecidos em normas específicas com que dispõem sobre senhas e níveis de acessos.

Atividades de Controle: Os Serviços Técnicos e Administrativos se responsabilizam pela guarda, organização e integridade dos documentos inerentes as respectivas áreas de atuação. Para cada sistema disponível existe graduação de níveis de segurança com senhas, tokens para acessos conforme a responsabilidade funcional do servidor. Por exemplo, as autorizações e/ou homologações de decisões, contratos, licitações são de exclusiva competência dos ordenadores de despesas da Unidade que estão habilitados, credenciados e cadastrados, possuindo tokens para a liberação de documentos nos sistemas específicos.

Informação e Comunicação: a Política de Segurança da Informação e Comunicações do MAPA orienta quanto aos procedimentos de proteção das informações e está em conformidade com as diretrizes gerais do governo federal, com a legislação brasileira e as normas da ABNT. Visa a garantir a continuidade das atividades das Unidades, minimizando os riscos. Evita as tentativas de ataques de negação de serviços, bloqueia os acessos indevidos e monitora as informações que trafegam na rede.

Monitoramento: O MAPA conta com aproximadamente 59 sistemas informatizados que funcionam como ferramenta auxiliar nos trabalhos de monitoramento das ações e dos resultados o que possibilita o realinhamento das ações, as tomadas de decisões, a melhoria da gestão e sobretudo o cumprimento das normas de segurança.

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	Tabela 180				
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

3. 3 Remuneração paga aos administradores

3.4 Estrutura e atividades do sistema de correição da Unidade e

3.5 Demonstração do cumprimento dos artigos 4 e 5 da Portaria CGU 1043/2007

A estrutura e as atividades do sistema de correição da Unidade, outro mecanismo de controle, recebem orientação da Coordenação Geral de Procedimentos Disciplinares, CGPD/MAPA, extensão da Corregedoria Setorial do Ministério da Agricultura na Corregedoria Geral da União, por força do art. nº 5 do Decreto 5480/2005. Compete à CGPD/MAPA avaliar, supervisionar e acompanhar todos os procedimentos disciplinares do MAPA independente do universo da organização onde se originou a ocorrência.

É atribuição da SFA/SP manter dois servidores designados pela Portaria SFA/SP nº 0288/2011 para as funções de interlocutor e cadastrador da CGDP na Unidade, respectivamente para desenvolver as atividades de acompanhamento de solicitações pontuais e de cadastramento no SISCOR, Sistema de Correição da CGU, as informações de todas as fases dos Processos Administrativos Disciplinares, PADs, e das sindicâncias investigativas instaurados pela SFA/SP, atendendo a Portaria 1043/2007 bem como levantar informações para subsidiar a Ouvidoria MAPA nas respostas às demandas referentes a fatos disciplinares. No julgamento de servidores, o gestor principal da SFA/SP só tem competência legal para aplicar penalidades de até 30 dias de suspensão, em processos por ele instaurados.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

As ações mais representativas da SFA/SP estão descritas na Figura 1 (página 20) onde consta a relação/correlação dos Programas Temáticos do PPA com os respectivos objetivos, estratégias e iniciativas que são desenvolvidas/executadas em consonância com as diretrizes do MAPA, missão, visão e os dispositivos da Portaria 428/10 (Regimento Interno da UJ).

Para efeito de gestão, estas ações são desdobradas em:

- a) Processos finalísticos (subitem 1.4) e processos de apoio (subitem 1.5);
- b) Planos Operativos da DDA (SIPOA, SIPOV, SEFIA, SEFIP, SSA, SSV, SVAs, EQC, DPDAG (SESAG) e DAD (SEOF e SGP).

A partir da meta global do MAPA (Portaria Ministerial 1.091/2012) foi fixada a meta da SFA/SP para 2013.

Neste sentido, o compromisso da Alta Administração foi monitorar e comparar o realizado com o programado de modo a atingir os resultados esperados, promovendo quando necessário o realinhamento pertinente e atuando para minimizar/eliminar riscos ou impactos não desejáveis.

Com efeito, o sistema de medição para monitoramento do desempenho foi definido levando-se em consideração os Programas Temáticos do PPA, o Regimento Interno da UJ, a meta global do MAPA, as metas intermediárias (da SFA e Serviços), metas individuais e os requisitos e necessidades dos clientes/cidadão/sociedade.

No que se refere aos Padrões de Trabalho, são sistematicamente utilizados, para integrar e correlacionar os principais IDs, as reuniões semanais da alta administração (42 reuniões/ano) inclusive para análise crítica do desempenho; atas das reuniões mensais do Comitê da SFA/SP; sistema colegiado (participativo) de Gestão; Planos Operativos; Relatórios de Avaliação (RAs), de auditorias internas e externas.

Com relação ao desempenho da organização, destacam-se:

Meta global da SFA/SP: Atingir o índice 80% das metas pactuadas pelos serviços.

Periodicidade do monitoramento: mensal

Índice atingido: 87,56% (média harmônica):

Índice de aplicabilidade de Recursos Orçamentários e Financeiros:

Meta: 100%

Periodicidade: mensal

Índice atingido: 99.99%

Exemplos de Indicadores de interesse da sociedade no que diz respeito a saúde pública uma vez que efetividade dos controles da UJ (inspeção, fiscalização, liberação) impede que produtos não conformes ou contaminados cheguem à mesa do consumidor:

- **Nº total acumulado de estabelecimentos registrados em 2013 na UJ: 8.5 mil.** Para este indicador não existe meta, pois depende de demandas do setor.

- **Nº total acumulado de produtos registrados na UJ: 74. 6 mil.**(igualmente não existe meta estabelecida)

-**Nº de animais abatidos (bovinos, suínos, aves e ovinos) inspecionados pela SFA/SP: 563.7 milhões.**

- **Índice de conformidade dos produtos de origem animal: 96,54%** (superior ao ano anterior).

- **Índice de conformidade de processos produtivos: 99,20%** (superior ao ano anterior).

- **Índice de animais vacinados contra febre aftosa: 98,13%.**

- **Índice de conformidade no controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetais: 88,9%**

- **Índice de conformidade com a legislação em produtos vegetais: 88,2%.**

Nos quadros de identificação das ações deste RG (a partir da página 21) estão inseridas as fórmulas para cálculos dos indicadores de capacidade, eficiência, eficácia e conformidade dos serviços bem como os demais resultados alcançados em termos qualitativos/quantitativos, no exercício, e que tiveram reflexos significativos nos objetivos estratégicos “garantir serviços/produtos/insumos de qualidade e a segurança alimentar dos consumidores” .

Execução Orçamentária e Financeira

4.1 Execução Orçamentária e Financeira

4.1.1 Programação

O quadro A.4.1.1 (programação da despesas) deixa de ser apresentado por não se aplicar a esta SFA tendo em vista não sermos UO-Unidade Orçamentária.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A SFA/SP (UG – 130067) recebeu provisões orçamentárias das UGs Responsáveis deste Órgão, conforme se observa no quadro A.4.1.2.1. Registram-se também as provisões recebidas pela UG 130167 (Funcafé), descritas no quadro A.4.1.2.1 – Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas. Houve também o recebimento de provisões orçamentárias pela UG 130067 oriundas da UG 580036, do MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura, que se encontram registradas no quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Externa por Grupo de Despesa. Vide quadros abaixo:

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa Tabela 181

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130137	130167	20122210520000001	-	-	63.433,37
Recebidos	130167	130167	20122210520000001	-	-	7.900,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130002	130067	20122210520000001	-	-	5.132.877,63
Recebidos	280106	130067	20122210520000001	-	-	33.422,59
Recebidos	420013	130067	20122210520000001	-	-	61.881,73
Recebidos	130007	130067	20125202820ZX0001	-	-	2.548.871,52
Recebidos	420013	130067	20125202820ZX0001	-	-	32.543,76
Recebidos	420013	130067	20541201485930001	-	-	1.631,93
Recebidos	420013	130067	20608201420ZV0001	-	-	17.132,81
Recebidos	130007	130067	20609202820ZW0001	-	-	2.002.782,74
Recebidos	420013	130067	20665201486060001	-	-	38.883,82
Recebidos	130020	130067	20691201420ZT0001	-	-	3.455,37
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130002	130067	20122210520000001	899.994,06	-	-
Recebidos	130007	130067	20125202820ZX0001	409.404,83	-	-
Recebidos	130007	130067	20609202820ZW0001	91.187,74	-	-

Fonte: SEOF/DAD/SP

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa Tabela 182

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e	2 – Juros e	3 – Outras

				Encargos Sociais	Encargos da Dívida	Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	580036	130067	20122210520000001	-	-	275.061,23
Origem da Movimentação	UG			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	580036	130067	20122210520000001	7.000,00	-	-

Fonte: SEOF/DAD/SP

Os valores totais dessa movimentação em 2013 são os seguintes:

1. Quadro A.4.1.2.1 - Despesas Correntes = R\$ 71.333,37; Montante Total = R\$ 71.333,37.
2. Quadro A.4.1.2.1 - Despesas Correntes = R\$ 9.873.483,90; e Despesas de Capital = R\$ 1.400.586,63; Montante Total = R\$ 11.274.070,53.
3. Quadro A.4.1.2.2 –Despesas Correntes = R\$ 275.061,23; e Despesas de Capital = R\$ 7.000,00; Montante Total = R\$ 282.061,23.

4.1.3 Realização da Despesa

Os quadros A.4.1.3.1, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4 e A.4.1.3.6 deixam de ser apresentados por não se aplicarem a esta SFA tendo em vista não sermos UO-Unidade Orçamentária.

QUADRO A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créd de Movimentação								Tabela 183	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1 - Despesas de Pessoal							181.046		
33.90.08	181.046	123.259	181.046	123.259	-	-	-	-	123.259
33.90.92	-	3.458	-	3.458	-	-	-	-	3.458
2 – Juros e Encargos da Dívida									
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes							3.482.354		
33.90.37	4.645.503	4.179.162	4.169.512	3.667.613	475.990	511.549	2.041.006	3.479.727	
33.90.39	2.920.475	3.286.973	2.310.876	1.670.355	609.598	1.616.617	1.047.019	1.633.019	
33.90.14	1.047.019	1.308.553	1.047.019	1.308.553	-	0	820.829	1.308.553	
Demais elementos do Grupo	1.299.413	1.206.243	909.669	810.780	389.745	395.463	820.829	775.431	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4 – Investimentos									
44.90.51	832.472	709.000	-	-	832.472	709.000	-	-	
44.90.52	555.925	661.338	145.997	160.717	409.928	500.621	75.397	66.857	
Demais elementos do Grupo	19.189	-	7.000	-	12.189	-	7.000	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SP

QUADRO A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Cred. de Movimentação					Tabela 184	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga			
	2013	2012	2013	2012		

1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	7.826.054	4.728.533	5.992.682	4.420.610
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	7.826.054	4.728.533	5.992.682	4.420.610
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	2.333.322	1.499.381	1.358.623	1.461.475
h) Dispensa	908.643	739.339	682.815	717.272
i) Inexigibilidade	1.424.679	760.042	675.808	744.203
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.228.065	1.431.812	1.228.065	1.431.812
k) Pagamento em Folha	181.046	123.259	181.046	123.259
l) Diárias	1.047.019	1.308.553	1.047.019	1.308.553
5. Outros	294.646	81.551	243.969	72.949
6. Total (1+2+3+4+5)	11.682.087	7.741.277	8.823.339	7.386.846

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SP

Recursos Autorizados e Executados				Tabela 185	
Ano	Autorizado	Empenhado	Pago	Saldo	%
2012	11.911.904,00	11.636.138,20	7.478.960,99	275.766,00	97,68%
2013	11.556.132,00	11.501.042,00	7.654.651,69	55.090,00	99,52%

Fonte: SEOF/DAD/SP

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício

A execução orçamentária da SFA/SP não sofreu alteração significativa no período, apresentando desempenho semelhante ao atingido em 2012. O montante recebido teve uma diminuição de 3%, a aplicação dos recursos um acréscimo de 2,30% nas despesas pagas, e a diminuição de 26,86% nos RP não processados. A aplicação do montante recebido/empenhado foi de 99,52%, superando os 97,68% do exercício de 2012.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

Comparando-se as contratações realizadas por inexigibilidade, fundamentadas pelo Art. 25 da Lei 8.666/93, observamos um substancial aumento de aproximadamente 87% nas despesas; aumento este, originado principalmente pela contratação de empresa com notória especialização em manutenção predial (Inexigibilidade nº 22/2013 – Processo: 21052.001384/2013-00). Ressaltamos que tal despesa representou cerca de 74% deste aumento e foi imprescindível em virtude da atual e visível degradação estrutural no edifício sede da SFA-SP, sendo que os riscos encontram-se devidamente apresentados em laudo técnico. Adicionalmente, ocorreram outras despesas como a compra de material de uso veterinário requisitado pela área técnica, para uso nos programas de controle de resíduos e contaminantes (PN-CRC) e de vigilância em Encefalopatia Espongiforme Bovina; e, de contratação de estande para participação em feira internacional requisitada pelo DPDAG. Frente às despesas relativas às contratações enquadradas no art. 24 da Lei 8.666/83 (dispensas), esclarecemos que houve um aumento aproximado de 22% nas despesas principalmente em virtude da contratação de

empresas para a execução de pequenos reparos/manutenções em decorrência da atual falta de contratos para a conservação de bens móveis e imóveis.

Importante ressaltarmos que em 2013 houve um aumento de 42% no número de pregões gerenciados por esta unidade ou com participações com outros órgãos, procurando atender a todas as solicitações da área administrativa e da área técnica. No caso do elemento 339030, a maior parte dos pregões prestou-se para o registro de preços, em virtude da falta de recursos imediatos e pela necessidade de aquisições frequentes.

Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício de 2013 tiveram impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos. Nos contratos de prestação de serviços terceirizados com mão de obra alocada aplicamos a supressão unilateral de até 25% do valor contratual.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Conforme descrito no item anterior o corte de despesas discricionárias anunciado pelo Decreto Presidencial 8062/2013 e os limites impostos pela Portaria nº 267, de 30/07/13 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG, que reduziu os limites de movimentação e empenho, em custeio, e a Portaria/MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, que limitava o empenho das despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, causaram os impactos negativos na execução orçamentária, impactos esses que só não foram maiores porque a SFA/SP implantou um Plano de Contenção de Despesas Emergencial, remanejando os recursos dos subitens, visando impedir a paralisação total das atividades e priorizando as despesas de conservação do patrimônio público.

4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No exercício de 2013 não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou recursos.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores				Tabela 186
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	2.729.922	-	59.670	2.670.252
2011	3.733.252	23.185	962.331	-
2010	109.607	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	1.122.900	8.489	943.174	171.236
2011	354.430	-	304.029	-
2010	5.795	-	5.795	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL; SEOF/DAD/SP

4.3.1 Análise Crítica

Cabe ressaltar que esta Superintendência tem inscrito, ao final de cada exercício, determinado montante de despesas em Restos a Pagar não Processados. Essas despesas, em geral, correspondem à prestação de serviços com fornecimento de rede de água e esgoto, telefonia, energia elétrica, contrato dos terceirizados, dentre outras, cujas faturas de competência do mês de dezembro são enviadas em janeiro do ano seguinte. Não obstante, há também inscri-

ção em Restos a Pagar, de despesas com investimentos, em função de parcelas de serviços ou de aquisições ocorridas ao final do exercício, com previsão de entrega no exercício seguinte. Nesse contexto, logo após a entrega do material ou da realização do serviço, dá-se início ao processo de liquidação e pagamento dos restos a pagar não processados.

Um montante de R\$ 1.268.884,00 foram liquidados no mês de dezembro, porem não foram pagos por falta de recurso financeiro.

4.4 Transferências de Recursos

Não houve transferências de recursos nos exercícios de 2013, 2012 e 2011

4.5 Suprimento de Fundos

A SFA/SP não utilizou contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativo no exercício de 2013

Gestão de Pessoas Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO A.5.1.1.1 – Força de Trabalho em 31/12			Tabela 187	
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
➤ Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1046	1046	10	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	850	850	10	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	-	-
➤ Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
➤ Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
➤ Total de Servidores (1+2+3)	1046	1046	10	12

Fonte: SGP/DAD/SP

QUADRO A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho (Situação em 31/12)		Tabela 188
Tipologias dos Afastamentos		Nº de pessoas na situação
Cedidos (1.1+1.2+1.3)		-
Exercício de Cargo em Comissão		-
Exercício de Função de Confiança		-
Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)		-
Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)		-
Para Exercício de Mandato Eletivo		-
Para Estudo ou Missão no Exterior		11
Para Serviço em Organismo Internacional		-
Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País		-
Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)		-
De ofício, no interesse da Administração		0
A pedido, a critério da Administração		7
A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro		0
A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde		1
A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo		1
Licença remunerada (4.1+4.2)		-
Doença em pessoa da família		19
Capacitação		-
Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)		-
Afastamento do cônjuge ou companheiro		-
Serviço militar		-
Atividade política		-
Interesses particulares		3
Mandato classista		-

Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	42

Fonte: SGP/DAD/SP

QUADRO A.5.1.2.1 – Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (situação em 31/12) Tabela 189

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	23	23	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	23	23	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	17	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	24	24	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10	10	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	47	47	-	-

Fonte: SGP/DAD/SP

QUADRO A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária (situação em 31/12) Tabela 190

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.Provimento de cargo efetivo	14	157	142	401	285
1.1.Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira	14	157	142	401	285
1.3.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão	2	11	9	16	9
2.1.Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	5	4	10	2
2.3.Funções gratificadas	-	6	5	6	7
3.Totais (1+2)	16	168	151	417	294

Fonte: SGP/DAD/SP

QUADRO A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade (situação em 31/12) Tabela 191

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de cargo efetivo	0	22	0	79	360	602	0	0	1
1.1.Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.Servidores de Carreira	0	22	0	79	360	602	0	0	1

1.3.Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	20	27	0	0	0
2.1.Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.Grupo Dir e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	17	0	0	0
2.3.Funções gratificadas	0	0	0	0	14	10	0	0	0
3.Totais (1+2)	0	22	0	79	380	564	0	0	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/DAD/SP

Principal dificuldade:

A falta de servidores efetivos e a iminente ameaça da diminuição da força de trabalho por aposentadorias, óbitos e a falta de concurso público para repor o quadro. A SFA/SP iniciou o ano de 2013 com 1117 servidores e encerrou o exercício com 1046.

Em relação a idade dos servidores a nossa realidade é preocupante, 28% estão acima de 60 anos, 39,5% na faixa de 51 a 60 anos, 15% entre 41 e 50 anos, 16% entre 31 e 40 anos, restando apenas 1,5% com menos de 30 anos.

O número de servidores da SFA/SP que já podem se aposentar representam 45% do efetivo. No ano de 2012 ocorreram vinte e sete aposentadorias, no exercício de 2013 foram concedidas setenta e duas aposentadorias, e não existe previsão para a reposição do quadro funcional.

Quadro A.5.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores										Tabela 192
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos (a SFA/SP não possui servidores nessa categoria)										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2013	91.339.838,62	4.000,01	38.970.947,49	9.986.236,20	6.294.602,60	922.777,08	410.721,62	497.268,24	1.651.310,11	149.077.701,97
2012	59.352.683,82	30.957,93	75.064.894,77	15.030.984,74	4.693.247,86	768.200,00	484.168,63	10.874,14	10.663,08	150.077.701,97
2011	59.389.745,89	5.920,00	75.147.085,94	16.024.490,08	4.759.777,90	701.545,00	501.700,50	-	10.454,31	156.540.719,62
Servidores com Contratos Temporários (a SFA/SP não possui servidores nessa categoria)										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2013	193.557,86	-	125.929,77	-	7.145,87	1.266,00	-	-	-	327.899,50
2012	39.785,56	-	16.990,00	-	1.216,00	160,00	-	-	-	58.151,56
2011	218.914,23	-	129.468,03	-	7.296,00	984,00	2.409,45	-	-	359.071,71
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial (a SFA/SP não possui servidores nessa categoria)										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	3.656.192,58	462.209,80	358.015,99	173.973,37	118.504,59	43.007,17	6.849,76	-	58.781,16	4.877.534,42
2012	2.090.455,04	456.971,70	1.881.724,25	405.376,17	98.514,24	40.817,55	2.484,95	-	-	4.976.343,90
2011	2.097.237,21	463.453,43	1.905.424,29	359.869,33	100.738,16	31.440,42	10.123,97	-	9.351,84	4.977.638,65
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2013	3.627.497,14	187.109,66	567.660,56	234.368,06	174.822,38	46.313,21	2.283,26	22.258,15	68.247,97	4.930.560,39
2012	2.401.816,75	193.046,72	1.880.591,74	481.759,20	154.450,18	41.108,54	1.719,57	-	1.293,96	5.155.786,66
2011	2.355.559,84	197.543,99	1.826.347,05	464.256,65	174.718,15	54.380,64	12.807,14	-	12.959,34	5.098.572,80

Fonte: SGP/DAD/SP

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos (situação em 31.12) Tabela 193

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	Servidores Aposentados até 31/12	Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	72	0
1.1 Voluntária	67	-
1.2 Compulsória	5	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
Outras	-	-
Totais (1+2)	72	0

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão em 31/12 Tabela 194

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
Aposentado	18	18
1.1. Integral	18	18
1.2. Proporcional	0	0
Em Atividade	4	4
Total (1+2)	22	22

Fonte: SGP/DAD/SP

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) Tabela 195

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	152	-	152
Concessão de aposentadoria	72	27	72	27
Concessão de pensão civil	22	20	22	20
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração fundamento legal de ato concessório	-	10	-	10
Totais	94	209	94	209

Fonte: SGP/DAD/SP

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) Tabela 196

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SI-SAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	-	01	-	01

Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	01	-	01	-
Total	01	01	01	01

Fonte: SGP/DAD/SP

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC **Tabela 197**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	48
Concessão de pensão civil	-	-	-	86
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	134
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: SGP/DAD/SP

Quadro A.5.1.5.4– Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) **Tabela 198**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: SGP/DAD/SP

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O monitoramento para identificar eventual acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos, beneficiárias de pensão, aposentadorias pelo RGPS e RPPS, e possível acumulação de cargos de servidores ativos é feito através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gerando trilhas ou processos individuais, encaminhado para o Órgão Central (MAPA) que por sua vez encaminha para a SFA/SP verificar a veracidade das informações, bem como a necessidade de providências para sanar a situação, orientando o servidor ou o beneficiário de pensão para a escolha da opção mais vantajosa.

5.1.6 Providências adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) Em 2013 não houve acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos;

b) Como não houve acumulação indevida, não foram feitas notificações;

c) Como não houve acumulação indevida, não foram abertos processos administrativos disciplinares.

5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Panorama SFA/SP		Tabela 199	
	2012	2013	
Número de Servidores totais da SFA (ativo+inativo+pensionistas)	2.350	2.304	
Número de Fiscais Federais Agropecuários	396	361	
Número de Agentes de Inspeção de Produtos de Origem Animal	494	464	
Número de Agentes de Atividades Agropecuárias	16	15	
Número de Servidores de Apoio Administrativos - na área fim	179	188	
Número de Servidores de Apoio Administrativos - na área meio	33	32	
Número de Aposentados – Geral	503	546	
Número de Pensionistas – Geral	720	712	
Número de Estagiários das Áreas Finalísticas	65	54	
Número de Estagiários das Áreas Meio	10	12	
Número de Fiscais Federais afastados por licença médica	154	115	
Nº de AIISPOA afastados por licença médica	162	67	
Nº de Servidores da Área Administrativos afastados por licença médica	12	08	
Numero de Treinamentos Programados Total	33	31	
Numero de Treinamentos Realizados – Total	24	19	
Servidores Cedidos de outros órgãos que atuam na área fim	0	2	
Servidores Cedidos de outros órgãos que atuam na área meio	0	0	
Servidores Administrativos cedidos a outros Órgãos	2	0	
Número de servidores Administrativos com formação de nível superior	8	8	

Fonte: DAD/SP

Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP		Tabela 200				
	2009	2010	2011	2012	2013	
Total de Servidores Ativos	1191	1172	1147	1117	1046	
Evolução %	102%	101%	98%	96%	87,82%	

Fonte: DAD/SP

Servidores com Abono Permanência		Tabela 201	
Total Servidores	Servidores com Abono	%	
1046	503	45	

Fonte: DAD/SP

Principais Indicadores		Tabela 202				
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Eficácia - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (Ialimed) – (Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100						
Ialimed	%	2,31	2,45	8,98	2,35	1,79
Eficácia – Índice de servidores totais afastados por licença médica (Ialimedn) - (Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100						
Ialimedn	%	38,95	35,27	34,96	33,36	23,90

Eficácia – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (Iaffa) – (Quantidade de FFAs/ (total de FFAs) x 100						
Iaffa	%	38,57	40,54	38,27	38,88	31,85
Eficácia – Índice de servidores de DAD com afastamento licença médica (Iaadm) – (Quantidade de Servidores DAD afastados/ (total de servidores DAD) x 100						
Iaadm	%	35,71	44,44	34,61	36,36	25
Eficácia – Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (Iagtec) – Quantidade de AIISPOA afastados/ (total de AIISPOA) x 100						
Iagtec	%	37,54	33,39	33,77	32,79	14,43

Fonte: DAD/SP

Aposentadoria versus reposição do quadro.

A principal dificuldade no decorrer do exercício de 2013 foi a falta de servidores efetivos e a eminente ameaça da diminuição da força de trabalho por aposentadorias, óbitos e a falta de concurso público para repor o quadro.

O número de servidores da SFA/SP que estão aptos a aposentar, já representa 45% do efetivo. No ano de 2012, vinte e sete servidores se aposentaram, sendo que no ano de 2013 foram setenta e duas aposentadorias, e não existe previsão para a reposição do quadro funcional.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo – SFA/SP, não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da SFA/SP.

Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Tabela 203

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo													
UG/Gestão: 130067													
CNPJ: 00396895/0028-45													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2008	V	O	02/2008	62874094000185	01/05/2008	01/05/2014	64			59			P
2011	L	O	02/2011	09508389000155	01/03/2011	01/03/2016	42	36					P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SCC/DAD/SFA/SP

Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Tabela 204

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo –SFA/SP											
UG/Gestão: 130067											
CNPJ: 00.396.895/0028-45											
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contra-		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.

					tadas		F		M		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2011	4	O	04/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			03	02		P
2011	5	O	04/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			09	07		P
2011	7	O	04/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			05	04		P
2011	12	O	04/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			01	01		P
2011	5	O	05/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			05	05		P
2011	5	O	06/2011	07836985000139	01/12/2011	01/12/2016			01	01		P
2012	5	O	01/2012	07836985000139	01/02/2012	01/12/2016			03	03		P

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras (Porteiro)

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/DAD/SP

5.2.5 Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

A principal dificuldade encontrada na Gestão e Fiscalização dos Contratos de terceirizações esbarra novamente na carência de servidores na área de apoio administrativo. A gestão do contrato deve ser realizada por servidor devidamente qualificado que tem como responsabilidade o acompanhamento das normas legais, o estudo das alterações do contrato, como repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes, verificação dos documentos exigidos no momento da fase da liquidação da despesa.

As funções inerentes à gestão do processo de contratação e a fiscalização da execução dos serviços devem ser realizadas por servidores distintos e, pela ausência de servidores essa não é a nossa realidade.

Cabe citar também os constantes atrasos nos repasses dos recursos financeiros para o pagamento das contratações em geral. Os atrasos geram desconforto para os fiscais e gestores que devem cobrar a correta execução contratual estando inadimplente com os contratados.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários					Tabela 205
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	57	52	57	55	407.708,28,
1.1 Área Fim	52	47	51	51	
1.2 Área Meio	05	05	06	04	
2. Nível Médio	15	14	15	18	68.030,94
2.1 Área Fim	11	10	10	10	
2.2 Área Meio	04	04	05	08	
3. Total (1+2)	72	66	72	73	475.739,22

Fonte: SGP/DAD/SP

Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Entre as diversas atribuições administrativas da SFA/SP encontra-se a gestão de controle de veículos oficiais, cujo domínio lhe pertence e, por disposição legal e destinação administrativa, são bens públicos.

O Setor de Transporte é responsável pelo gerenciamento da frota de veículos oficiais e tem como competência organizar, planejar e executar as atividades de controle, tais como, realizar manutenções periódicas e eventuais dos veículos oficiais, assim como orientar, acompanhar e fiscalizar o uso dos veículos oficiais, observando a legislação e regulamentos internos do MAPA.

A IN/SLTI/MP nº 3, de 15/5/2008, normatiza a aquisição e a forma de utilização da frota de veículos do Governo Federal.

A frota de veículos é fundamental para desenvolver as atribuições legais dos vários serviços da SFA/SP, a saber: inspeção de alimentos de origem animal e vegetal, fiscalização de insumos agropecuários e atividades de defesa agropecuária no intuito de garantir a saúde dos rebanhos e a sanidade das plantações. Também atende autoridades e comitivas procedentes de Órgãos Centrais de Brasília, de outros Estados da Federação e de Missões Estrangeiras.

O crescimento da agropecuária e a demanda de serviços não tiveram correspondência no crescimento da frota de veículos. Atualmente a frota de veículos da SFA/SP é composta de 246 veículos, sendo: 01 veículo de representação, 149 veículos operacionais e 96 veículos antieconômicos que não possuem mais condições de uso e estão aguardando a formalização dos processos de doação.

Com o envelhecimento da frota o custo de manutenção por quilometro rodado tende a crescer, pois 24% da frota está com mais de 10 anos de uso, 37% com mais de 5 anos e apenas 39% até 5 anos de uso.

Os valores contabilizados anualmente para manter a frota rodando são significativos, porém vem ao longo dos anos apresentando estabilidade em seu quantitativo com os níveis de consumo médio de combustíveis, expressos em km/l, satisfatórios em função do uso intenso a que os mesmos são submetidos.

Frota de Veículos												Tabela 206	
Nr. (veículos operacionais)	30	15	7	6	29	14	12	10	11	10	3	1	30
Uso (em anos)	2	3	4	5	6	8	9	12	13	14	18	30	2

A SFA conta ainda com um veículo de representação com sete anos de uso

Fonte: SAG/DAD/SP

O custeio e o investimento na área são grandes, em contrapartida as condições da frota apesar de terem melhorado não são consideradas satisfatórias para atender as necessidades, sempre crescentes, dos serviços técnicos.

Gastos/Consumo Frota de Veículos	Tabela 207	
	2012	2013
Manutenção de Veículos (em R\$)	173.249,80	150.289,56
Gasto com Combustíveis (em R\$)	399.676,22	303.060,84
Média Km Rodados Veículo Representação	6.000 Km	5.500 Km/
Média Km Rodado Veículo Operacional	1.135.500Km	1.526.400 Km
Média Consumo Km/l (gasolina)	9 Km/l	9 Km/l
Média Consumo Km/l (alcool)	8 Km/l	8 Km/l
Média Consumo Km/l (diesel)	8 Km/l	8 Km/l

Fonte: SAG/DAD/SP

Através do Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV a SFA solicita ao Órgão Central a aquisição de novos veículos, visando à substituição dos veículos que se tornaram anti-econômicos, pelos anos de uso.

A Portaria do Ministério do Planejamento nº 268, de 30/07/2013, determinou a suspensão da realização de novas contratações relacionadas a aquisição de veículos, inviabilizando o nosso objetivo em relação a atualização da frota. A estratégia utilizada com a proibição de novas aquisições foi intensificar a manutenção preventiva dos veículos existentes.

A frota tem seu acompanhamento monitorado através do Sistema de Veículos Automotores – SCVA, e o contrato com a Ticket Car visa o abastecimento e a manutenção preventiva e/ou corretiva da frota, gerando um controle mais sistêmico, efetivo e racional no que tange a utilização dos mesmos.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União		Tabela 208	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	SP	17	16
	Araraquara	1	1
	Barueri	1	1
	Campinas	1	1
	Cananéia	2	2
	Guaratinguetá	1	1
	Iguape	1	1
	Ipaussu	0	1
	Itapetininga	1	1
	Itapeva	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	São Caetano do Sul	1	1
	São Jose do Rio Preto	1	0
	São Paulo	2	2
	São Roque	1	1
	São Vicente	1	1
	Subtotal Brasil	17	16
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0

PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	17	16

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Exceto Imóvel Funcional						Tabela 209	
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
130067	6163.00008.500-3	21	4	100.257,90	12/12/06	-	
130067	6213.00015.500-1	21	4	77.863.015,72	30/10/12	-	
130067	6291.00042.500-0	23	8	822.000,00	21/08/01	-	
130067	6299.00007.500-5	21	4	488.663,68	30/07/01	-	
130067	6299.00008.500-0	21	4	183.766.216,83	28/11/01	-	
130067	6469.00012.500-3	21	4	204.729,92	12/11/01	-	
130067	6507.00012.500-0	23	8	23.221.632,00	28/11/01	-	
130067	6519.00006.500-0	4	4	1.019.628,74	28/11/01	-	
130067	6547.00003.500-0	23	3	346.065,18	16/11/01	-	
130067	6549.00007.500-8	5	6	813.328,51	12/11/01	-	
130067	6969.00035.500-0	21	3	147.817,93	04/12/01	-	
130067	7077.00003.500-5	5	8	613.423,00	29/05/01	-	
130067	7107.00418.500-7	21	4	577.773,38	27/11/01	-	
130067	7107.00446.500-0	21	4	350.811,39	07/12/01	-	
130067	7113.00030.500-2	21	4	326.931,43	28/11/01	-	
130067	7121.00023.500-5	5	8	18.444.050,00	23/11/01	-	

Fonte: DAD;SPIUNet

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			Tabela 210	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ		
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012	
BRASIL	SP	1	1	
	Santos	1	1	
Subtotal Brasil		1	1	
EXTERIOR		0	0	
		0	0	
Subtotal Exterior		0	0	
Total (Brasil + Exterior)		1	1	

Fonte: SAG/DAD/SP

A SFA/SP possui diversos imóveis sob seu uso e guarda, os quais se encontram cadastrados no Sistema de Patrimônio da União. No momento, não está sendo efetuada a reavaliação, visto que a sistemática até então vigente era no sentido de que a Gerência do Patrimônio da União calculava a reavaliação e a Unidade – através do SPIUNET, lançava os novos valores. Ressaltamos que a reavaliação não vem sendo realizada, pois necessitamos de pessoal capacitado para a adequada atualização dos valores dos imóveis. Ainda, esta Superintendência possui 01 (um) imóvel alugado de terceiros, sede do SVA/Santos, tão logo seja concluída e entregue a obra da nova sede do SVA/Santos o contrato será rescindido, o que importará em redução desse tipo de despesa. Finalmente, esta Superintendência possui UTRAs instaladas em imóveis de terceiros, a exemplo da UTRA/Botucatu, onde o imóvel nos é cedido pela UNESP, sem quaisquer ônus de locação.

Gestão da Tecnologia da Informação

7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Todas as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação são gerenciadas pelo Órgão Central, através da CGTI/MAPA Coordenação Geral de Tecnologia da Informação. O Estado de São Paulo conta com um funcionário, contratado pela Empresa CTIS e disponibilizado pelo órgão central, para dar suporte no âmbito desta Superintendência.

Regimentalmente não existe setor de informática na SFA/SP, porém com o elevadíssimo grau de demandas que esta SFA-SP apresenta foi designado 01 servidor do extinto BNCC com o apoio de 01 estagiário para fazer frente aos chamamentos da área junto com o técnico terceirizado, bem como, possibilitar que seja dado suporte *"in loco"* nas unidades localizadas no interior do Estado.

Tipo de suporte oferecido:

- Administrar e realizar manutenção nos sistemas de informação e Servidor do CPD;
- Gerenciar os sistemas operacionais e aplicativos dos servidores conectados à rede local;
- Responsabilizar-se pela segurança e uso adequado dos sistemas institucionais e redes de dados;
- Manter em funcionamento a rede local da Unidade, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para os usuários da SFA-SP;
- Gerenciar o acesso dos usuários da Unidade à rede local e a REDEMAPA;
- Instalar e dar suporte a software e equipamentos de informática, bem como aos usuários da SFA-SP;
- Administrar e orientar a utilização do equipamento de Videoconferência Polycom;
- Responsabilizar-se e monitorar a correta utilização dos equipamentos de informática acoplados ao Data-Shows e a de Videoconferência utilizados nesta Superintendência;
- Administrar e realizar a criação de contas de emails de todos os usuários, bem como dar suporte e configuração ao software que gerencia os respectivos emails;
- Providenciar a manutenção de equipamentos de informática;
- Providenciar a instalação e configuração de novos microcomputadores, periféricos e respectivos softwares devidamente documentados;
- Instalação e configuração de Impressoras
- Suporte técnico aos usuários;
- Conserto e substituição de peças dos microcomputadores;
- Formatação e reinstalação dos aplicativos dos PC's em casos em que a circunstância assim as exigirem;
- Configuração de Notebooks para acesso à rede WiFi da SFA-SP.

A composição do parque de informática em operação nesta SFA-SP está assim distribuída: 477 computadores; 40 netbook; 151 notebook e 283 impressoras, sendo que 51% dos microcomputadores (Desktop, Notebook e Net book) e 54% das impressoras da SFA-SP estão em operação nas unidades fora da Sede isto comprova a importância e a necessidade de serem criados mecanismos de atendimento eficazes e preventivos para as suas demandas.

Conforme notificação da Microsoft, e já amplamente divulgado em todos os meios de divulgação: ***"após 8 de abril de 2014, não haverá mais assistência técnica para o Windows XP, nem mesmo atualizações automáticas que ajudam a proteger o computador"***.

Atualmente, o parque de informática desta SFA-SP é constituído de 308 desktops que utilizam a plataforma XP como sistema operacional. Estes foram adquiridos em 2005 (Vetron) e 2006 (IBM).

Equipamentos de Informática SFA						Tabela 211	
	Desktop-Sistema Operacional: Windows						
	Total	XP		Vista		Sete	
Sede	232	130	56%	35	15%	67	29%
Interior	245	178	73%	27	11%	40	16%
TOTAL	477	308	65%	62	13%	107	22%

Fonte: DAD/SP

O grau de obsolescência desses equipamentos não possibilita a realização de upgrades para a instalação de novo Sistema Operacional, bem como esta Superintendência não possui licenças de software para tal.

Diante do percentual de máquinas nestas condições, 65%, estamos fazendo gestão junto ao Órgão Central, alertando sobre a necessidade de que seja efetuada a atualização tecnológica de nossos equipamentos.

Exceção feita ao SVA-VCP, todas as demais unidades subordinadas à SFA-SP não estão integradas à REDEMAPA, tornando-se alvos fáceis de vírus, *trojans*, *spywares* e outros *malwares* que circulam na internet. Desta maneira necessitam de um suporte preventivo mais intenso.

A falta de um setor de informática regimentalmente, no âmbito da SFA/SP, faz com que inexistam decisões pontuais para uma atuação planejada que atendam as reais necessidades dos diversos serviços.

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		Tabela 212				
Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.						
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 						X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).						X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.						X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 						X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).						X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 						X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).						
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.				X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 				X		
10. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						X

QUADRO A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis **Tabela 212**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
Fonte: SCC/DAD/SP					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A SFA/SP vem ao longo dos anos realizando várias iniciativas para a redução de consumo de papel, energia elétrica e água, sendo elas:

- Incentivando a impressão de documentos em frente e verso, junto aos seus servidores, bem como junto às empresas que autuam processos no nosso Protocolo;
- Reformando os banheiros do edifício sede, com a troca das válvulas de descarga e das bacias comuns por bacias acopladas, reduzindo significativamente o consumo de água.
- Instalando sensores de presença na escada de emergência do edifício sede da SFA/SP;
- Já existe projeto para a execução de reforma da rede elétrica e rede hidráulica no edifício sede SFA-SP, que está aguardando sinalização do recurso orçamentário para o início do pregão.
- Projeto para instalação de sensores de presença nos estacionamentos, halls e nas copas dos onze andares do edifício sede, com execução prevista para o presente exercício.

Consumo na SFA	Tabela 213					
	Quantidade			Valor		
			Exercícios			
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel - resma	3.040	1.280	2.580	25.357,31	9.441,40	22.082,22
Água - m3	7.811	12.000	5.416	136.199,48	162.800,05	94.580,90
Energia Elétrica –	601.771	574.504	389.514	208.517,39	255.628,00	216.643,89
			Total	379.463,05	427.968,45	333.307,01

Fonte: SAG/DAD/SP

Comparativo de entrada e saída de papel sulfite no almoxarifado da SFA/SP.

Gráfico 8 – Comparativo de consumo de papel sulfite

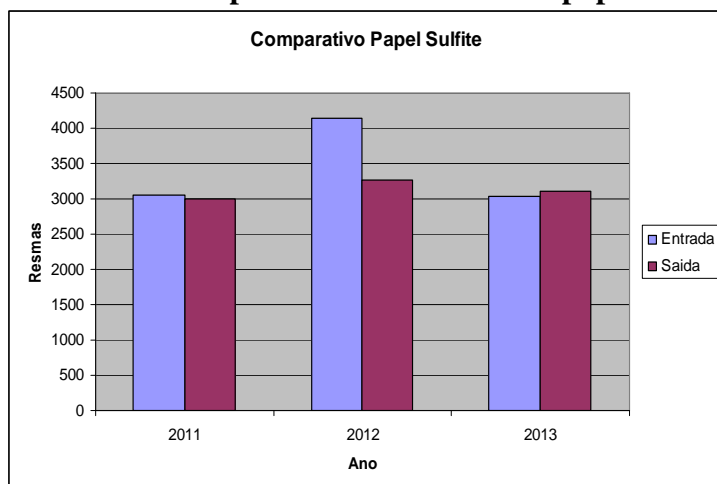


Gráfico 9 - Comparativo do consumo de água em m3.

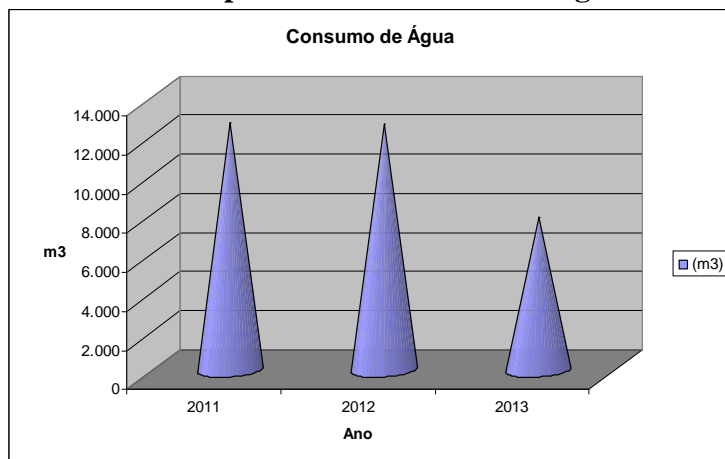
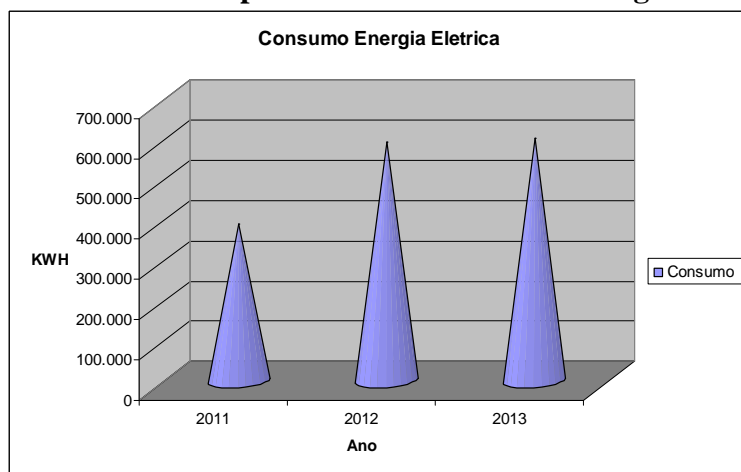


Gráfico 10 - Comparativo de consumo de energia elétrica em kwh.



Apesar das diretrizes tomadas pela SFA-SP com o intuito da redução do consumo de energia elétrica, ainda não foi possível a esperada redução, tendo em vista que se fez necessário, no exercício de 2013, a instalação de potentes equipamentos refrigeradores de ar para manter a tem-

peratura ideal de trabalho na recinto onde se encontram instalados os sistemas de energia estabilizada, sendo dois potentes no-breaks de 30 kva cada e um estabilizador de 200 kva, que suprem às necessidades de energia de todo o parque de informática nos onze andares do edifício da SFA-SP.

Com a modernização integral do sistema de transporte vertical (elevadores) do edifício sede da SFA-SP, estima-se uma redução de consumo de energia elétrica significativa para o exercício de 2014.

Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício					Tabela 214
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo					2783
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 014.666/2013-8	8148/2013	1	Não há	17692 - TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo-SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1 Interessados: Dirce Marchette Gerab (164.684.078-00); Neide Aparecida dos Santos Perreira (240.602.918-20)					
1.2 Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3 Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4 Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribe					
1.5 Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6 Advogado constituído nos autos: não há.					
Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG	
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP				117401	
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo					002783
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 023.806/2013-3	6100/2013	1	Não há	13836-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143. inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Antonio Orlando Barbosa Moretti (239.626.318-87)					
1.2 Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3 Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, Portaria TCU nº 220, de 9/9/2013					
1.4 Representante do Ministério Público: Procurador -Geral Paulo Soares Bugarin					
1.5 Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6 Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7 Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo					002783
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 011.411/2013-9	3026/2013	1	Não há	7876-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143. inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Dirce Bongatte Fernandes (051.208.828-46); Juliana Viana de Oliveira (094.847.228-65); Mercedes Rondini Chimionato (200.621.238-90)					
1.8 Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.9 Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.10 Representante do Ministério Público: Procurador -Geral Paulo Soares Bugarin					
1.11 Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.12 Advogado constituído nos autos: não há.					
1.13 Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					

Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo					002783
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 010.819/2013-4	3013/2013	1	Não há	7304-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo-SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerara legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1. Interessados: Nelson Hideki Sato (048.489.228-28); Osvaldo Antonio Strata Di Giácomo (822.321.308-78); Otávio Augusto Sulino (060.402.086-43); Paula Regina dos Santos Lima (095.373.587-71); Paula de Souza Nunes (331.977.008-05); Paulo Sérgio Garrido (068.543.478-82); Paulo Sérgio Gonçalves (094.783.338-28); Paulo Sérgio Melero (486.212.859-. 91); Pedro Luiz Coivo (270.489.528-73); Priscila Jorge (217.163.628-90); Rachel Coiado Previatto (288.121.578-58); Raphael Rodrigues Balbino e Silva (317.856.958-86); Renata Mangialardo Cabral Medeiros (273.289.188-61); Renata Miranda de Carvalho (297.469.588-44); Ricardo Nogueira Lopes (183.798.178-77); Ricardo Vinicius Santana (294.533.688-06); Rita de Cássia de Almeida (331.997.168-90); Rodrigo Carmello Moreti (224.994.268-45); Romildo Callin Soldati (477.480.016-34); Rosi Elaine Gallo Lunardi (571.853.280-04); Rubens Okinubu Iha (126.092.528-54); Sérgio Felipe Viana do Amaral (295.827.888-36); Sérgio Ricardo Matheus (245.535.528-41); Silvia Helena Fernandes (248.252.708-24); Silvia de Souza Lopes (222.265.058-57); Sônia Gil Costa (015.331.518-06); Suzana Maria Saturnino (247.963.388-88); Valéria Cristina Ramalho (121.582.848-97); Vamberto da Silva (043.853.268-60); Vanessa Maria Nery Spinelli (006.674.937-94); Vanessa Pinez Feltrin (225.060.538-67); Vanilda Balassoni Garcia de Camargo (049.261.758-94); Wilson Morales (083.603.118-03); Yogi Yoshizaki (456.638.668-68); Yole Gerpe Rodrigues (069.551.077-04); Yole Gerpe Rodrigues (069.551.077-04); Yuri Fernandes Feltrin (130.932.308-96).</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA</p> <p>1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 011.943/2013-0	3043/2013	1	Não há	7235-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP				002783	
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Sebastiana Teodora Buher (156.740.328-07); Thereza Paulowitch Rezende (393.168.248-00); Vanessa Carolina da Silva Nunes (380.664.688-06).					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador -Geral Paulo Soares Bugarin					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG	
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP				117401	
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 011.073/2013-6	2999/2013	1	Não há	7141-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG	
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP				002783	
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Vera Regina Monteiro de Barros (945.416.048-68)					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG	
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP				117401	
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

7	TC 010.899/2013-8	3015/2013	1	Não há	7387-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1. Interessados: Rodrigo Biscaro Nogueira (258.766.648-12); Valcenir Aloísio Scalla Vulcani (274.416.998-60). 1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador -Geral Paulo Soares Bugarin 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) 1.6. Advogado constituído nos autos: não há. 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG	
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP				117401	
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 011.480/2013-0	3033/2013	1	Não há	7033-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1. Interessados: Adhemar Fernandes (014.940.908-72). 1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador -Geral Paulo Soares Bugarin 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) 1.6. Advogado constituído nos autos: não há. 1.7. Determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no Sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, no termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					

Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 008.733/2013-9	2481/2013	1	Não há	6466-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, 143 e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, c/c o art. 6º, § 1º da Resolução de 206/207, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, a fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1. Interessados: Hélio Cesario (931.683.818-53).</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA</p> <p>1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, no termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, §1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 008.365/2013-0	2095/2013	1	Não há	5354-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1.1. Interessados: Elias Justino (726.485.898-72); José Airton Trajano Pereira (034.484.953-87).</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA</p> <p>1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Todas as recomendações do acórdão de competência da SFA/SP foram cumpridas, as de competência da CGAP/MAPA foram encaminhadas via ofício, para as providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 008.526/2013-3	2105/2013			5436-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					002783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.8. Interessados: Aida da Encarnação Rofrigues Mello (036.266.808-60); Deisly Cristiane Ribeiro (395.324.388-82); Gustavo José Estevan Ballester de Freitas (418.899.528-93); Matheus Gabriel de Freitas (419.081.458-03); Neuza Baptista Ribeiro (137.514.668-86); Simone Regina Estevan Balester de Freitas (125.340.108-08).					
1.9. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
2.1. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé					
2.2. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
2.3. Advogado constituído nos autos: não há.					
2.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Todas as recomendações do acórdão de competência da SFA/SP foram cumpridas, as de competência da CGAP/MAPA foram encaminhadas via ofício, para as providências.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 002.291/2013-4	857/2013	1	Não há	2797-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Renato Sales de Azevedo (053.760.414-68).					

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: SubProcurador-Geral Palo Soares Bugarin					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 002.290/2013-8	856/2013	1	Não há	2791-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143. inciso II do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Marcus Toledo (077.670.998-49).					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 004.107/2013-6	868/2013	1	Não há	2861-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento					

Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão cujos beneficiários estão relacionados no item 1.1 de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Antonio Carlos de Almeida (232.122.728-13); Vita Maria de Almeida (088.469.778-90)					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 004.076/2013-3	866/2013	1	Não há	2859-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art.143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão cujos beneficiários estão relacionados no item 1.1 de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Maria Adelaide do Santos (929.183.798-91); Paulo Pereira Rosa (222.368.758-00); Ricardo Waqued (256.109.138-45)					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: SubProcuradora-Geral Cristina Machado da Costa					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinar à Sefip que modifique no sistema Sisac o “tipo de Registro” do ato constante do presente processo, passando a considerá-lo como ‘Alteração’.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 004.087/2013-5	867/2013	1	Não há	2860-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783

Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art.143, inciso II do Regimento Interno, c/co art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Lucas Siller Monteiro (226.946.318-86)					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: SubProcurador-Geral Paulo Soares Bugarin					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 045.405/2013-3	139/2013	1	Não há	1189-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o arts.1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, em considerar legal(ais) para registro (s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Antonia Ione de Oliveira (021.033.368-53); José Teófilo Costa (779.398.598-20); Milton de Assis (251.211.708-15)					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC 002.699/2013-	657/2013	1	Não há	2513-TCU/Sefip

		3			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Alfa Della Maggiora Takamatsu (398.591.938-00); Antônia Monteiro de Figueiredo (385.506.284-68); Aparecida Jacira Constantino Franchetto (733.829.068-72); Bertholina Correa da Silva (375.610.908-97); Dalva Batista Correa (781.220.238-00); Ivanilde Bueno David (020.447.838-35); Josiene Nascimento dos Santos (221.261.338-50); Maria Elizabeth Sanches Cardoso (169.724.958-22); Maria Helena Alves Malpelli (200.640.218-82); Maria Martins Pereira (019.602.318-12); Maria Neuci Longo Brassalotti (333.592.058-98); Maria de Loudes Zanatti Saboya Brito (077.194.248-67); Marina Taliarini Daniel (160.098.758-38); Raquel de Oliveira (069.797.078-76); Sirlene Carreira Martins Gonçalves (008.634.658-03); Tereza Gramático Castilho (387.839.118-80).					
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.3. Relator: Walton Alencar Rodrigues					
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC 002.582/2013-9	654/2013			2318-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art.143, inciso II do Regimento Interno, c/co art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007 em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1.1. Interessados: Barbina dos Santos Alvarez (281.281.408-09); Delma Bitterncourt de Oliveira (051.585.988-51)					
1.14 Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - MAPA					
1.15 Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues					
1.16 Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira					
1.17 Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
1.18 Advogado constituído nos autos: não há.					
1.19 Determinações/Recomendações/Orientações: não há.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
Síntese da Providência Adotada					
Arquivado nos assentamentos funcionais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 003.971/2013-9	1824/2013			8310-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da união, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
9.1. julgar ilegal e negar registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Igor Longato Machado e Ryan Longato Machado;					
9.2. determinar a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo que:					
9.2.1 no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;					
9.2.2 comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;					
9.2.3 encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;					
9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do ministério do Planejamento, Orçamento e Gesta (órgão central do Sipec), à Consultoria-Geral da União e à procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;					
9.4. determinar `Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão.					
10. Ata nº 9/2013- 1ª Câmara					
11. Data de Sessão: 2/4/2013 - Ordinária.					
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na intert: AC-1824-09/13-1					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP					117401
O responsável pelo menor foi notificado e efetuado o cancelamento do benefício no sistema SIAPE /SIAPECAD.					

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimento as deliberações do TCU no exercício de 2013.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Não existem recomendações do OCI no exercício de 2013.

9.2.1 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do Exercício

Não existem recomendações do OCI pendentes no exercício de 2013.

9.3 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

A SFA/SP não possui Unidade de Auditoria Interna

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR		Tabela 215		
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1046	1046	1046
	Entregaram a DBR	916	916	916
	Não cumpriram a obrigação	130	130	130
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	47	47	47
	Entregaram a DBR	47	47	47
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SGP/DAD/SP

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Após o prazo estipulado pela Receita Federal para a entrega das declarações e bens e rendas, o Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP notifica aos servidores ocupantes de cargos comissionados, a necessidade da entrega da Declaração de Bens e Rendas ou o formulário de autorização. Concomitantemente, os chefes são notificados, através de memorando circular, da necessidade de todos os servidores não detentores de cargos comissionados entregarem cópias das declarações ou o formulário de autorização. A documentação entregue permanece arquivada no Serviço de Gestão de Pessoas, em pastas isoladas e sigilosas.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu dano ao erário no exercício de 2013.

9.6 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	Tabela 216
DECLARAÇÃO	
Eu, Francisco Sergio Ferreira Jardim , CPF nº 191.025.697-87 , Superintendente Federal de Agricultura exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo declaro junto aos órgãos de controle interno e	

externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 21 de março de 2014.

Francisco Sergio Ferreira Jardim

Superintendente/SFA-SP

Relacionamento com a Sociedade

10. Relacionamento com a Sociedade

Canais de Comunicação

Tabela 217

Canal	Perfil	Objeto
Comitê dos Clientes da SFA/SP criado, em 2005, pela Portaria SFA/SP nº 1062/05	Ferramenta de gestão e de interlocução da SFA/SP com seu público.	Estabelecer o conhecimento mútuo das partes interessadas. Levantar requisitos e níveis de satisfação. Receber sugestões para melhoria de processos e atualização de fundamentos legais
Ouvidoria do MAPA, Serviço de Informação ao Cidadão, 0800 7141 9951 (BSB) e 0800 55 1059 (SFA/SP)	Sistemas informatizados e de telefonia que abrangem todas as unidades do MAPA, abertos ao público para, sugestões, reclamações, denúncias e ou elogios, referentes a serviços e servidores.	Atender e monitorar o tratamento das demandas com relação à qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a sociedade.
Portal do MAPA www.agricultura.gov.br	Principal Canal de comunicação do MAPA com o cidadão e a sociedade.	Disponibilizar informações sobre atividades do MAPA, em especial sobre os requisitos exigidos para registros de estabelecimentos e de produtos bem como possibilitar o acesso à legislação, ao andamento dos processos e aos formulários para a obtenção de serviços.
Mesa ou balcão de atendimento governamental	Encontros Regionais promovidos pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República no Estado de SP.	Levar informações sobre ações e programas dos ministérios, com participação da SFA, aos prefeitos de 645 municípios paulistas, reunidos em três `megaencontros, em 2013.
Estandes do MAPA em feiras, congressos e exposições	Ponto de contato direto com empresários, cidadãos e representantes da sociedade.	Disseminar informações sobre programas, planos, projetos da organização de modo a monitorar e preservar a imagem da organização. Disponibilizar publicações e pacotes tecnológicos sobre a agropecuária.
Relatório Anual de Gestão	Instrumento de prestação de contas aos órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU) e à sociedade.	Transparência Administrativa Cumprir a legislação
Treze pontos para atendimento direto presencial na sede e nas unidades regionais. Obs: o SVA/Santos/SFA/SP está subdividido em 18 pontos de atendimento localizados em terminais do Porto de Santos.	Locais onde o cidadão dá entrada de solicitações, requerimentos e obtém orientação sobre ações e/ou andamento de processos.	Ampliar o acesso aos Serviços na sede e nas unidades regionais no interior. Obs:em média circulam na sede central da SFA na capital e no SVA/Santos, respectivamente, 110 usuários/clientes/dia e 252 usuarios/ clientes/dia . A SFA-sede registrou a entrada/ abertura de 15.726 processos/ano enquanto o SVA/ Santos chegou no mesmo período ao patamar de 289.856 requerimentos/ano/ importação/exportação.
Reuniões setoriais com grupos de Clientes	Ferramenta utilizada para harmonização de entendimento dos fundamentos legais que regem as atividades da agropecuária e do agronegócio.	Melhorar a gestão de processos, diminuir o número de indeferimentos por interpretação incorreta das leis e normas por parte do cliente. Agilizar o atendimento.
Carta de Serviços do MAPA	Documento com o compromisso formal de informar o cidadão e à sociedade a respeito dos serviços	Divulgar os serviços, a forma de atendimento, os requisitos, os documentos e as informações necessários para solicitação de serviços/ produtos junto ao MAPA, inclusive com as etapas para processamento

Verifica-se na grade dos canais de comunicação (tabela acima), a extensão da estrutura disponibilizada que leva em consideração a necessidade e o direito de amplo acesso do cliente/cidadão/sociedade à SFA/SP. O objetivo destes instrumentos é a busca do conhecimento mútuo (critério do Modelo de Excelência em Gestão Pública) e, em especial, do cumprimento da missão da SFA/MAPA de “contribuir para elevar a oferta e o grau de eficiência da agropecuária paulista no sentido de garantir produtos e serviços de qualidade e a segurança alimentar dos consumidores”.

As demandas da SFA/SP relativas à reclamações/sugestões/denúncias/elogios entram inicialmente na Assessoria do Gabinete, segmento responsável pela interlocução com a Ouvidoria, o SIC e gerenciamento dos demais canais. A seguir são encaminhadas via sistema, cópia física ou em meio eletrônico para tratamento das chefias das áreas envolvidas. A partir daí são abertos, se necessários, documentos e/ou processos específicos para as investigações pertinentes. A limitação de recursos humanos, orçamentários e financeiros tem concorrido para a demora no tratamento de denúncias principalmente daquelas que dependem de fiscalização in loco, análises laboratoriais e outros procedimentos previstos em lei.

A Ouvidoria (81%) e o SIC (9%) se constituem nas principais entradas de demandas referentes aos Serviços da SFA/SP. Os outros canais recebem 10% das solicitações dos clientes..

O Comitê dos Clientes da SFA/SP, pela sua dimensão, composição e representatividade, tornou-se o principal mecanismo para aferir a satisfação dos clientes de produtos e serviços da Superintendência. É constituído formalmente de representantes do setor agroprodutivo, como Federação da Agricultura do Estado de Paulo, FAESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, e de Associações, Conselhos, Sindicatos das áreas de insumos, de produtos de origem animal e vegetal, como ABIEC, UBABEF, SINDAN, SINDAG, ABRAEC, ABCSEM, ABTI, ABRAS, SINDASF, CRMV, ABRAFIT, ABCAB, ABBA, APA, ANFALPEP. O PROCON, vale observar, tem assento no comitê, como representante do consumidor/sociedade o que significa dizer que o comitê reúne, em termos de processos finalísticos, todo o universo de clientes/usuários dos serviços da SFA/SP.

O formato do comitê prevê: a) reuniões mensais para avaliação dos gargalos, impactos gerados pelas novas legislações nos produtos e serviços; b) promoção sistemática de palestras sobre novas tecnologias ou sobre temas ligados às áreas específicas de interesse; c) elaboração de documentos com os pleitos levantados na reunião bem com dos respectivos requerimentos para encaminhamento ao Superintendente da SFA/SP visando aprovação, homologação e adoção de medidas pertinentes.

Várias propostas do comitê foram submetidas e aprovadas pelos órgãos de administração central do MAPA e pela SFA (neste caso quando não envolviam mudança de legislação) com destaque para: a): inclusão em instrução normativa do MAPA de dispositivos de liberação preferencial nos portos e aeroportos e postos de fronteiras de produtos que ofereçam mínimo risco sanitário; b) parceria para viabilização e desenvolvimento de um sistema informatizado de procedimentos, SISVIGIAGRO – em operação nos SVAs dos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos - para liberação da importação/exportação visando a possibilitar maior transparência, agilidade e avaliação de desempenho.

Embora sejam visíveis as ações com avaliação positiva para simplificação e modernização administrativa, os requisitos e necessidades atuais dos clientes coincidem, em escala menos acentuada, com os pontos identificados e atendidos em pesquisas formais e informais feitas anualmente pela SFA, antes da instalação do Comitê, como: a) maior rapidez no atendimento; b) des-

centralização de serviços (muitos processos ainda dependem de decisões de órgãos superiores do MAPA- Brasília); c) desburocratização; e d) maior utilização da tecnologia da informação.

Neste sentido, a mudança de estratégias na montagem do Plano de Ação de cada unidade, somada à iniciativa de realização de reuniões com clientes para orientação, esclarecimentos a respeito das não-conformidades identificadas freqüentemente nas solicitações de registro de estabelecimentos e produtos já apresentam expressivos resultados de gestão.

Os pontos fracos (oportunidades de melhorias) mais tangíveis na Unidade: a) decreto governamental de limitação de 40 diárias/fiscal/ano; b) tempo de liberação de recursos orçamentários e financeiros para cobertura de fiscalizações geradas pelas demandas externas; c) *gap* no quadro de pessoal técnico para tratamento/atendimento das ações regimentais.

A multiplicidade de canais de acesso às informações - com destaque para o **Comitê de Clientes** - a disposição adicional em esclarecer o consumidor e a sociedade através dos pontos atendimento direto, pessoal, a concessão de entrevistas aos veículos de comunicação; o atendimento aos convites para palestras e fóruns de diferentes campos de atividades - políticas, sociais e econômicas - e o fato de já ter recebido um Top Of Mind, na categoria **Administração Pública em Geral** são considerados pontos fortes da gestão e refletem a percepção da sociedade com relação à atuação da organização.

Informações Contábeis

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A SFA/SP aplica os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade:
T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão e T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos, dispositivo existente no Sistema de Material e Patrimônio – ASIS.

11.2 Declaração do Contador Atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			Tabela 218
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC., PECUARIA E ABASTECIMENTO/SP		130067	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) – Falta/Evolução Incompatível amortização At. Intangível;b) – Saldo Contábil de Bens Moveis não Confere com o RMB;c) – Divergências Valores liquidados x Passivo financeiro. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

Resultados e Conclusões

“

Existem dois tipos de habilidades necessárias à obtenção de resultados: habilidade gerencial e habilidade técnica. Estas habilidades são mais importantes do que qualquer outro tipo de vantagem competitiva. ”

Resultados e Conclusão

Um dos primeiros sinais de simplificação e modernização de uma organização está ligado diretamente à medição dos indicadores dos seus principais processos e dos resultados de Gestão alcançados. Ao se avaliar o desempenho global da SFA/SP, em 2013, os índices alcançados na execução de seus processos, finalísticos e de apoio, demonstram a dimensão, o papel e a contribuição da organização ao desenvolvimento da agropecuária paulista e à manutenção da segurança alimentar do cidadão e da sociedade.

74.6 mil

Produtos Registrados

Neste sentido chama especial atenção, em termos quantitativos e qualitativos, os índices/números (Introdução e subitem 2.2.1) relacionados aos processos de registros de estabelecimentos e produtos de origem animal e vegetal bem como os gerados pelas inspeções, fiscalizações, liberações e certificações agropecuárias.

8.5 mil

Estabelecimentos Registrados

Em grande parte da execução das ações é possível constatar não somente a relevância mas a tendência positiva dos indicadores notadamente nos resultados que se refletem no abastecimento interno, no aumento de fluxo das exportações brasileiras do agronegócio, na inspeção de produtos de origem animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários.

As não-conformidades de produtos identificadas nas análises e/ou execução desses processos determinam ações, administrativas e-ou judiciais, se pertinentes, que impedem que alimentos inadequados, fora do padrão – carnes, laticínios, ovos, pescados mel, leite, alimentos para animais, produtos veterinários, defensivos, fertilizantes, bebidas - sejam destinados ao comércio ou à mesa do consumidor. Também contribuem para impedir a entrada ou disseminação de pragas ou enfermidades que possam colocar em risco o patrimônio agropecuária nacional, hoje um dos mais competitivos do mundo.

563,7 milhões

animais abatidos sob inspeção federal:
bovinos, suínos, aves e ovinos

.As oscilações dos cenários interno e externo tiveram, de certo modo, reflexos sobre a execução de planos de ação das unidades, com evidência objetiva de alguns obstáculos como: limitações orçamentárias e financeiras, atrasos na liberação de recursos empenhados; limitações provocadas pelo número de fiscalizações estabelecidas em decreto.

Alguns números em destaque nos “boxes”, aqui espelhados, mostram a força das atividades realizadas e que tiveram impactos positivos sobre os objetivos da SFA/SP de ‘garantir a segurança alimentar’ e ‘assegurar a qualidade de produtos, serviços e insumos agropecuários’ de forma a contribuir para o crescimento da agropecuária e do agronegócio paulista.

1.586 bilhões

Litros de leite com inspeção federal

concurso público para atividades-fim, realizados a partir de 2002, em razão da não reposição do pessoal notadamente de apoio administrativo, que se aposentou no período. A expectativa para os próximos anos é de ampliação desse gargalo uma vez que 45% do efetivo disponível hoje se encontram com abono permanência, razão pela qual já foram feitas sucessivas gestões junto às autoridades do MAPA e do MPOG

Em caráter complementar, para acompanhar, atender e fazer frente às demandas crescentes do setor, mais uma

vez a SFA/SP, sem sair dos dispositivos regimentais e legais, recorreu, como estratégia de atuação, ao sistema colegiado de gestão, às equipes multidisciplinares, a forma matricial de trabalho, a constituição de forças tarefas (com treinamento e aprendizado de novas técnicas), a adoção do “cubo mágico” (**subitem 2.1**), e a melhoria de processos para a execução, de planos e ações sob sua responsabilidade.

A SFA-SP conta com um quadro técnico administrativo de 1046 servidores para desenvolver as ações das áreas finalísticas e de apoio, praticamente o mesmo patamar numérico de 13 anos atrás mesmo levando-se em conta os

1.836 milhões

De litros de leite condenados pela inspeção federal

INDICE DAS TABELAS, GRAFICOS E FIGURAS

			Pagina
Relação dos objetivos, iniciativas e ações vinculados aos programas temáticos	Figura	1	20
INSPANIMAL13 – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.1	21
Recursos destinados ao SIPOA/SP	Tabela	1	21
Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)	Tabela	2	22
Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)	Tabela	3	23
Indicadores de Desempenho	Tabela	4	23
Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal	Tabela	5	24
Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP	Tabela	6	25
Número de casos de cisticercose e de tuberculose bovina e suína detectadas pelo SIF em abatedouros	Tabela	7	25
Número de casos de ascite e de aerossaculite em aves e de pneumonia suína detectadas pelo SIF	Tabela	8	26
Análise de desglaciamento em pescado congelado	Tabela	9	27
Condenação de pescado por parasitose	Tabela	10	27
Condenação de leite realizada pela Inspeção Federal	Tabela	11	28
Condenação de mel realizada pela Inspeção Federal	Tabela	12	28
Supervisões programadas X Supervisões realizadas -IQ sra	Tabela	13	29
Supervisões conformes X Supervisões realizadas -IQ sup	Tabela	14	30
Taxa de Conformidade dos Processos Produtivos-Tc Pa	Tabela	15	30
Número de processos analisados e tramitados	Tabela	16	30
Número de rótulos analisados e tramitados	Tabela	17	31
Requerimentos de anuência de importação analisados	Tabela	18	31
Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos	Tabela	19	32
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	20	32
PADCLASSIF – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.2	33
Fiscalização da Classificação Vegetal	Tabela	21	34
Principais Indicadores	Tabela	22	35
Classificação de Produtos Vegetais Importados	Tabela	23	36
Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos	Tabela	24	37
Principais recursos humanos	Tabela	25	37
IPVEGETAL13 – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.3	37
Principais Indicadores	Tabela	26	38
Demanda de serviço por FFA	Tabela	27	39
Estabelecimentos registrados no Estado de São Paulo	Tabela	28	39
Estabelecimentos	Tabela	29	39
Produtos	Tabela	30	40
Estabelecimentos Produtores Fiscalizados	Tabela	31	40
Resultados Obtidos	Tabela	32	40
Processos Administrativos	Tabela	33	41
Resultados Analíticos	Tabela	34	41
Transito Intenacional de bebidas, vinhos e vinagres	Tabela	35	41
Principais recursos humanos	Tabela	36	41
RESIDUOS – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.4	42
Coleta de Produtos Agrícolas	Tabela	37	43
Resultados do Monitoramento do PNCRC	Tabela	38	43
Principais recursos humanos	Tabela	39	43
Programa de controle de resíduos e contaminantes em carne	Tabela	40	44
Principais Indicadores	Tabela	41	45

FISCORGEN – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.5	45
Principais processos	Tabela	42	46
Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados	Tabela	43	47
Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos	Tabela	44	47
Principais Indicadores	Tabela	45	47
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	46	47
VIGIFITO – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.6	48
Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	47	49
Principais Indicadores	Tabela	48	49
Solicitações de Importação/Exportação de Material de Propagação Vegetal Recebidas	Tabela	49	49
Principais Indicadores	Tabela	50	50
Supervisão de Quarentena de Material de Pesquisa Científica	Tabela	51	50
Principais Indicadores	Tabela	52	50
Fiscalização de Empresas de Tratamento Quarentenário	Tabela	53	51
Principais Indicadores	Tabela	54	51
Principais recursos humanos	Tabela	55	51
ERRADMOSCA – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.7	52
Monitoramento da Mosca da Carambola	Tabela	56	53
Principais Indicadores	Tabela	57	53
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	58	53
PCEVEGETAL – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.8	54
Prevenção e controle da Sigatoka Negra	Tabela	59	54
Principais Indicadores	Tabela	60	55
Monitoramento da Anastrepha Grandis em Cucurbitáceas para Exportação	Tabela	61	55
Principais Indicadores	Tabela	62	55
Exportação de Citros para CE	Tabela	63	56
Principais Indicadores	Tabela	64	56
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	65	57
VIGIAGRO – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.9	57
Principais Indicadores	Tabela	66	58
Desempenho operacional	Tabela	67	58
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela	68	59
Principais Indicadores	Tabela	69	59
Desempenho operacional	Tabela	70	60
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela	71	60
Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela	72	61
Curso / Treinamento	Tabela	73	62
Postos de Atendimento do VIGIAGRO	Tabela	74	63
Recursos Humanos Necessários	Tabela	75	63
Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal	Tabela	76	65
Principais Indicadores	Tabela	77	65
Anuências de Importação para Produtos de Origem Animal	Gráfico	1	66
FEBREAFTOSA – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.10	66
Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco	Tabela	78	67
Vacinação em Propriedades	Tabela	79	68
Principais Indicadores	Tabela	80	68
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	81	68

Quarentena de aves	Tabela	82	69
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	83	71
PCEANIMAL – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.11	71
Ações realizadas	Tabela	84	71
Med Vet treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E	Tabela	85	72
Atividades desenvolvidas	Tabela	86	73
Principais Indicadores	Tabela	87	73
Ações do PNCEBT	Tabela	88	74
Principais Indicadores	Tabela	89	75
Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva	Tabela	90	75
N de Focos de Raiva nos Herbívoros ocorridos no Estado	Gráfico	2	76
Total de Amostras Coletadas de Herbívoros com Sintomas Neurológicos e nr. de diagnósticos positivos para a Raiva	Gráfico	3	76
Fiscalizações e amostragens realizadas	Tabela	91	77
Nr. de fiscalizações da alimentação dos ruminantes em estabelecimentos rurais e nr. de amostras coletadas	Gráfico	4	78
Principais Indicadores	Tabela	92	78
Nr. Casos de AIE	Gráfico	5	80
Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE	Tabela	93	81
Exames Sorológicos	Tabela	94	81
Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo	Tabela	95	81
Certificações em Estabelecimentos	Tabela	96	82
Autorização de Importação	Tabela	97	82
Autorização para emissão de CZI emitidas	Tabela	98	83
Principais Indicadores	Tabela	99	83
Atividades Desenvolvidas	Tabela	100	83
Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes	Tabela	101	84
Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachasos	Tabela	102	84
Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)	Tabela	103	84
Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas	Tabela	104	85
Principais Indicadores	Tabela	105	85
RASTREAB – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.12	85
Estabelecimentos	Tabela	106	86
Atividades Realizadas	Tabela	107	86
Propriedades aptas à exportação para a UE	Gráfico	6	87
Auditorias em ERAS	Gráfico	7	87
Principais Indicadores	Tabela	108	88
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela	109	88
FISCINAN – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.13	89
Registro de Novos Estabelecimentos	Tabela	110	90
Registro de Produtos	Tabela	111	90
Cadastro de Produtos	Tabela	112	90
Fluxograma de fiscalizações do Fiscinan	Figura	2	92
Atividades	Tabela	113	93
Análises Laboratoriais	Tabela	114	93
Atividades Laboratoriais	Tabela	115	94
Principais Indicadores	Tabela	116	95
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	117	96
FISCGENE – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.14	96
Atividades	Tabela	118	97
Principais Indicadores	Tabela	119	98
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	120	98

FISPROVET – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.15	98
Estabelecimentos Registrados	Tabela	121	100
Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário	Tabela	122	100
Registro de Estabelecimentos	Tabela	123	101
Atividades Desenvolvidas pela Area de Produtos Veterinários	Tabela	124	101
Análise de Processos	Tabela	125	101
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	Tabela	126	102
Análise de Processos	Tabela	127	102
Produtos Reprovados em Análise Fiscal	Tabela	128	102
Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos	Tabela	129	103
Principais Indicadores	Tabela	130	103
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	131	104
FISFECOI – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.16	105
Resultados da ação	Tabela	132	105
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados	Tabela	133	108
Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento	Tabela	134	108
Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos	Tabela	135	108
Amostras Coletadas de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela	136	109
Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela	137	109
Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas e Cobranças Executivas	Tabela	138	110
Principais Indicadores	Tabela	139	110
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	140	111
FISCALSEM – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.17	112
Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENAEM	Tabela	141	113
Inscrições e Homologações de Campos de Sementes	Tabela	142	113
Produção de Sementes	Tabela	143	114
Produção de Mudas	Tabela	144	114
Fiscalização de Sementes e Mudas	Tabela	145	115
Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	146	115
Exportação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	147	116
Fiscalização Exportação e Importação	Tabela	148	116
Principais Indicadores	Tabela	149	117
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	150	117
FISAGROTOX – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.18	117
Empresas de Agrotóxicos	Tabela	151	118
Principais Indicadores	Tabela	152	120
Atividades Estações Experimentais	Tabela	153	120
Principais Indicadores	Tabela	154	121
Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insubistentes	Tabela	155	121
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	156	121
FISCAGRIC – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.19	122
Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha)	Tabela	157	122
Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola	Tabela	158	123
Fiscalização de Estabelecimentos	Tabela	159	123
Principais Indicadores	Tabela	160	123
CETORGAN1 – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.20	124
Principais Produtos e Atividades Desenvolvidas	Tabela	161	125
Atividades	Tabela	162	125
PRO ORGANICO – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.21	125

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas	Tabela	163	127
FISCALPEC – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.22	127
Associações Brasileiras de Criadores que realizam o Serviço de Registro Genealógico	Tabela	164	128
Auditorias	Tabela	165	128
Produtos	Tabela	166	129
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	167	129
FISCONTRATO – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.23	129
Planos de Trabalho(PT)Analisados e Aprovados pela SFA-SP	Tabela	168	130
Fiscalização dos Contratos de Repasse	Tabela	169	130
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	170	130
OPERASPAE – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.24	131
Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS	Tabela	171	132
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	172	132
MANUTSFAs – Identificação	Quadro	A.2.2.3.1.25	132
Serie Histórica dos Recursos Autorizados Executados	Tabela	173	133
Recursos Financeiros MANUTSFAS	Tabela	174	133
Principais Despesas	Tabela	175	134
Servidores da DAD por faixa etária x tempo de serviço	Tabela	176	135
Servidores da DAD com abono permanência	Tabela	177	135
Principais Produtos	Tabela	178	135
Principais Indicadores	Tabela	179	136
Quadro A.3.2-Avaliação do Sistema de Controles Internos	Tabela	180	140
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Interna por Grupo de Despesa	Tabela	181	145
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Externa por Grupo de Despesa	Tabela	182	145
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	Tabela	183	146
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação–Créditos de Movimentação	Tabela	184	146
Recursos Autorizados e Executados	Tabela	185	147
Quadro A.4.3 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	Tabela	186	148
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho em 31/12	Tabela	187	151
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho em 31/12	Tabela	188	151
Quadro A.5.1.2.1 – Cargos em Comissão e Funções Gratificadas em 31/12	Tabela	189	152
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária	Tabela	190	152
Quadro A.5.1.2.3 - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade	Tabela	191	152
Quadro A.5.1.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores	Tabela	192	154
Quadro A.5.1.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos em 31/12	Tabela	193	155
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão em 31/12	Tabela	194	155
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU	Tabela	195	155
Quadro A.5.1.5.2 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	Tabela	196	155
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	Tabela	197	156
Quadro A.5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU	Tabela	198	156
Panorama SFA/SP	Tabela	199	157
Evolução do Quadro de Funcionários	Tabela	200	157
Servidores da SFA/SP com Abono Permanência	Tabela	201	157

Principais Indicadores	Tabela	202	157
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	Tabela	203	158
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	Tabela	204	158
Quadro A.5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários	Tabela	205	159
Frota de Veículos	Tabela	206	161
Gastos/Consumo Frota de Veículos	Tabela	207	162
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	Tabela	208	162
Quadro A.6.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	Tabela	209	163
Quadro A.6.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Tabela	210	163
Equipamentos de Informática SFA/SP	Tabela	211	167
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Tabela	212	169
Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	Tabela	213	170
Comparativo de Consumo de Papel Sulfite	Gráfico	8	171
Comparativo do Consumo de Água	Gráfico	9	171
Comparativo do Consumo de Energia Elétrica	Gráfico	10	171
Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	Tabela	214	174
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	Tabela	215	186
Quadro A.10.6 –Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	Tabela	216	186
Canais de Comunicação	Tabela	217	189
Quadro A.11.2 - Declaração do contador com ressalva	Tabela	218	193